



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia
MESTRADO ACADÊMICO

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DO CAFÉ DO CERRADO MINEIRO: Dinâmicas e territorialidades

GUILHERME HENRIQUE DOS SANTOS SANTANA



UBERLÂNDIA – MG

2022

GUILHERME HENRIQUE DOS SANTOS SANTANA

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DO CAFÉ DO CERRADO MINEIRO:
Dinâmicas e territorialidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti

UBERLÂNDIA – MG
2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S232 Santana, Guilherme Henrique dos Santos, 1997-
2022 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DO CAFÉ DO CERRADO MINEIRO
[recurso eletrônico] : Dinâmicas e territorialidades /
Guilherme Henrique dos Santos Santana. - 2022.

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.213>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Chelotti, Marcelo Cervo, 1978-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 517, PPGGEO				
Data:	14 de abril de 2022	Hora de início:	08h:30m	Hora de encerramento:	12h:00m
Matrícula do Discente:	12012GEO007				
Nome do Discente:	Guilherme Henrique dos Santos Santana				
Título do Trabalho:	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DO CAFÉ DO CERRADO MINEIRO: Dinâmicas e territorialidades				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	DINÂMICAS TERRITORIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro [On-line], Campus [Google meet], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: **João Cleps Junior IG/UFU**; **Flamarion Dutra Alves - UNIFAL - MG** e **Marcelo Cervo Chelotti - IG/UFU** orientador(a) do(a) candidato(a). Em função da Pandemia COVID-19, todos os membros participaram de forma on-line.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). **Marcelo Cervo Chelotti - IG/UFU**, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Cervo Chelotti, Usuário Externo**, em 18/04/2022, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

https://www.sei.ufu.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=83896&id_documento=3896672&id_orgao_acesso_externo=0&i... 1/2

18/04/2022 13:50

SEI/UFU - 3469047 - Ata de Defesa - Pós-Graduação



Documento assinado eletronicamente por **Flamarion Dutra Alves, Usuário Externo**, em 18/04/2022, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Cleps Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/04/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3469047** e o código CRC **4B896709**.

*Ao meu bisavô Jorge (In memoriam), minha bisavó Maria, minha avó Sônia,
meu pai Reginaldo, minha mãe Cristina e meu irmão Gustavo.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, por estar comigo em todos os momentos e, também, por todas as conquistas recebidas e caminhos que tracei durante a minha pós-graduação. Foram momentos de alegrias, tristezas, dificuldades, mas também de esperança, sempre acreditando em um futuro promissor.

Agradeço também a minha família, que sempre esteve ao meu lado nos mais diversos momentos, sempre dispostos a ajudar. Agradeço, especialmente, meu pai Reginaldo, minha mãe Cristina, meu irmão Gustavo, minha avó Sônia e minha bisavó Maria que, mesmo com idade avançada, continua me proporcionando diversos ensinamentos. Quero evidenciar também meus padrinhos, tios e primos, sempre especiais em minha vida.

Agradeço a todos os professores que estiveram comigo na pós-graduação e, juntos, me proporcionaram uma formação excepcional, professores João, Geisa, Beatriz, Flamarion, Adriany, Sampaio, Rita, Marlene, Vicente, a todos minha imensa gratidão. Em especial, quero agradecer ao meu professor e orientador Marcelo Cervo Chelotti, professor que tive a honra de trabalhar desde o início da graduação, ainda no PIBID e, posteriormente em que projetos foram crescendo. Obrigado por toda humanidade, carisma e diversos ensinamentos que me proporcionou.

Agradeço aos meus colegas da Universidade, os quais caminharam comigo durante esses dois anos. Com eles, ocorreram grandes aprendizados e procurarei sempre manter a proximidade.

Agradeço ao Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) e Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT), local em que passei diversos momentos durante a pesquisa, com colegas sempre muito dispostos e que, sem dúvida, ajudaram imensamente na minha caminhada acadêmica. Minha eterna gratidão ao Instituto de Geografia (IG), e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), além da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo auxílio financeiro concedido nos primeiros meses de pesquisa.

Agradeço também aos meus amigos que, mesmo nas frustrações, estavam ao meu lado e ofereceram ajuda com a maior disposição possível. Sou grato a todos presentes nesse caminho.

*“Quando criança, o café era:
bebida amarga de adulto!
Hoje adulta, o café é... lembrança doce de criança!”*

Daniella de Oliveira (Trecho exposto no *Museu do Café*)

RESUMO

As Indicações Geográficas (IGs) são produtos que apresentam qualidades e características diferenciadas e são resultado de uma série de agentes que atuam no território onde foram produzidas. No Brasil, a primeira IG ocorre no Vale dos Vinhedos (Vinho) em 2002, seguido pela IG da Região do Cerrado Mineiro (Café), sendo essa IG, com suas características, destacada nesse trabalho. A partir desse contexto, será apresentada uma série de características acerca das Indicações Geográficas, como sua gênese no Brasil, sua relação com o território, sua seletividade, suas espacializações, definições e produtos centrais. Também será exposto as características do cultivo de café no Brasil, em destaque a Região do Cerrado Mineiro, apresentando suas dinâmicas, as questões políticas e econômicas que levaram o cultivo a região, como também a relação com o meio técnico-científico-informacional. O trabalho tem como objetivo principal reconhecer as estratégias engendradas pelos cafeicultores que levaram o café do Cerrado Mineiro a conquistar a certificação de Indicação Geográfica, observando as dinâmicas do processo, a seletividade do mesmo e suas relações de apropriação de atributos territoriais. Os procedimentos metodológicos foram organizados em quatro etapas, sendo: revisão bibliográfica, coleta de dados secundários, pesquisas de campo e confecção de mapas, gráficos e quadros, sendo uma pesquisa qualitativa. De acordo com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), no primeiro semestre de 2021, o Brasil possuía 93 IGs distribuídas em todas as regiões. Dando destaque a Indicação Geográfica do Café da Região do Cerrado Mineiro foi possível perceber um produto ligado à globalização, que gera diversas transformações em seu território. Quanto a sua seletividade, pode ser pontuado duas vertentes: uma que expõe que todos os cafeicultores, com apoio das cooperativas e associações, conseguem a certificação e obter a IG, já outra vertente que expõe que o processo da IG é seletivo e que as adaptações necessárias para que ocorra a certificação não são acessíveis a todos cafeicultores.

Palavras-chave: Indicação Geográfica; Café; Região do Cerrado Mineiro; Território.

ABSTRACT

Geographical Indications (GIs) are products that have differentiated qualities and characteristics, being the result of a series of agents that act in the territory where they were produced. In Brazil the first GI occurs in Vale dos Vinhedos (wine) in 2002, followed by the GI of the Cerrado Mineiro Region (coffee), being this GI, with its characteristics, highlighted in this work. In this context, a series of characteristics about Geographical Indications will be presented, such as their genesis in Brazil, their relationship with the territory, their selectivity, their spatialization, definitions and core products. The characteristics of coffee cultivation in Brazil will also be exposed, especially in the Cerrado Mineiro Region, presenting its dynamics, the political and economic issues that led to the cultivation in the region, as well as the relationship with the technical-scientific-informational environment. The main objective of this work is to recognize the strategies devised by coffee growers that led the Cerrado Mineiro coffee to achieve the certification of Geographical Indication, observing the dynamics of the process, its selectivity and its relations of appropriation of territorial attributes. The methodological procedures were organized into four stages: bibliographic review, collection of secondary data, field research and preparation of maps, graphs and charts, being a qualitative research. According to the National Institute of Industrial Property (INPI), in the first half of 2021, Brazil had 93 GIs distributed in all regions. Emphasizing the Geographical Indication of Coffee from the Cerrado Mineiro Region it was possible to realize a product linked to globalization, which generates various transformations in its territory, as for its selectivity can be scored two strands: one that exposes that all coffee growers, with support from cooperatives and associations, can get the certification and obtain the GI, and another strand that exposes that the process of GI is selective and that the adaptations needed for the certification are not accessible to all growers.

Keywords: Geographical Indication; Coffee; Cerrado Mineiro Region; Territory.

RESUMEN

Las Indicaciones Geográficas (IG) son productos que presentan cualidades y características diferenciadas, siendo el resultado de una serie de agentes que actúan en el territorio donde se han producido. En Brasil la primera IG se produce en el Vale dos Vinhedos (vino) en 2002, seguida de la IG de la Región del Cerrado Mineiro (café), siendo esta IG, con sus características, destacada en el trabajo. En este contexto, se presentarán una serie de características sobre las Indicaciones Geográficas, como su génesis en Brasil, su relación con el territorio, su selectividad, sus espacializaciones, definiciones y productos principales. También se expondrán las características del cultivo del café en Brasil, especialmente en la región del Cerrado Mineiro, presentando su dinámica, las cuestiones políticas y económicas que llevaron el cultivo a la región, así como la relación con el entorno técnico-científico-informativo. El objetivo principal de este estudio es identificar las estrategias desarrolladas por los caficultores que llevaron a la certificación del café Cerrado Mineiro como Indicación Geográfica, observando la dinámica del proceso, su selectividad y sus relaciones de apropiación de atributos territoriales. Los procedimientos metodológicos se organizaron en cuatro etapas: revisión bibliográfica, recopilación de datos secundarios, investigación de campo y elaboración de mapas, gráficos y cuadros, siendo una investigación cualitativa. Según el Instituto Nacional de la Propiedad Industrial (INPI), en el primer semestre de 2021, Brasil contaba con 93 IG distribuidas en todas las regiones. Destacando la Indicación Geográfica del Café de la Región del Cerrado Mineiro se pudo percibir un producto ligado a la globalización, que genera diversas transformaciones en su territorio, mientras que su selectividad puede ser ponderada en dos vertientes: una que expone que todos los cafeteros, con el apoyo de las cooperativas y asociaciones, consiguen la certificación y obtienen el IG, y otra vertiente que expone que el proceso del IG es selectivo y que las adaptaciones necesarias para que se produzca la certificación no son accesibles a todos los cafeteros.

Palabras clave: Indicación Geográfica; Café; Región del Cerrado Mineiro; Territorio.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Brasil: Área Colhida de café nos principais produtores (1975/1995/2019).....	29
Gráfico 2. Brasil: Indicações Geográficas (IGs) por Regiões (2021).....	68
Gráfico 3. Brasil: Produtos vinculados às IGs registradas no país em porcentagem (2021)....	70
Gráfico 4. Minas Gerais: Produtos vinculados as IGs registradas no estado em porcentagem (2021)	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Brasil: Espacialização das Indicações Geográficas (2018).....	67
Figura 2. Dados gerais do café da Região do Cerrado Mineiro	80
Figura 3. Araguari – MG: “Terreirão” cercado da Fazenda Paraíso	85
Figura 4. Araguari – MG: “Terreirão” da Fazenda Paraíso onde são espalhados os grãos de café para secagem.....	86
Figura 5. Araguari – MG: Local de armazenamento dos produtos fitossanitários (agrotóxicos) – sinalização de cuidado	86
Figura 6. Araguari – MG: Máquina classificadora de café e quadro de certificações	87
Figura 7. Processos de Produção Oficial da Denominação de Origem na Região do Cerrado Mineiro (<i>printscreen</i> do site).....	88
Figura 8. Araguari – MG: Fazenda Paraíso e café certificado	92
Figura 9. Araguari – MG: Fachada da Cooperativa de Cafeicultores na Região do Cerrado Mineiro	94
Figura 10. Araguari – MG: Cafezais e secagem de café da Fazenda Estância Santa Ângela ..	97
Figura 11. Araguari – MG: Fazenda Paraíso (certificada com a Indicação Geográfica do café Cerrado Mineiro).....	99
Figura 12. Araguari – MG: certificações da Fazenda Paraíso	100

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Minas Gerais: Localização da Indicação Geográfica do café do Cerrado Mineiro....	18
Mapa 2. Minas Gerais: Área (hectares) plantada ou destinada à colheita de café (1999).....	32
Mapa 3. Minas Gerais: Área (hectares) plantada ou destinada à colheita de café por município (2019)	33
Mapa 4. Minas Gerais: Quantidade (toneladas) de café produzido por município (1999)	34
Mapa 5. Minas Gerais: Quantidade (toneladas) de café produzido por município (2019)	35
Mapa 6. Minas Gerais: Área (hectares) destinada à colheita de café por mesorregião (1999)	36
Mapa 7. Minas Gerais: Área (hectares) destinada à colheita de café por mesorregião (2019)	37
Mapa 8. Minas Gerais: Quantidade (toneladas) de café por mesorregião (1999)	38
Mapa 9. Minas Gerais: Quantidade (toneladas) de café por mesorregião (2019)	39
Mapa 10. Minas Gerais: Localização das Indicações Geográficas (IGs) do estado.....	73
Mapa 11. Região do Cerrado Mineiro: Associações de cafeicultores.....	81
Mapa 12. Região do Cerrado Mineiro: Cooperativas de cafeicultores	82
Mapa 13. Minas Gerais: Altitude (m) dos municípios	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Brasil: Indicações Geográficas, Números de Registro, Produtos Centrais, Data de Registro e Tipo de IG (2021).....	64
Quadro 2. Minas Gerais: Indicações Geográficas, Números de registro, produtos centrais, data de registro e tipo de IG (2020).....	72
Quadro 3. Região do Cerrado Mineiro: Municípios, associações e cooperativas de cafeicultores.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACA – Associação de Cafeicultores de Araguari

ACARPA – Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio

AMOCA – Associação dos Cafeicultores da Região Monte Carmelo

APPCER – Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado

APROVALE – Associação dos Produtores de Vinhos Finos dos Vales dos Vinhedos

ASSOCAFÉ – Associação Cafeicultores da Região de Carmo Paranaíba

ASSOGOTARDO – Associação de Apoio aos Produtores Rurais da Região de São Gotardo

COOPADAP – Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba

CACCER – Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro

CARMOCER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado da Região de Carmo do Paranaíba

CARPEC – Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba

COAGRIL – Cooperativa Agrícola de Unai

COOCACER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado

DO – Denominação de Origem

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

EXPOCACER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado

Ha – Hectares

IBC – Instituto Brasileiro de Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IG – Indicação Geográfica

IP – Indicação de Procedência

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

MONTECCER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Monte Carmelo

PAM – Produção Agrícola Municipal

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados

PRRC – Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais

t – toneladas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. DINÂMICAS E ARRANJOS TERRITORIAIS DO CULTIVO DE CAFÉ NO BRASIL E NO ESTADO DE MINAS GERAIS	24
1.1. Café: questão histórica e formação territorial.....	24
1.2. O café e sua dinâmica territorial no estado de Minas Gerais.....	30
1.3. O meio técnico-científico-informacional e a cafeicultura brasileira	43
1.4. Café Moderno, Triângulo Mineiro e os caminhos da Indicação Geográfica.....	47
2. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: GÊNESE, CARACTERÍSTICAS E TIPOLOGIAS	51
2.1. Indicação Geográfica: conceitos e gêneses.....	51
2.2. Categoria Geográfica Território e Certificação	57
2.3. Tipologias e Espacialização das Indicações Geográficas no Brasil e no estado de Minas Gerais	63
2.3.1. Tipologias e dinâmicas das Indicações Geográficas (IGs) no Brasil.....	63
2.3.2. Tipologias e dinâmicas das Indicações Geográficas (IGs) em Minas Gerais	71
2.3.3. Caracterização Geral das Indicações Geográficas de Minas Gerais	75
3. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO: CARACTERÍSTICAS, PARTICULARIDADES E SELETIVIDADE.....	79
3.1. Caracterização Organizacional do Café da Região do Cerrado Mineiro.....	80
3.2. Características socioeconômicas e parâmetros exigidos: A IG que apresenta um produto único.....	84
3.3. Perspectivas sobre a Indicação Geográfica e sobre o café do Cerrado Mineiro.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES	109
ANEXOS.....	113

INTRODUÇÃO

Presente na mesa de quase todo brasileiro diariamente, o café (e seu cultivo), apesar de aparentar muito simples, possui complexidade elevada. Da sua chegada no século XVIII, até os dias atuais, esse produto se insere na configuração territorial do país, além de dialogar e modificar as paisagens do rural e do urbano por meio de seus distintos aspectos.

Ao longo da história, nota-se que o cultivo cafeeiro passou por inúmeras rotas e adaptações. Inicialmente se instala no estado do Pará, vindo da Guiana Francesa, no entanto, foi apenas no final do século XVIII que teve início seu enraizamento, o qual ocorreu no Vale do Paraíba, estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Posteriormente, já no século XIX, o café se expande e se interioriza para os estados de São Paulo e do Paraná. Nesse contexto, o produto torna-se fundamental para o fortalecimento econômico do Brasil, alicerce da política brasileira e base para o processo de industrialização no século XX.

Nos idos dos anos 1970, o cenário nacional da cafeicultura passou por grande mudança. Devido a problemas climáticos – como geada –, questões econômicas e incentivos governamentais, como a questão da Revolução Verde, iniciou-se uma reorientação da produção cafeeira, que partiu em direção ao estado de Minas Gerais, especificamente para a Região do Cerrado Mineiro.

Atualmente, em 2022, quatro estados possuem destaque na produção cafeeira nacional: São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais, este último – maior produtor – será trabalhado e evidenciado na presente pesquisa. O estado de Minas Gerais, conforme Pereira (2014), se destaca no cultivo do café em três principais regiões: a Zona da Mata, o Sul de Minas e o Oeste de Minas Gerais, denominado Cerrado Mineiro.

Essas regiões mineiras, no entanto, apresentam distintas características em relação à produção do café. Nas regiões produtoras do Sul de Minas e Zona da Mata, o cultivo é realizado com uma grande quantidade de mão-de-obra e apresenta técnicas que variam de tradicionais às mais modernas e são ligadas sobretudo à um relevo acidentado, já na região do Oeste de Minas – Cerrado Mineiro – caracteriza-se por uma cafeicultura modernizada pelo uso de máquinas e fertilizantes, além dos altos incentivos financeiros e científicos recebidos pela região, os quais são financiados tanto pela iniciativa privada, quanto por órgãos estatais, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Além desses métodos científicos, segundo Ortega (2008), o auxílio do Estado também contribui com políticas de crédito agrícola para expansão da cafeicultura. Em suma, podemos apresentar o Cerrado Mineiro como uma região intimamente

ligada ao meio técnico-científico-informacional e ao agronegócio. Em consonância com Matos e Pessôa (2014):

As áreas de Cerrado, desde a década de 1970, tornaram-se palco de transformações espaciais, sociais, econômicas, ambientais, urbanas e culturais, decorrentes da reestruturação produtiva, devido à modernização da agricultura, via expansão do agronegócio. Desde esse período, o agronegócio vem conquistando “fatias” do território do Cerrado, com a consolidação de empresas rurais, agroindústrias, principalmente ligadas ao setor grão-carne e *tradings*, entre outras empresas ligadas ao ramo do agronegócio, modificando os usos do território, criando novas paisagens e novas formas de produção, pautadas na inserção do meio técnico-científico-informacional (MATOS, PESSÔA, 2014, p. 22).

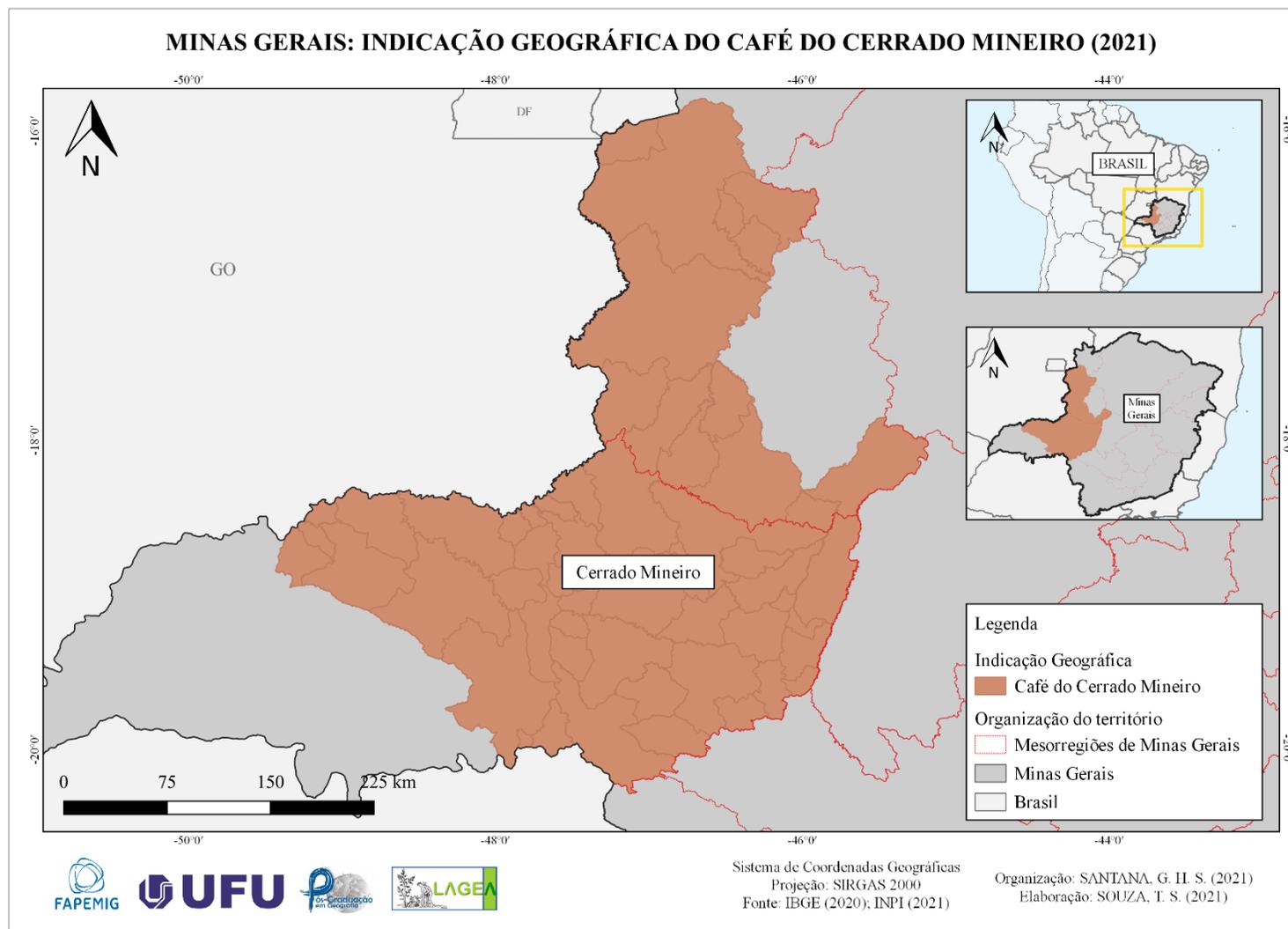
A consolidação da atividade cafeeira no Cerrado de Minas Gerais é latente. Contudo, nos anos de 1990 teve início outro processo: o surgimento de diversas cooperativas e associações na região, sendo o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro (CACCCER) – atualmente Federação dos Cafeicultores do Cerrado – um órgão com centralidade.

O processo mostrou como os cafeicultores se uniram em associações e cooperativas com o objetivo de fortalecimento para o mercado tanto interno quanto externo. Além de demonstrarem preocupação com a qualidade de seu produto, esses produtores propuseram um café diferenciado dos demais, isto é, conseguiram agregar valor ao produto e torná-lo conhecido também pelo indicador qualitativo. Nesse contexto melhorar a qualidade e buscar por certificações, a CACCCER realizou um pedido ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e, em 2005, teve a formação da Indicação Geográfica do café do Cerrado Mineiro, primeira Indicação Geográfica (IG) de Minas Gerais.

A IG consiste em valorizar e delimitar produtos que possuem qualidade diferenciada, produtos cujo atributos os tornam singulares, bem como quando determinadas regiões se tornam conhecidas pelos produtos que as mesmas produzem. A primeira IG no país ocorreu em 2002, foi denominada IG do Vale dos Vinhedos (estado do Rio Grande do Sul) e, no primeiro semestre de 2021, o país já dispunha de 93 Indicações Geográficas, sendo 84 nacionais e 9 internacionais.

A IG do café da Região do Cerrado Mineiro foi registrada pelo INPI através do número IG990001. Sua Denominação de Origem foi registrada em 2013 (nº. IG201011). De acordo com a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, a região tem uma área de 155 mil hectares composta por aproximadamente 55 municípios. Vale destacar que a área está contida em partes de duas mesorregiões, são elas: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Noroeste de Minas – vide Mapa 1.

Mapa 1. Minas Gerais: Localização da Indicação Geográfica do café do Cerrado Mineiro



Fonte: IBGE (2018); INPI (2019).
Organização: SANTANA, G. H. S. (2020).

Notando as diversas transformações propostas pelo café, para além das forças determinantes no cultivo, realizaremos uma reflexão acerca da categoria geográfica Território, uma vez que observa-se toda uma estruturação territorial com as mais distintas relações de poder, organizações em associações, como o CACCER; a organização em cooperativas, como Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado (COOCACER) e a junção dos agricultores.

É fundamental compreendermos a formação territorial do café do Cerrado como justificava da constituição da Indicação Geográfica, haja vista tamanha importância desse cultivo para todo território nacional, em especial para o Oeste de Minas Gerais, a qual passou por diversas transformações territoriais após o estabelecimento do cultivo. Percebemos a importância do café, na esfera econômica com sua importância previamente apresentada, mas também nos âmbitos social e cultural, visto que o cultivo está intimamente ligado aos costumes do cidadão mineiro.

É importante pontuar toda trajetória de pesquisa realizada pelo autor para que fosse possível apresentar os dados e reflexões expostos no trabalho. Essa dissertação é fruto de trabalhos que ocorrem desde a graduação, em que buscou-se compreender as certificações, bem como suas características e complexidades no país. A linha de pesquisa sobre as Indicações Geográficas, em especial o café do Cerrado, foi tema central do Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Geografia¹ e se expande as análises agora no Mestrado. A pesquisa é fruto de anos, tendo como princípio a continuidade e acompanhamento dessas certificações.

Diante dos pressupostos, essa pesquisa tem como objetivo principal reconhecer as estratégias engendradas pelos cafeicultores que levaram o café do Cerrado Mineiro a conquistar a certificação de Indicação Geográfica, observando as dinâmicas do processo, a seletividade do mesmo e suas relações de apropriação de atributos territoriais. Como objetivos específicos, temos que: a) Apresentar as complexidade e dinâmicas acerca da Região do Cerrado Mineiro, conhecida como café do Cerrado; b) Expor as relações existentes entre a Categoria Geográfica Território e as Indicações Geográficas; c) Analisar a IG enquanto instrumento de exclusão e desigualdade entre os membros da cadeia produtiva do café cultivado no Cerrado Mineiro.

A metodologia de pesquisa ocorreu em quatro grandes etapas. Primeiramente houve o levantamento bibliográfico sobre a discussão da cafeicultura, em especial, o café do Cerrado, utilizando autores que já trabalharam a temática como Orozco (2018), Toledo e Gancho (2003), Ortega (2008), Pereira (2014), dentre outros. No que tange à discussão sobre Indicações

¹ SANTANA, Guilherme Henrique dos Santos. **Indicação Geográfica (IG) do Café da Região do Cerrado Mineiro: formação, consolidação e perspectivas**. 2020. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

Geográficas, recorreremos a Nierdele e Vitrolles (2010), Flores e Falcade (2019), Caldas (2019) e Mafra (2008). Nesse trabalho, a categoria geográfica Território terá centralidade, sendo utilizado Souza (2000; 2009), Santos (1994; 2006), dentre outros.

A segunda parte consistiu em coletar dados secundários, acessando plataformas e bancos, tais como a Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação João Pinheiro de Minas Gerais, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, como também os dados das cooperativas e organizações de cafeicultores, como a Associação de Cafeicultores de Araguari (ACA), Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA) e Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

Em um terceiro momento, ocorreu uma série de pesquisas de campo, divididas em dois eixos: o primeiro, com observações e entrevistas semiestruturadas com base em Marconi e Lakatos (2012) e aplicadas nas cooperativas e associações, como ACA, COOCACER, Federação dos Cafeicultores do Cerrado, dentre outras. As mesmas se deram para compreender a certificação por meio dessas instituições. No segundo eixo, também com conjunto de observações e entrevistas, seguindo a mesma lógica anterior. A pesquisa de campo ocorreu com cafeicultores certificados e não certificados, para entender as perspectivas de cada um acerca da Indicação Geográfica. É importante ressaltar que as entrevistas não foram realizadas de forma simultânea. Cada entrevistado pôde expor individualmente seus pensamentos e explanações, tendo a liberdade para conversar e aprofundar nos assuntos que julgasse mais necessários. Pontua-se também que a identidade dos entrevistados foi resguardada.

Em síntese, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cooperativas, associações, cafeicultores certificados e não certificados, todos dentro da Região do Cerrado Mineiro, tendo ênfase o município de Araguari – Minas Gerais. Os questionários (Apêndice 1) indagaram desde as características das fazendas, até mesmo os benefícios da certificação, como também, os tipos de vínculos entre cooperativa e cafeicultores e o círculo produtivo da produção cafeeira.

Em um quarto momento, após revisão bibliográfica com os autores propostos e coleta de dados nas diversas plataformas citadas, foi elaborado a escrita do trabalho juntamente com a confecção de mapas, quadros e gráficos sendo utilizadas metodologias de autores, como na tabulação das Indicações Geográficas do Brasil e de Minas Gerais e a espacialização desses, também utilizamos o INPI (2019) e Caldas (2019), com suas discussões teóricas e dados apresentados; na organização de informações sobre os produtos vinculados às IGS nacionais nos apoiamos em Flores e Falcade (2019).

O uso de materiais cartográficos e iconográficos estará presente em todas as seções, cujo intuito é espacializar, quantificar e qualificar as informações colocadas, além de torná-las mais compreensíveis e observáveis do ponto de vista espacial. Os mapas foram elaborados utilizando o *software* livre *Quantum GIS (QGis)*. As bases cartográficas foram obtidas a partir de banco de dados estatísticos da Produção Agrícola Municipal (PAM), acervo mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e responsável por coletar informações sobre produtos de lavouras temporárias ou permanentes do país, caracterizados pela significativa importância econômica e relevância social. Foram utilizadas duas unidades de coleta da base PAM/IBGE: uma do município e outra da mesorregião. As fotografias estarão presentes ao longo da terceira seção, pois é produto das pesquisas de campo realizadas.

Para confecção dos mapas buscamos compreender desde a questão espacial e de aquisição de novas áreas como também a produtividade de café. Para tal foram adotadas duas variáveis: Área Colhida – área plantada ou destinada à plantação de um determinado produto, nesse caso o café, no município – expressa em hectares (Ha) e Quantidade Produzida – quantidade do produto produzido por região – mensurada em toneladas (t). No que se tange a delimitação, os mapas têm como base o estado de Minas Gerais, suas mesorregiões e municípios, pois foi desejável realizar tanto uma análise individual diante das complexidades de cada localidade, quanto análise das áreas de maneira conjunta, fundamental para compreender as dinâmicas e comportamentos regionais.

No que tange a periodização, foram escolhidos os anos de 1999 e 2019, O ano de 1999 para apresentar as características e dinâmicas do café no final da década de 1990, em que há uma consolidação das áreas produtivas que iniciaram arranjos territoriais em algumas regiões do estado na década de 1970, e também o ano de 2019, sendo os dados mais atuais encontrados na plataforma PAM/IBGE.

Outro aspecto que deve ser pontuado é como os mapas de 2019 apresentam de maneira mais clara e detalhada os dados e informações por município, pois em 1999, ao procurar os dados PAM/IBGE, muitos não apresentavam informações em seu banco, ou seja, subentende-se que a coleta atualmente é feita de forma mais precisa e com mais informações.

Para analisar visualmente as informações foram confeccionadas mapas temáticos de Área Colhida e Quantidade Produzida a partir das unidades espaciais escolhidas ao longo dos citados anos. Na espacialização por município, em virtude da significativa quantidade, foi utilizado o método graduado em que os dados variam conforme os intervalos de classe estabelecidos, sendo as cores mais escuras para expressar maiores hectares e toneladas e, as cores mais claras, para menores valores de Área Colhida e Quantidade Produzida, ou seja, as

feições (municípios) são coloridas de acordo com o valor da informação indicada, os números são agrupado em classes de acordo com o intervalo pré-estabelecido. Já em relação às mesorregiões, as feições foram pigmentadas conforme o valor próprio de cada localidade, pois como são apenas 12 mesorregiões é possível indicar uma cor específica em uma escala “degradê”, ou seja, cada mesorregião foi colorida de acordo com a intensidade do fenômeno apresentado.

Nos mapas é possível encontrar a legenda “sem dados”, pois não há valor disponível no PAM/IBGE. Isso ocorre quando a colheita e/ou produção de café não foi pesquisada pelos órgãos competentes ou determinado município não existia no ano da pesquisa ou havia sido recém emancipado e ainda não possuía os valores referentes. Os municípios indicados com Área Cultivada ou Quantidade Produzida igual a zero significa que no ano indicada não houve cultivo ou produção do produto indicado.

Os mapas auxiliam assim, somando com os gráficos e quadros, a analisar a realidade do estado de Minas Gerais bem como suas características do cultivo de café. Em síntese, uma pesquisa qualitativa, contemplando a tabulação de dados de diversas plataformas apresentadas anteriormente, como também uma série de discussões e análises dos dados obtidos.

Todos esses dados (os já apresentados e os que ainda serão expostos) foram sintetizados com informações disponíveis até o primeiro semestre de 2021, de forma mais específica, foram retiradas até o final do mês de junho de 2021.

A pesquisa será dividida em três seções: “Dinâmicas e Arranjos Territoriais do Cultivo de Café no Brasil e no Estado de Minas Gerais”; “Indicação Geográfica: Gênese, características e tipologias”; “Indicação Geográfica do Café da Região do Cerrado Mineiro: Características, particularidades e seletividade”.

Na seção “Dinâmicas e Arranjos Territoriais do Cultivo de Café no Brasil e no Estado de Minas Gerais”, será disposto sobre o cultivo de café no território brasileiro desde suas características históricas até suas configurações territoriais que chegam ao estado de Minas Gerais, mais especificamente na Região do Cerrado Mineiro. Importante pontuar as transformações do cultivo ao longo do tempo, desde a lógica escravocrata do Vale do Paraíba nos séculos anteriores a produção moderna ligada ao meio técnico-científico-informacional das últimas décadas.

Na seção “Indicação Geográfica: Gênese, Características e Tipologias” será disposto sobre as Indicações Geográficas, suas características, conceituação, particularidades e como as mesmas se constituíram no Brasil. Será exposto a íntima relação entre as IGs e a categorias

geográfica território, como também a tabulação das IGs de todo Brasil, com o ano em que foram certificadas e seu respectivo produto central.

Na seção “A Indicação Geográfica do Café da Região do Cerrado Mineiro” será apresentado mais profundamente sobre a certificação, onde se unirão os debates acerca da cafeicultura com a Indicação Geográfica, assim apresentando desde características físicas da região, como também os produtos que obtiveram a certificação ou que não as possuem por questões de seletividade, na seção também será explorado a questão dos círculos produtivos do café do Cerrado, como também os resultados dos trabalhos de campo com os cafeicultores e com as cooperativas.

1. DINÂMICAS E ARRANJOS TERRITORIAIS DO CULTIVO DE CAFÉ NO BRASIL E NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nessa seção serão expostos debates e dinâmicas acerca do cultivo de café no território brasileiro com posterior destaque ao estado de Minas Gerais. Será apresentado a questão histórica da produção cafeeira, sua consolidação no território e transformações locais e produtivas ao longo dos séculos. Outro ponto importante elencado será a modernização da cafeicultura brasileira, o qual acompanha o processo de mecanização da agricultura pós Segunda Guerra, tópico fundamental para compreender o café da Região do Oeste Mineiro e seu processo de certificação. Para fechar, será pontuado como o café está alinhado a diversos momentos do país, tendo importância econômica, política e cultural, o que reforça a importância de seu estudo.

1.1. Café: questão histórica e formação territorial

A busca pela compreensão e entendimento do café, guardadas as devidas proporções, se assemelha muito ao estudo da Geografia em razão da complexidade, grandes variáveis e diversas áreas de conhecimentos que os mesmos englobam. Ambos estão presentes desde questões econômicas e políticas até nas esferas culturais e sociais. Em síntese, café e Geografia, campos que para muitos seriam no mínimo “distantes”, possuem mais interconexões e análises do que se aparenta.

O cultivo de café está diretamente associado a formação territorial do Brasil, cuja importância remonta ao período colonial, mais especificamente a partir do século XVIII, e continua com destaque até os dias atuais, haja visto que o mesmo permanece como um dos principais cultivos e produtos consumido Brasil.

No que tange à questão histórica, o café é evidenciado em diversas fases da formação territorial brasileira, tendo características diferentes em determinados momentos e se alinhando aos importantes momentos do país, como o processo de industrialização, o crescimento da cidade de São Paulo e mais recentemente as correntes migratórias para o Cerrado Mineiro.

Adentrando em uma perspectiva histórica, essencial para compreendermos e associarmos o café ao seu modelo produtivo e a questão territorial, devemos analisar as características do século XVIII. Em 1727, onde atualmente é o estado do Pará, chega a primeira planta de café advinda da Guiana Francesa. Porém, é no final desse século que o cultivo de café se enraíza no território nacional e, de forma efetiva, torna parte da economia nacional.

A produção de café no Brasil esteve marcada ao longo da história pela incorporação de novas áreas de produção, apropriando-se de áreas de florestas ou desalojando outras atividades consideradas menos lucrativas. Em seus ciclos iniciais, desde o fim do século XVIII até a década de 1870, o Vale do Paraíba do Sul – tanto na porção fluminense quanto na paulista – foi a maior potência na produção e manteve o Brasil como principal produtor de café no mundo à época, alcançando o auge em meados do século XIX (OROZCO, 2018, p. 277).

Como apresentado por Orozco (2018) é no Vale do Paraíba que o cultivo de café ganha características comerciais, se tornando posteriormente uma potência econômica, em razão de sua abundância de terras e certas condições físico-geográficas favoráveis.

A primeira atividade agrícola desenvolvida no Brasil foi o cultivo de cana-de-açúcar iniciado em 1530, o qual estabelecia uma relação de exploração da colônia rentável para a metrópole portuguesa, até o momento em que perdeu protagonismo no início do século XVIII. Porém, mesmo com a decadência do sistema canavieiro, os cafezais seguiam a lógica europeia imposta desde o início da colonização, visando exploração, lucro e destinação ao mercado externo.

(...) a fazenda de café se tornou uma unidade de produção integrada ao sistema econômico europeu, pois fornecia um produto que não havia na Europa, e que começava a ser valorizado nos países ricos. A produção brasileira de café não foi motivada pela necessidade alimentar ou por qualquer razão interna, mas sim pelos interesses comerciais internacionais (TOLEDO; GANCHO, 2001, p. 14).

Como elencado por Toledo e Gancho (2003), para além do crescimento e popularização da bebida na Europa, o cultivo de café possui como base o mercado externo e a alta lucratividade. Isso significa que desde o século XVIII as características de oferta, procura e mercado consumidor estavam em evidência. Essa reflexão está diretamente ligada a centralidade da pesquisa, dado que aqui se busca os mais variados arranjos territoriais para assim agregar valor e aumentar o preço agregado do produto no mercado internacional, ou seja, mesmo que de maneira estrategicamente mais moderna, ainda se observa uma lógica comercial que tem raiz a séculos passados.

Segundo Ortega e Jesus (2012), a consolidação do café no Vale do Paraíba se deu pelas terras abundantes e propícias a cultura; grande número de trabalhadores escravizados devido a produção açucareira; crise da produção aurífera e por fim, recursos e fácil adaptação das fazendas canavieiras para o cultivo de café. Ou seja, o cultivo de café foi inserido no Vale do

Paraíba sob um forte contexto econômico e de substituição de cultivos, os quais poderiam ter suas estruturas produtivas adaptadas.

Porém, com o passar dos anos, os arranjos territoriais ligados ao cultivo de café foram se alterando. Devido ao esgotamento das áreas e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, o Vale do Paraíba perde o protagonismo, quando ocorre um processo de expansão do polo de crescimento do cultivo que vai em direção ao interior São Paulo, estado em que o cultivo tomou grandes proporções.

(...) em quase um século, o Estado de São Paulo tornou-se um grande cafezal. Valia a pena plantar, colher e comercializar café: fazendas se expandiram ou se fundiram; buscaram-se terras virgens; o dinheiro corria solto e com ele vieram o luxo das casas, das roupas, da mobília, e o poder político dos cafeicultores (TOLEDO; GANCHO, 2003, p. 23).

Segundo Toledo e Gancho (2003), no século XIX, movido por grandes investimentos, pelo fortalecimento da burguesia paulista e pela utilização da mão de obra imigrante, o cultivo de café se consolida e se expande por dois principais estados – São Paulo e Paraná – e, nesses territórios, se firmou como uma das mais importantes explorações agrícolas do país. É importante ressaltar que esse cultivo está ligado desde o princípio aos moldes do capital a parcerias com o Estado.

(...) a atividade cafeeira assume papel relevante na economia nacional, ao induzir, em parceria com o Estado, o desenvolvimento dos setores industrial, comercial e financeiro, diferenciando e influenciando até os dias atuais a configuração territorial de São Paulo (IBGE, 2016, p. 10).

Além da organização por trás do café, seu cultivo associou-se ao desenvolvimento urbano-industrial de onde esteve presente. Atuou em conjunto com o poder econômico vigente, fato que apresenta o café como um modificador do Espaço Geográfico, tanto aos moldes do rural como também do urbano, além de torná-lo um dos principais produtos de exportação nacional, peça chave na balança comercial nacional.

Desde 1830 que a mola mestra da civilização brasileira vem se constituindo no café. Particularmente o Segundo Reinado e a Primeira República têm suas vidas intimamente ligadas ao café. O que temos de desenvolvimento material, como redes de comunicações, portos construídos, áreas saneadas, cidades em franco progresso, e mesmo nosso parque industrial; e ainda, o pouco que possuímos de evolução cultural, como escolas, hospitais, institutos de pesquisas, tudo, foi construído à custa do café (ARAÚJO FILHO, 1989, p. 52).

O capital gerado pelo setor cafeeiro, bem como o fortalecimento de sua elite, historicamente apresentado como “Barões do Café”, resultaram em uma série de investimentos sobretudo em São Paulo, como exemplo: atividade industrial, desenvolvimento de ferroviários, casas e roupas luxuosas.

Outro ponto importante é como a expansão de café nesses estados levanta um poder político além do econômico, em que a burguesia participa e molda ações, refletindo diretamente a categoria geográfica Território, a ser exposta adiante.

Em síntese, os arranjos territoriais resultantes a partir do cultivo de café chegam a diversas escalas, desde econômicas, como a balança comercial, as bolsas do café na cidade de Santos; políticas, com as elites participando diretamente do desenvolvimento de ações públicas e financiamentos; e questões culturais, moldando o estilo de vida paulista no século XIX, como carros, construções e tentativas de modernização.

Nenhum dos produtos que representaram no passado fontes de riqueza do Brasil, pode emparelhar-se com o café, tanto no que diz respeito ao seu valor de produção, quanto nas consequências sócio-culturais produzidas. Nem a cana e o pau-brasil nos primeiros tempos da colônia, e muito menos o ouro e as pedras preciosas no findar do período colonial português, nas consequências oriundas para os brasileiros, podem medir forças com o café (ARAÚJO FILHO, 1989, p. 51).

Com o passar das décadas e após muitas transformações nos territórios apresentados, as características do café se alteram. Algumas condições climáticas e econômicas começaram a se tornar empecilhos na produção nos estados de São Paulo e do Paraná, desse modo, ocorre alteração na configuração territorial do cultivo:

Dentre esses fatores, as fortes geadas que atingiram os cafezais de São Paulo e Paraná, dentre as quais se destaca a de 1975, além da política pública voltada a esse segmento específico, como as ações de erradicação, os planos de renovação e, mais recentemente, os zoneamentos agroclimáticos, constituem os mais poderosos vetores geográficos indutores do deslocamento espacial da cafeicultura no território brasileiro ao longo do tempo histórico (IBGE, 2016, p. 10-11).

Próximo a década de 1970, grandes mudanças ocorreram na produção e organização cafeeira nacional. Pereira (2014) coloca que essa década é marcada pela reestruturação do café no país, em que a principal mudança é a incorporação do estado de Minas Gerais, pertencente ao bioma Cerrado, e do estado do Espírito Santo, que antes possuíam algumas regiões cafeeiras sob um molde de consumo do mercado interno. Essas novas regiões incorporadas possuem uma

lógica diferente, sendo uma produção em larga escala, ligada ao capital e, posteriormente, na lógica de exportação.

Nesse contexto, também é válido destacar e retomar as transformações ocorridas no Cerrado a partir da implantação, na década de 1970, das políticas de modernização da agricultura possibilitaram uma nova configuração econômica nessa área. Nas palavras de Pessoa e Inocêncio (2012):

O uso intensivo de capital foi responsável pela expansão agrícola e ocupação do Cerrado, fazendo com que esse território assumisse uma importância estratégica para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, com altos índices de produtividade. (...) Modernizar era a palavra-chave para se alcançarem os objetivos do desenvolvimento, mais econômico do que propriamente social. No contexto do Cerrado, dois grandes projetos foram responsáveis pela produção e apropriação desse território: o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados/Projeto Jica [sic.]), sendo este último que provocou mais discussões e reflexões sobre sua implantação (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2012, p. 2).

Políticas públicas como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) teve importância, inclusive, para a urbanização brasileira e sobretudo a urbanização na citada região. A modernização agrícola culminou no êxodo-rural em decorrência do não acesso ao crédito por parte do pequeno produtor (em detrimento do ampliado acesso ao crédito do grande produtor) que, sem a possibilidade de emprego no campo, migrou para as cidades disposto a servir de mão-de-obra nas indústrias recém instaladas.

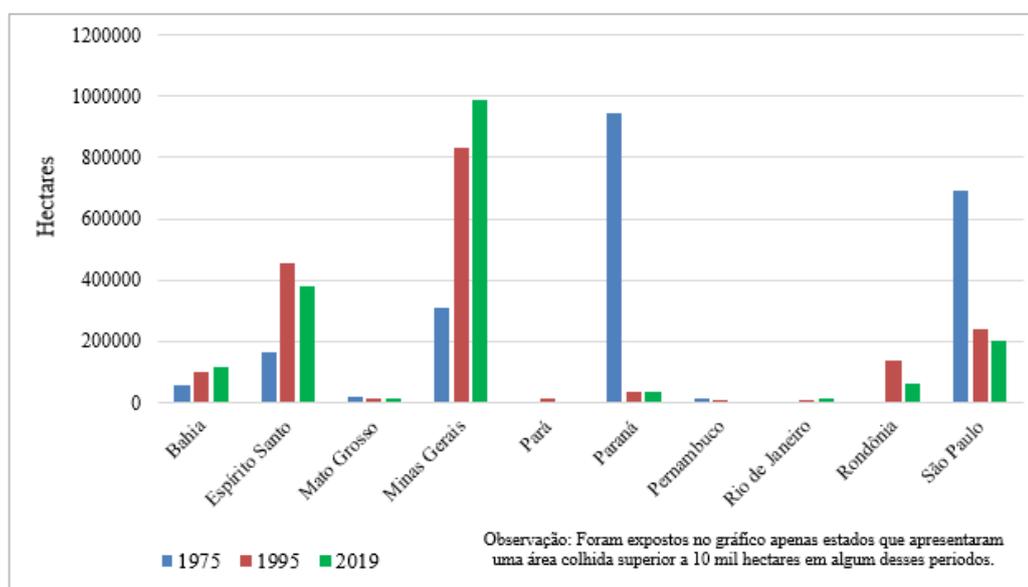
Segundo o IBGE (2016), alguns fatores foram fundamentais para mudança do eixo São Paulo – Paraná em direção a Minas Gerais – Espírito Santo, sendo: a ocorrência de geadas na área de produção cafeeira, inclusive, com a presença da “geada negra” – queima do cultivo em razão de fortíssimos ventos frios – responsável pela perda total dos pés de café, fato que gerou um prejuízo gigantesco; a incorporação do Cerrado para prática de agricultura, o que propiciava novas áreas agricultáveis que, com certos investimentos, possuía um grande potencial produtivo; a adesão técnica de Minas Gerais ao Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), esse último ponto, consoante a Ortega (2008), dispunha do tema “Renovar para Salvar”, em que a adesão mineira resulta em uma série de incentivos governamentais.

[...] acrescenta que as transformações impostas à atividade cafeeira causaram uma mudança de paisagem e na localização de sua produção, pois a ordem dos estados produtores se alterou significativamente. Com as fortes geadas de

1975, o estado do Paraná que chegou a produzir mais de 40% do café brasileiro, perdeu a liderança para o estado de Minas Gerais (MARTINS, 2008 *apud* ORTEGA, JESUS, 2012, p. 41).

Como apresentado, devido a fatores físico-naturais e político-econômicos, ocorre uma transição do cultivo de café no território brasileiro. É nesse momento que há destaque para o estado de Minas Gerais, como pode ser observado no Gráfico 1:

Gráfico 1. Brasil: Área Colhida de café nos principais produtores (1975/1995/2019)



Fonte: PAM/IBGE (2021).

Organização e elaboração: SANTANA, G. H. S. (2021).

No gráfico² exposto é possível perceber essa transição do cultivo de café no território brasileiro. Nota-se que, na década de 1970 início da transição, os estados com maior produção são os estados de São Paulo e Paraná, diferentemente da década de 1990, em que uma mudança se efetiva e é possível perceber uma maior área colhida nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

É importante ressaltar que para dimensionar a transição de cultivos foi utilizado como base a Área Colhida (hectares), de modo a dar uma dimensão territorial da transição, bem como apresentar a tendência de incorporação de novas áreas ou o efeito contrário (no caso a diminuição de área de cultivo de café, como por exemplo, no estado do Paraná).

² Para análise dos dados foram escolhidos os anos de 1975, 1995 e 2019. Cada um desses anos representa, respectivamente, a transição do maior número de produção (de Paraná e São Paulo para Minas Gerais); a consolidação de Minas Gerais como estado produtor protagonista do café e, o último dado disponibilizado pelo PAM-IBGE.

Devemos pontuar também a análise dos dados de 2019 apresentados, sendo esses os mais atuais disponibilizados pela plataforma da Produção Agrícola Municipal (IBGE), os quais mostram a consolidação dessa mudança. Minas Gerais e Espírito Santo contam com a maior área colhida, além de uma série de modernizações e amparos governamentais que promovem seu destaque no cenário nacional.

Em suma, a mudança na dinâmica territorial do café se deu tanto sobre fatores econômicos (visto as tendências político-econômicas de instauração de uma café moderno no estado de Minas Gerais, como também a utilização das antigas áreas cafeeiras do Paraná direcionada as *commodities* como a soja) como também físicos (como por exemplo a geadas negra que causou grandes prejuízos aos agricultores e junto com a questão político-econômica influenciou a mudança da dinâmica cafeeira) e resultou no soerguimento dos estados citados que, posteriormente, se tornaram os protagonistas na produção cafeeira, processo responsável por grandes transformações na agricultura brasileira.

1.2. O café e sua dinâmica territorial no estado de Minas Gerais

O estado de Minas Gerais é conhecido por sua grande complexidade regional. É o protagonista na questão econômica brasileira e está presente nas várias atividades dos setores primário, secundário e terciário.

No setor primário, evidenciado no estudo, é possível reforçar o discurso da diversidade e observar a presença de inúmeras atividades, desde a produção de *commodities* como a soja e o milho, fortalecidas pela Revolução Verde e pelo meio técnico-científico-informacional, até produtos tradicionais como o queijo da região da Canastra e a cachaça do Norte de Minas. Nesse âmbito, podemos pontuar o café como produto de destaque em Minas Gerais que, desde a década de 1970, se estabelece como um dos principais produtos de diversas regiões do estado.

De acordo com Pereira (2014), o estado de Minas Gerais se destaca no cultivo do café em três principais regiões: a Zona da Mata, o Sul de Minas e o Oeste de Minas Gerais, também exposto como Região do Cerrado Mineiro. Essas regiões produtoras serão expostas e evidenciadas nos mapas a seguir.

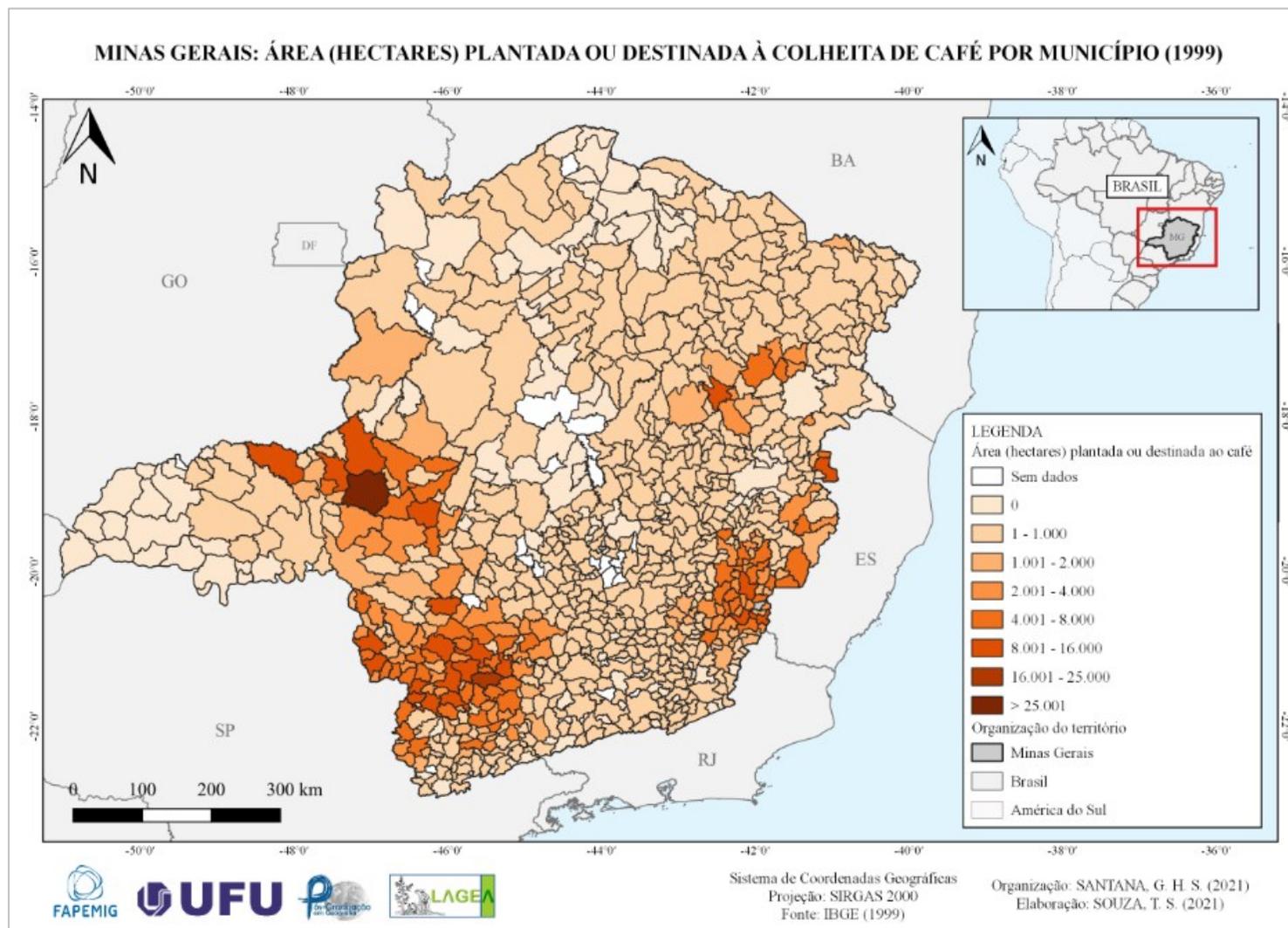
Como apresentado na metodologia, esses diversos mapas evidenciam as principais regiões produtoras do estado e apresentam assim lapsos temporais e territoriais distintos, com o objetivo de trazer análises nas mais diferentes perspectivas.

Os mapas 2 e 3 espacializam as áreas plantadas ou destinadas à colheita de café tendo como base a unidade do município e referem-se, respectivamente, aos anos de 1999 e 2019. Os

mapas 4 e 5 ilustram a quantidade de café produzido por município, o valor é medido em toneladas e referem-se aos anos de 1999 (Mapa 4) e 2019 (Mapa 5). Já os mapas 6, 7, 8 e 9 abordam a unidade da mesorregião, sendo: Área Colhida em 1999 (Mapa 6) e em 2019 (Mapa 7) e Quantidade Produzida em 1999 (Mapa 8) e em 2019 (Mapa 9). Por fim, temos os mapas 10 , 11, 12 e 13, sendo, respectivamente: localização das IGs mineiras; localização das associações do Cerrado Mineiro; localização das cooperativas do Cerrado Mineiro; altitude de Minas Gerais.

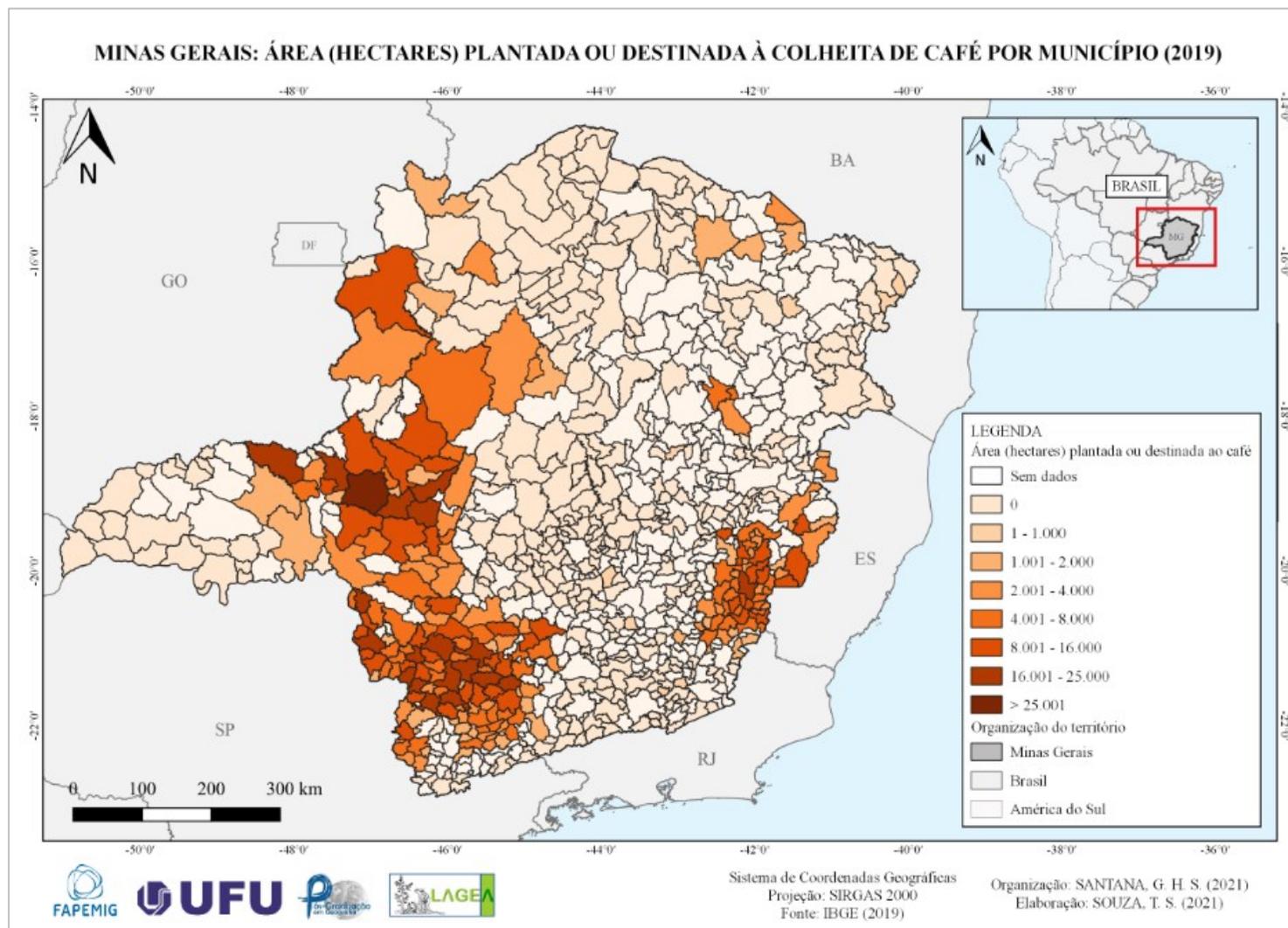
Vale mencionar que o conceito de “grande” ou significativa extensão territorial é bastante relativo. O Brasil é um país de dimensões continentais. Assim sendo, falar que há uma extensa área territorial no país é diferente de considerar uma área significativa em Portugal, por exemplo. Nesse mesmo sentido, tem-se o bioma Cerrado que também figura como beneficiado do ponto de vista da área e até mesmo o estado de Minas Gerais, um dos maiores do país.

Mapa 2. Minas Gerais: Área (hectares) plantada ou destinada à colheita de café (1999)



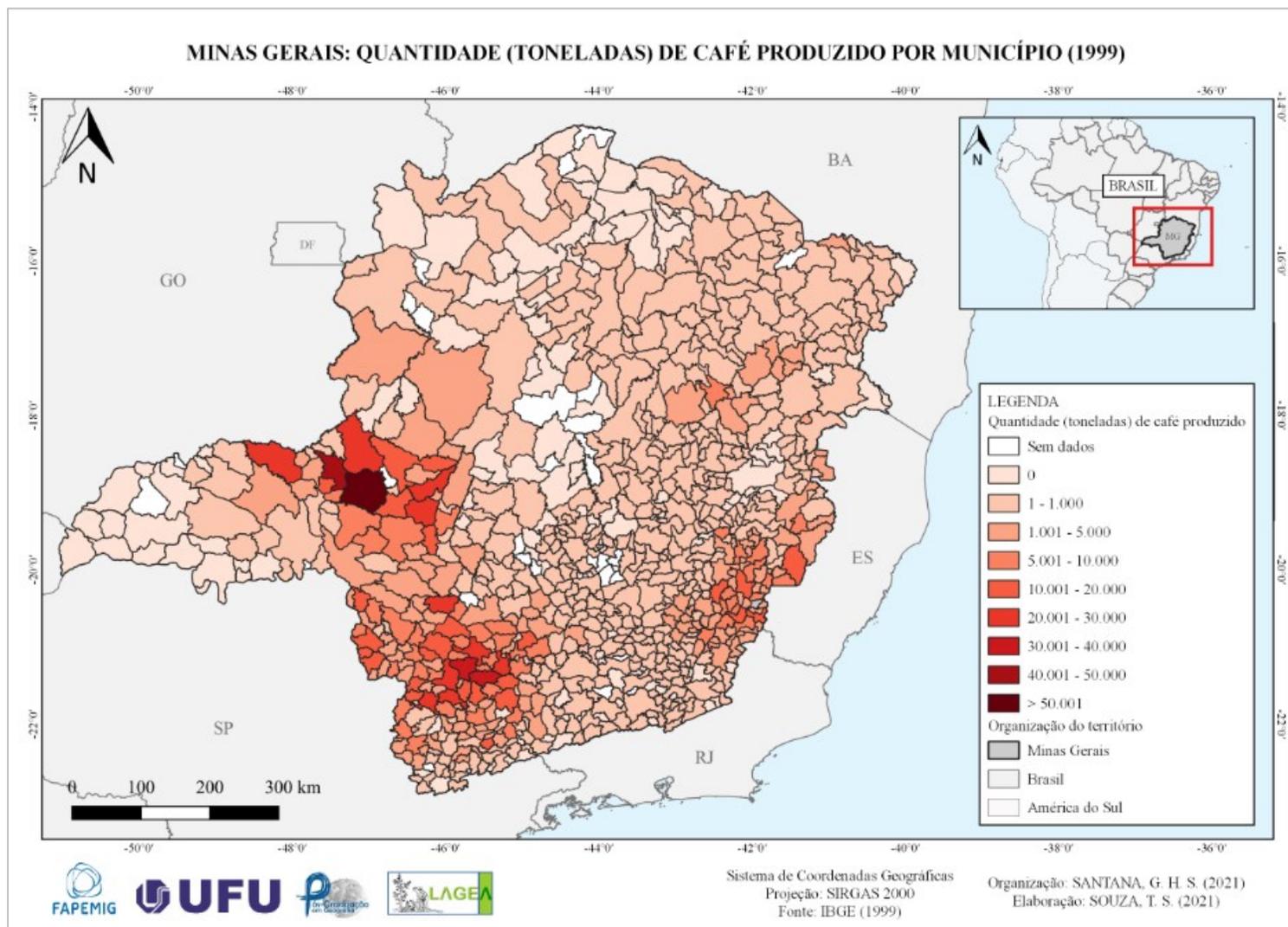
Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
 Organização: SANTANA, G. H. S. (2021).

Mapa 3. Minas Gerais: Área (hectares) plantada ou destinada à colheita de café por município (2019)



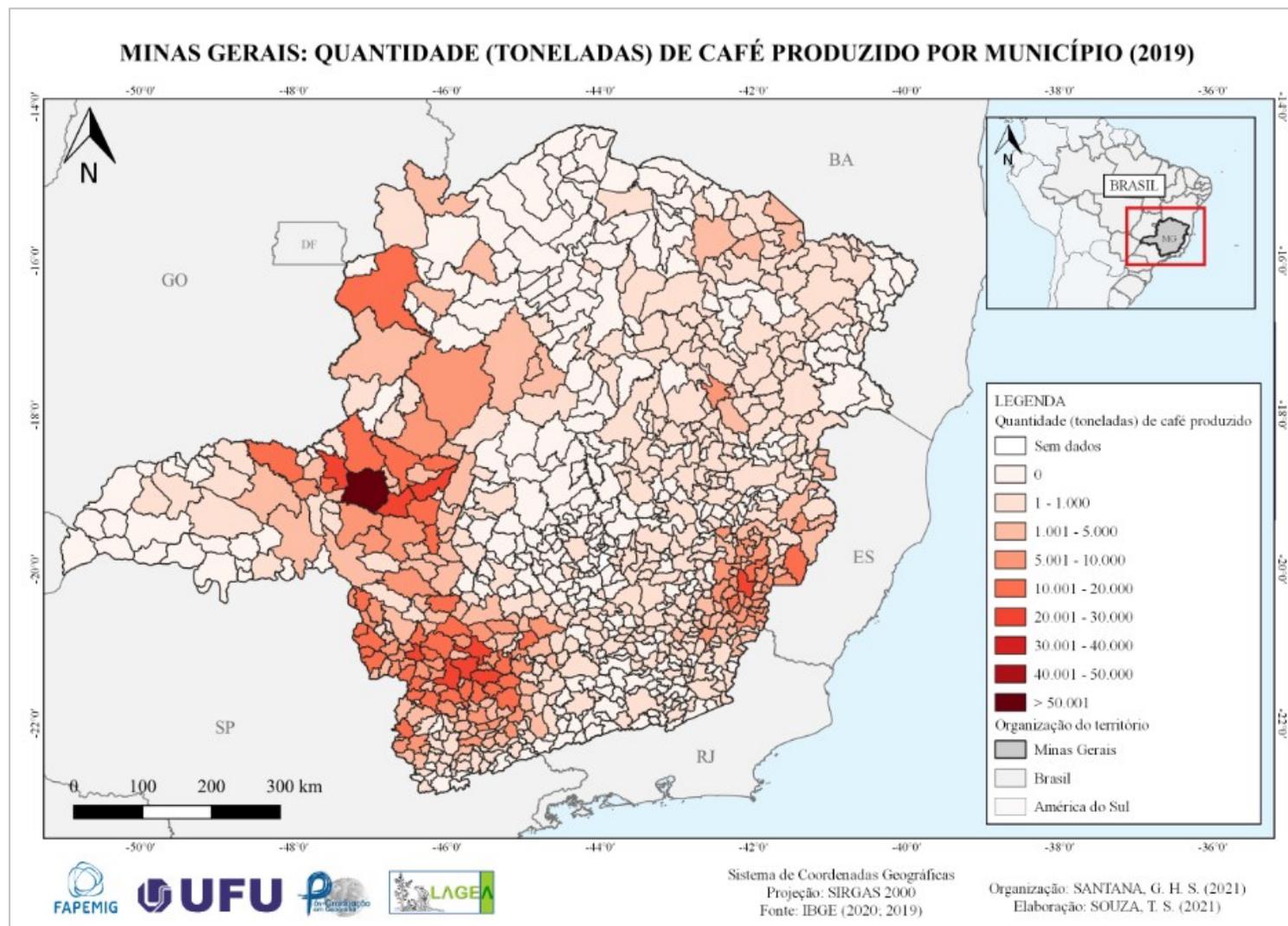
Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
 Organização: SANTANA, G. H. S. (2021).

Mapa 4. Minas Gerais: Quantidade (toneladas) de café produzido por município (1999)



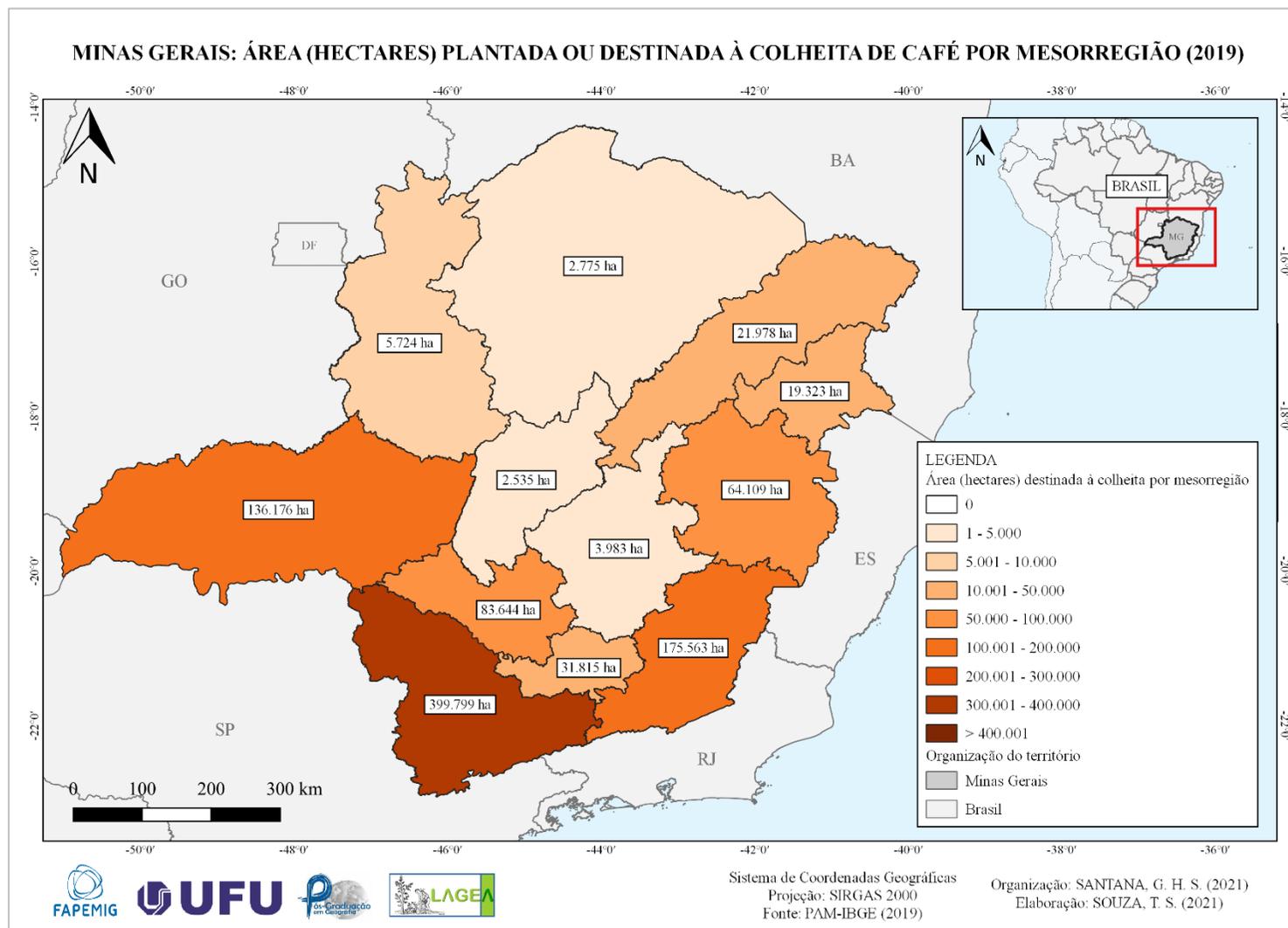
Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
Organização: SANTANA, G. H. S. (2021)..

Mapa 5. Minas Gerais: Quantidade (toneladas) de café produzido por município (2019)



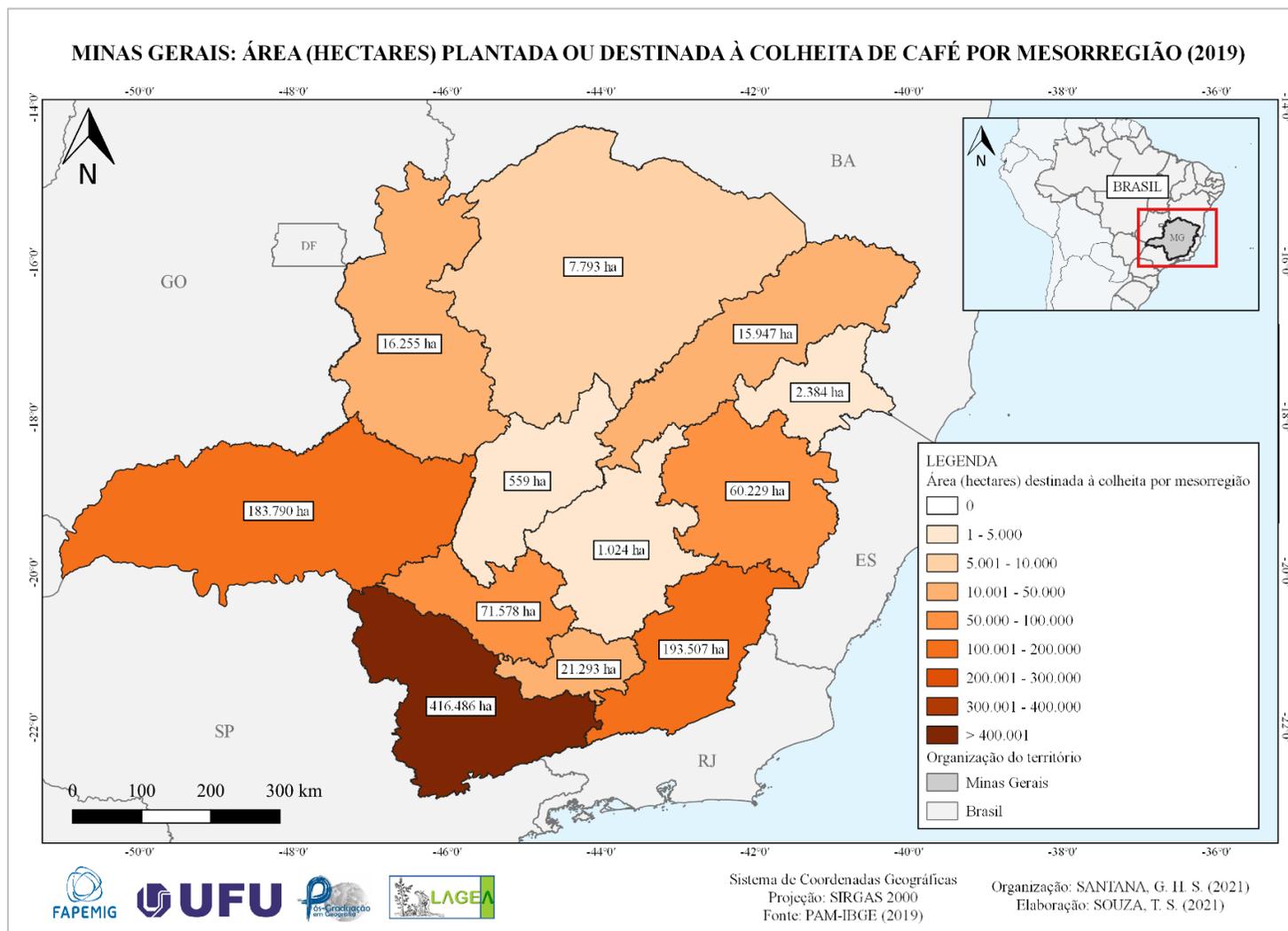
Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
Organização: SANTANA, G. H. S. (2021)..

Mapa 6. Minas Gerais: Área (hectares) destinada à colheita de café por mesorregião (1999)



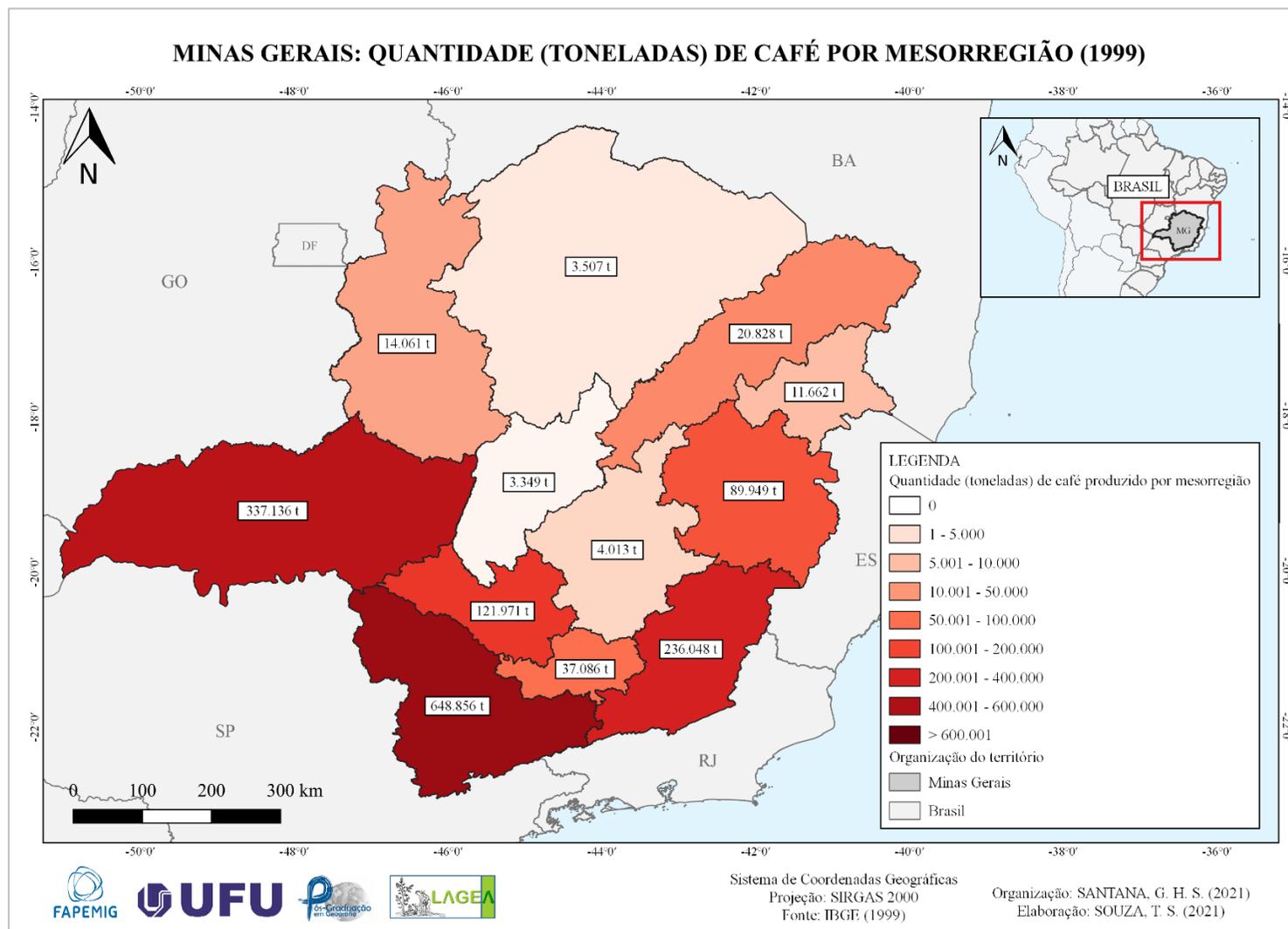
Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
 Organização: SANTANA, G. H. S. (2021).

Mapa 7. Minas Gerais: Área (hectares) destinada à colheita de café por mesorregião (2019)



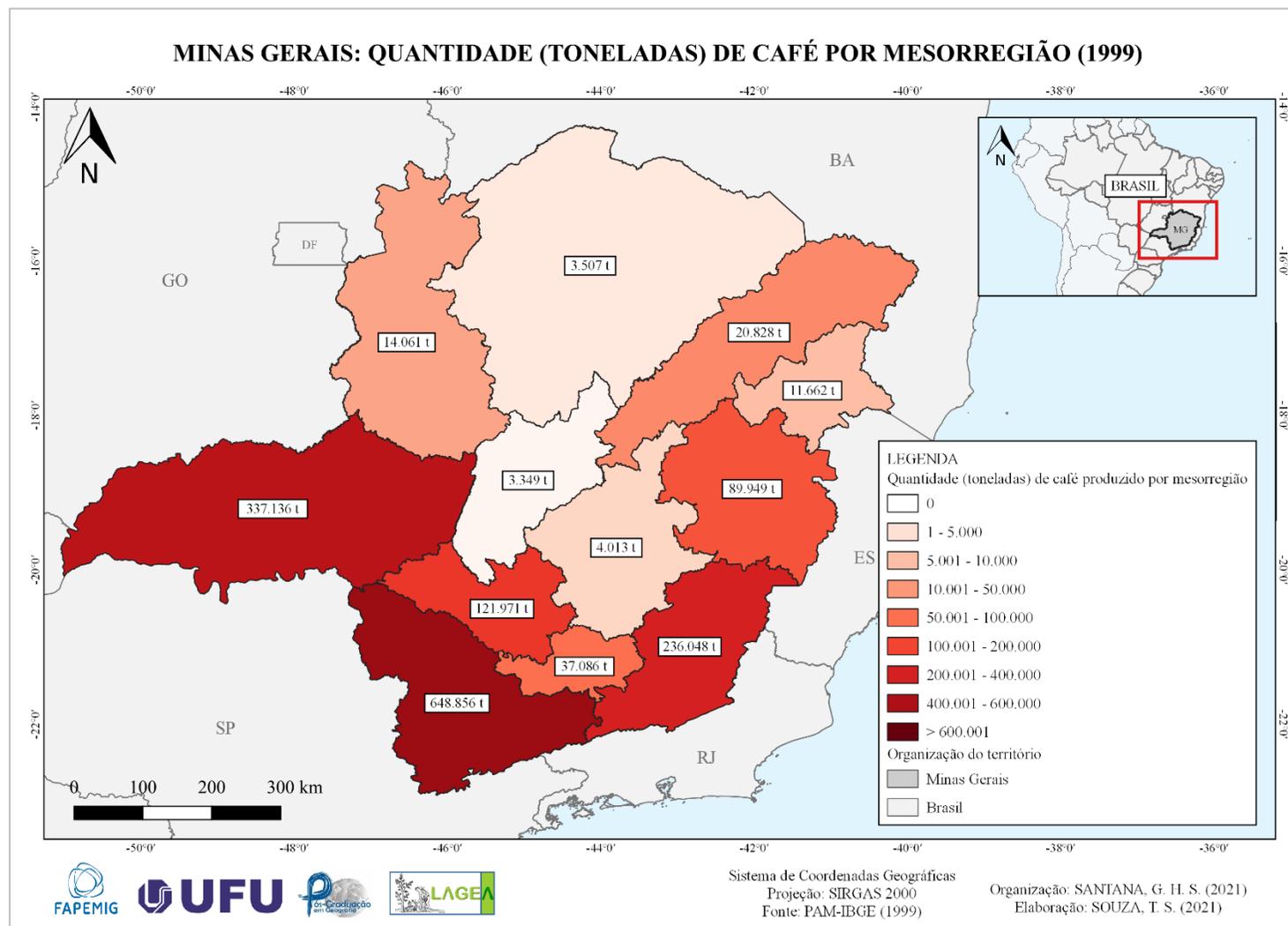
Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
Organização: SANTANA, G. H. S. (2021).

Mapa 8. Minas Gerais: Quantidade (toneladas) de café por mesorregião (1999)



Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
Organização: SANTANA, G. H. S. (2021).

Mapa 9. Minas Gerais: Quantidade (toneladas) de café por mesorregião (2019)



Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
 Organização: SANTANA, G. H. S. (2021).

Os mapas 2 e 3 referem-se a extensão de área territorial (medida em hectares) dos municípios mineiros destinada à colheita de café em duas datas diferentes (1999 e 2019). Ao comparar os mapas, nota-se que Patrocínio mantém o posto de protagonista da produção cafeeira nos dois anos, respectivamente com 28.675 ha e 40.900 ha, isso significa que, em 20 anos, Patrocínio aumentou em mais de 12 mil hectares a área para plantio cafeeiro. Além de Patrocínio, os únicos municípios de Minas Gerais com mais de 16 mil hectares destinados ao café foram Três Pontas (22.000 há) e Campos Gerais (16.000 ha). Vinte anos depois há uma pequena alteração do quadro, com quatro municípios – além do citado Patrocínio – cuja área destinada a produção é superior a 16 mil ha, são eles: Manhuaçu (20.920 ha), Serra do Salitre (18.800 ha), Três Pontas (16.800 ha) e Campos Gerais (16.080 ha). Em relação ao universo dos municípios mineiros, nota-se que, no primeiro ano investigado, a grande maioria encontrava-se na faixa de 1 – 1.000 hectares destinados ao café, já em 2019, o cenário se altera e a maior parte dos municípios não possui área destinada ao plantio de café.

Os mapas 4 e 5 tem o propósito de espacializar a produção cafeeira (em toneladas) em cada município de Minas Gerais. Como esperado, Patrocínio é o expoente da quantidade de café produzido, porém houve redução do montante de café colhido nas datas referência, passando de 66.067 toneladas em 1999 para 56.640 toneladas em 2019, sendo o único com produção superior a 40 mil toneladas nesse ano – em 1999 Monte Carmelo bateu esse número, com 44.611 toneladas de produção. Tal qual as áreas destinadas para a plantio de café, a produção comparado os anos de 1999 e 2019 também diminuiu. Nos tempos recentes predomina as áreas com nenhuma ou até mil toneladas de café produzido.

Feita a análise na escala do município, é hora de olhar para as mesorregiões com apoio nos mapas 6 e 7. Em relação as áreas destinadas a colheita de café, a mesorregião Sul e Sudoeste de Minas dispara com 399.799 hectares em 1999 e 416.486 em 2019. Logo atrás vem a Zona da Mata, com 175.563 ha em 1999 e 193.507 ha em 2019. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde está contido o município de Patrocínio fica apenas em terceiro lugar, com 136.176 ha (1999) e 183.790 ha (2019). Central Mineira, que já era em 1999 a mesorregião com menor porção de área destinada ao café (2.535 ha), tem a área reduzida para 559 ha em 2019.

O destaque permanece na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas quando olhamos para os dados de produção cafeeira, como mostram os mapas 8 e 9. Em 1999 a referida mesorregião produziu 648.856 toneladas de café e, vinte anos depois, o dado praticamente se mantém (686.353 toneladas de café). Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba aparece em segundo lugar com 337.136 toneladas em 1999 e 274.481 toneladas em 2019.

O cultivo de café se apresenta enraizado em todo território mineiro, reafirmando sua força e importância. Porém, pode-se observar nos mapas 6 a 9 – concordando com o que fora apontado por Pereira (2014) – que três regiões produtoras devem ser evidenciadas, tanto na área de cultivo como na produção, são elas: Zona da Mata, Sul de Minas e o Oeste de Minas Gerais, também denominado Região do Cerrado Mineiro.

Novamente como apresentado na metodologia, os mapas possuem dois recortes temporais diferentes, alguns trazendo as características do ano de 1999 (sendo exposto primeiro) e outro trazendo as dinâmicas de 2019 (apresentado em seguida), isso se dá para compreender se houve alterações produtivas como também se ocorreu arranjos territoriais que mudaram a configuração no território do café no estado mineiro. Observando o recorte temporal e realizando análises no conteúdo constata-se que no decorrer de 20 anos, mesmo alguns municípios apresentando alterações, as regiões produtoras se mantiveram as mesmas, reforçando as mudanças produtivas da década de 1970, que levaram o café a certas regiões do estado, continuaram presentes na década de 1990 e se enraizaram até os dias atuais.

Assim, levantasse também a questão de como o projeto de transição da cafeicultura ao Cerrado Mineiro (principalmente na ótica político-econômica) foi profundo, visto que mesmo com o passar das décadas o cultivo se mantém presente.

Esse “enraizamento” das regiões produtivas, por outro lado, não significa que as táticas e os arranjos produtivos continuaram os mesmos, visto que muitas regiões tanto se modernizaram, como também buscaram as certificações, com o intuito de agregar valor e conter possíveis crises do setor primário, discussão a ser aprofundada posteriormente.

De maneira quantitativa deve-se evidenciar a Região do Sul de Minas como a principal região produtora de café no estado, seguida pela Região do Cerrado Mineiro. A nível municipal deve-se evidenciar o município de Patrocínio, exposto o maior produtor, como também o que apresenta maior área plantada. Tanto o município de Patrocínio, como o município de Araguari, cidade mineira também localizada no Cerrado e produtora de café, serão pontuadas nas próximas seções de modo a compreendê-los de maneira mais aprofundada, visto a importância política e econômica proporcionado pelo cultivo de café.

(...) seguindo a liderança estadual de Minas Gerais e Espírito Santo na atual geografia do Café no Brasil, em escala local, destaca-se, desde o final da década de 1990 o Município de Patrocínio, localizado na Microrregião Geográfica de mesmo nome pertencente à Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que há mais de uma década ocupa a primeira posição no ranking dos municípios com área plantada de café, seguido, na maior parte desse período, pelo Município de Três Pontas,

pertencente à Microrregião Geográfica de Varginha no sul/sudoeste do Estado de Minas Gerais (IBGE, 2016, p. 26).

Sobre o Município de Patrocínio, Pereira (2014) ressalta a grande produtividade e destaque na cafeicultura nacional, devido a sua organização territorial, bem como sua organização técnica e política.

Trata-se de uma nova composição do território, melhor equipado em termos técnicos e políticos para a promoção da atividade; assim, já no início dos anos 1990, Patrocínio afirma-se como o principal centro articulador da produção do café no cerrado mineiro, especialmente no que se refere aos cafés finos (PEREIRA, 2014, p. 243).

Ainda observando os mapas, notamos essas três regiões mineiras evidenciadas tanto pela grande quantidade produzida como também pela qualidade de seus produtos, todavia, é necessário notificar que elas se dispõem de características diferentes entre si. Sobre as regiões produtoras do Sul de Minas e Zona da Mata:

Podemos classificar, portanto o Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, como uma região característica do café, com presença de uma rede produtiva tradicional da cultura, com extensas áreas de plantio, cooperativas importantes neste circuito produtivo (...) (VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2012, p. 8).

Segundo Vale, Calderaro e Fagundes (2012) Os cultivos de café dessa região apresentam um grande número de mão-de-obra, dentre outros fatores, pela impossibilidade topográfica de desenvolver uma agricultura mais mecanizada. O relevo em contrapartida, oferece a possibilidade de produção de cafés especiais, orgânicos e ecológicos.

Já a região do Oeste de Minas (Cerrado Mineiro) apresenta uma cafeicultura moderna, com a utilização de máquinas e fertilizantes; há altos investimentos financeiros e científicos, financiados tanto pela iniciativa privada como também por órgãos estatais como a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); além do auxílio do Estado com Políticas de Crédito Agrícola para expansão da Cafeicultura, como aponta Ortega (2008).

Pontua-se então que, mesmo com alta produtividade e área plantada, as regiões dispõem de características diferentes, a saber o tamanho das áreas, a tecnologia empregada, as técnicas adotadas, entre outros.

A produção de café no Cerrado Mineiro difere de outras regiões tradicionais, como o sul e a Zona da Mata de Minas Gerais. As duas últimas têm larga

tradição na produção do café, enquanto a produção no cerrado é mais recente – e sobretudo nesta última predominam médias e grandes propriedades, ao passo que nas outras há um expressivo número de pequenos produtores familiares (OROZCO, 2018, p. 285).

Segundo o IBGE (2016), a Região do Cerrado Mineiro passa por um processo diferente das demais, recebendo incentivos políticos, tecnológicos e governamentais. Foram formados polos de dispersão de cultivos, isto é, regiões atrativas para que ocorra o desenvolvimento do café, sendo que na Região do Cerrado foi evidenciado os municípios de Araguari e Patrocínio, os quais, juntamente com os municípios circunvizinhos, receberam migrantes paranaenses que trabalhariam no cultivo dessa nova região. Essas famílias, provenientes do estado do Paraná em direção ao Cerrado de Minas Gerais, traziam consigo técnicas e cultivos que seriam amplamente utilizados.

Em síntese, o café do Cerrado, como apresentado anteriormente, é munido de incentivos governamentais, tendo como meta um café moderno e de alta qualidade, sendo esse processo tecnológico fundamental para moldar as políticas agrícolas do Oeste de Minas Gerais, como em toda Região do Cerrado. Esse processo de modernização ocorre juntamente com a chegada das famílias do Norte do Paraná, somado o novo e tecnológico às experiências produtivas das antigas regiões centrais de produção.

A cafeicultura do Cerrado Mineiro diferente das demais regiões produtoras do estado, é uma cafeicultura ligada ao capital, ao meio técnico científico-informacional, que na década de 1970 se mune tecnologicamente dos processos da Revolução Verde. Para compreender esses conceitos elencados e assim relacioná-los ao café Mineiro, deve ser realizado um debater mais aprofundado.

1.3. O meio técnico-científico-informacional e a cafeicultura brasileira

Não há como discutir a cafeicultura brasileira, mais especificamente o café da Região do Cerrado Mineiro, sem considerar o campo moderno no Brasil, a inserção do meio técnico-científico-informacional e sua posterior territorialização num contexto de Revolução Verde, de grandes investimentos e modernização agrícola. Para Santos (1994), o meio técnico-científico-informacional é caracterizado em incorporar e requalificar os espaços para que atendam os interesses dos atores hegemônicos e sejam colocados sobre característica econômicas e de sociedade, ligados às correntes da globalização.

O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais

longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (SANTOS, 1994, p. 21).

Logo, observa-se o meio técnico-científico-informacional sendo uma tendência hegemônica sobre o espaço geográfico, o qual, num contexto de globalização, imprime um novo tempo e modernização, além de exprimir novas técnicas e tendências. Santos (1994) ainda propõe que esse meio implante, tanto no campo como na cidade, as produções materiais e imateriais características da época, ou seja, direcionando sempre ao novo e moderno.

O processo de modernização, movimento que, inserido no meio técnico-científico-informacional possibilitou a introdução de técnicas avançadas no campo através da incorporação de ciência, tecnologia e informação no processo produtivo, tem suas raízes no pós Segunda Guerra e na difusão do modelo da Revolução Verde, responsável por um conjunto de tecnologias que foram inseridas no mundo agrícola, também responsável pela criação e desenvolvimento de diversos insumos e maquinários que não existiam anteriormente ou dotados de alto grau tecnológico. Essa “revolução” se dá inicialmente nos países da América do Norte, posteriormente, nos outros países do globo e, por fim, tendo o Brasil como um dos protagonistas.

O processo de modernização da agricultura ao longo do século XX levou a grandes transformações e a uma ruptura do modo de conceber a agricultura. Podemos considerar a Revolução Verde como um novo paradigma, quando comparado com a chamada Primeira Revolução Agrícola, que diz respeito a intensificação do uso de terras, porém referenciada nos recursos e ciclos ecológicos endógenos (PEREIRA, 2012, p. 685-686).

As mudanças produtivas levadas pela Revolução Verde alteram as formas produtivas convencionais, trazendo assim novos equipamentos, insumos, maquinários e moldando cultivos, como a soja, o milho e o café. Pereira (2014), afirma o quão profunda foi a mudança de paradigmas, a comparando com a Primeira Revolução Agrícola, esse que alterou as formas de ocupação e compreensão do uso das terras.

Como apresentado anteriormente, a modernização agrícola não se deu apenas no cultivo de café, formando assim várias cadeias produtivas e colocando o Cerrado Mineiro como uma das principais regiões agricultáveis do planeta.

Tal passagem longe de ser conduzida, como no período anterior, por uma política estritamente focada para o café, articula-se agora aos avanços tecnológicos e inovações advindas da “Revolução Verde”, entre as quais se

destacam as técnicas de correção e adubação de solos e a adaptação de novas espécies e variedades de grãos aos solos de Cerrado (IBGE, 2016, p. 18).

O atual panorama do capitalismo no campo brasileiro está intrinsecamente ligado aos processos ocorridos no período da Revolução Verde no país, o qual acabou levando a produção no campo a uma condição de subordinação em relação à indústria e ao modo de produção capitalista. Tudo isso através de um processo de internalização da atividade agrícola, que tinha como pano de fundo os rumos intencionados por alguns países de capitalismo avançado.

Os principais pilares dessa modernização e estreitamento de setores evidenciam seu caráter conservador e doloroso, como destacado por Graziano da Silva (1980). Conservador porque mantém as relações econômicas e a estrutura fundiária que a precedeu, e doloroso pois relega uma condição de vida subalterna a uma parte significativa da população do campo.

Como enfatizou Graziano da Silva (1980), os reflexos dessa modernização e da chegada dessas indústrias e tecnologias ao espaço rural tiveram fortes impactos na população, esse momento proporcionou a substituição da mão de obra, em que houve uma troca do indivíduo ali presente pelo maquinário.

Desdobramentos dessas transformações são a saída do trabalhador do campo em direção às cidades, migração conhecida como êxodo rural, de caráter permanente e motivada, principalmente, por motivos econômicos, juntamente com a década de 1930, período de urbanização e industrialização do Brasil. Essa era de modernização levou diversas famílias para as cidades devido à falta de oportunidades no espaço rural.

Ao assumir gradativamente o comando da produção agrícola em diversos setores, a indústria capitalista conservou (e agravou) a extrema concentração de terras do Brasil. Alguns dos benefícios econômicos se vinculam ao aumento da oferta de matéria prima e à conexão com circuito global da economia.

Portanto, por conta da infinidade de produtos químicos e tecnologia empregada, a produção por hectares aumentou, rompeu barreiras naturais que impossibilitaram o crescimento produtivo e transformou de vez os sistemas agrícolas. Desde então, a agricultura se globalizou, recebendo produtos da indústria, como inseticidas, fertilizantes, maquinários e aumentando a oferta de matéria-prima. O combate às pragas, a correção dos solos e o uso de máquinas como tratores e colheitadeiras garantiram o lucro dos grandes capitais “dentro e fora da porteira”.

Grandes animadores das cadeias de grãos e carne, as agriculturas do tipo empresarial desenvolvem formas de produção em que o assalariamento é predominante, as atividades são especializadas, a tomada de decisão é separada do ato produtivo e o aporte do capital é frequentemente externo. Em

função da natureza padronizada da sua produção e dos grandes volumes envolvidos, elas são um dos elos fundamentais do agronegócio (BÜHLER; GUIBERT; OLIVEIRA, 2016, p. 7).

Sob o pretexto de que faltariam alimentos caso não houvesse uma mudança drástica na forma de produzir e a elevação da produção sendo possível apenas com o uso dos produtos vindos da indústria, a Revolução Verde acabou por introduzir pacotes que tirariam a necessidade do produtor de se adequar ao ritmo da natureza, podendo fazer uso de técnicas e produtos que relegassem as condições naturais em segundo plano no processo, logo passou a exigir uma mão-de-obra cada vez menor e garantir matéria-prima em abundância após a colheita.

Nesse momento, a agricultura passou a ter as funções de suprir a crescente industrialização, com os recursos necessários à sua instalação, e de alimentar a crescente população urbana. Ela deixa de ser voltada exclusivamente para o mercado externo e passa a contribuir de forma mais significativa para o mercado interno. Para promover o aumento da produção e da produtividade agrícola, a partir de meados da década de 1960, o Estado, por meio de suas instituições de pesquisa e em cooperação com empresas multinacionais, reestruturou, mesmo que de forma seletiva, o sistema técnico agrícola brasileiro, por meio da implantação do paradigma da Revolução Verde. Este foi proposto e implementado por vetores externos como instituições dos EUA e multilaterais (FREDERICO, 2010, p. 31).

As mudanças advindas dessa transição trouxeram a necessidade de implantação de uma indústria pesada no país, de maquinários e insumos por exemplo, que abasteceria a agricultura de forma a modernizar os processos produtivos. A difusão de tecnologia e informação nos processos produtivos foi, continuamente, transformando a agricultura nacional. Com o passar dos anos, denotou-se a difusão do que se convencionou chamar de meio técnico-científico-informacional no campo brasileiro.

Esse processo denota, portanto:

[...] a difusão do meio técnico científico no campo brasileiro, por meio da disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde, da mecanização da agricultura, da internalização da indústria de insumos agrícolas, do financiamento estatal e da especialização do trabalhador agrícola (FREDERICO, 2010, p. 32).

Com a modernização do campo e estreitamento com o setor industrial, novas técnicas de correção de solos se tornaram presentes através dos insumos agrícolas e pesquisas. Como consequência – e marca da época – houve uma ascensão de novas terras agricultáveis, antes de

produção inviáveis, conhecidas também como fronteira agrícola, destas, o conhecido Cerrado se tornou protagonista, agora, com uma terra “corrigida” e lucrativa.

Em síntese, é possível perceber como esse processo de modernização trouxe consigo diversas características, alterando áreas e realizando diversos arranjos produtivos. O café do Cerrado Mineiro, como outros cultivos, está diretamente ligado a esse processo, com incentivos governamentais e privados ocorre a formação de uma cafeicultura diferente, um “café moderno”, ligado as tendências globais.

1.4. Café Moderno, Triângulo Mineiro e os caminhos da Indicação Geográfica

Como apresentado anteriormente, o café da Região do Cerrado Mineiro, diferente de outras regiões produtoras, tem como pilar a modernização agrícola, sendo, portanto, um café globalizado, ligado aos processos da Revolução Verde e do meio técnico-científico-informacional. Assim, a década de 1970 é marcada por esse arranjo territorial que transforma a Região do Cerrado e desenvolve produtos que almejam uma forte produtividade e um patamar internacional.

Como consequência do café moderno, da Revolução Verde e de alto investimentos temos na Região do Cerrado um cultivo de café altamente mecanizado.

Na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba os seguintes municípios se destacam por um expressivo percentual de estabelecimentos mecanizados em relação à média nacional: Araguari (19,0%); Serra do Salitre (14,3%); Rio Paranaíba (10,8%) e Patrocínio (9,2%). Este último município apresenta também um alto percentual de colheita mecânica e manual (18,9% dos estabelecimentos), junto com outros municípios da Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas: Nova Resende (19,0%); Três Pontas (16,6%); e Cabo Verde (16,0%) (IBGE, 2016, p. 71).

Porém, deve-se destacar, que essas políticas de modernização agrícola tinham como objetivo a produtividade e a lucratividade, e que para que a mesma ocorresse eram necessários diversos parâmetros, que resultou em certa seletividade, visto que nem toda população tinha acesso a esses novos recursos e ao dito “moderno”.

Porém, essa não foi uma realidade para todos os agricultores do cerrado, particularmente, entre um significativo número de agricultores familiares, que permaneceram à margem daquele processo de integração.
(...)

Apesar do modelo excludente adotado no Cerrado Mineiro é inegável que, frente ao que o cerrado produzia até meados da década de 1970, a estratégia adotada foi extremamente bem-sucedida, desde um ponto de vista exclusivamente produtivista (ORTEGA, JESUS, 2012, p. 45).

Ortega e Jesus (2012) debatem que, sobre o ponto de vista econômico e produtivo, a década de 1970 é marcada por grandes momentos, todavia, no parâmetro social e de acesso à tecnologias, a créditos e a programas governamentais, deve-se elencar uma grande seletividade, em que muitos pequenos proprietários de terras não tiveram acesso, muitos até mesmo deixando o campo.

Contudo, como base da pesquisa, temos que compreender como esse café globalizado, ligado às exportações, chega a uma discussão da certificação, com associações e cooperativas, que levariam ao desenvolvimento de uma IG da Região do Cerrado Mineiro. Para isso, é fundamental o entendimento da década de 1990 e os desdobramentos que as características econômicas da época causariam.

Na década de 1990, principalmente no que tange o café do Cerrado Mineiro, podemos dizer que foi uma década de grandes transformações. Em um contexto internacional, esse período é marcado por uma série de problemas econômicos com o café. De acordo com o IBGE (2016), essa década apresentou: desfavorável conjuntura econômica internacional; baixas cotações para o café e preços baixos para o cultivo, visto que o café estava ligado às *commodities* e à oferta e procura internacional. Além desses fatores, podemos elencar também uma crise política no país, em um contexto de governo Collor, em que uma das suas características foi a extinção do Instituto Brasileiro de Café (IBC), ou seja, um menor apoio governamental.

Com esses problemas e com a conjuntura apresentada, os cafeicultores perceberam a necessidade de ações que iriam contra a volatilidade dos preços das *commodities*, ações essas que iriam contra a liquidez do mercado internacional. Além desse problema, seria necessário também, algum meio para que os cafeicultores se auxiliassem, bem como levantassem suas pautas e tivesse um apoio técnico, como por exemplo, para assegurar a qualidade desses produtos.

Guimarães, Castro Júnior e Andrade (2016) apresentam, mesmo com lapsos temporais distintos, o aumento pela busca de cafés especiais, com características peculiares. Os autores ressaltam o termo “descommoditização”, ou seja, a busca pelo especial, podendo assim relacionar com o pensamento de certos cafeicultores e a organização dos mesmo contra a liquidez do mercado internacional, das *commodities*.

Para Ortega (2008), a resposta dada a essa desregulamentação econômica foi a criação de diversas associações e cooperativas, como a Associação dos Cafeicultores de Araguari, a Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio, o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro, dentre outras.

Para enfrentar a nova situação, consolidou-se uma estrutura de governança que propiciou a concertação social com vistas a reocupar os espaços de intervenção que, antes, eram ocupados pelo Estado. Exemplo disso é o caso da cafeicultura do Cerrado Mineiro. Uma experiência resultante de uma nova etapa do associativismo rural no Brasil, em que os agricultores se organizavam em função do produto em que se especializavam e da região em que atuam. (ORTEGA, JESUS, 2012, p. 71).

Essas associações são responsáveis, portanto, por promover práticas e estratégias produtivas a fim de agregar conhecimentos e auxiliar os cafeicultores.

Entre outras ações, é criado um conjunto significativo de associações de produtores e também de cooperativas nos principais municípios que se dedicam ao cultivo (Araguari, Patrocínio, Carmo do Paranaíba, Monte Carmelo, Coromandel, entre outros). Tais instituições promovem a articulação de produtores para a prática de uma cafeicultura competitiva, além de atuarem diretamente em estratégias de comercialização e modernização (ao difundir, por meio de eventos, técnicas e procedimentos voltados à atividade). Estratégias de marketing e também a defesa de interesses dos produtores são otimizadas em 1992 com a criação do Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado — doravante, Cacer (hoje denominado Federação dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro), instituição sediada em Patrocínio (PEREIRA, 2014, p. 243).

Essas cooperativas, como apresentado, realizam uma série de atividades, desde eventos e cursos, forma de auxiliar, como também agregar valor aos seus produtos. Podemos perceber que, dessas cooperativas e associações, ocorrem arranjos territoriais, ou seja, produtores que, ao perceberem as características do mercado e suas fragilidades, se organizam e modificam as dinâmicas territoriais de acordo com suas prioridades, a fim de garantir uma melhor produtividade e um maior lucro.

Trata-se de uma nova composição do território, melhor equipado em termos técnicos e políticos para a promoção da atividade; assim, já no início dos anos 1990, Patrocínio afirma-se como o principal centro articulador da produção do café no cerrado mineiro, especialmente no que se refere aos cafés finos (PEREIRA, 2014, p. 243).

Nota-se que, com esses arranjos territoriais, os cafeicultores continuam produzindo um café fortemente ligado aos moldes do capital, porém, com essas novas práticas apresentadas,

tentam explorar os maiores benefícios possíveis do mercado internacional, mas ao mesmo tempo, tentando eliminar os possíveis riscos que ele apresenta. Ou seja, agregam valor a seu produto, se organizam de forma cooperada para que os benefícios sejam maximizados e, assim, tenham maiores ganhos.

Dentre esses diversos arranjos expostos pelas cooperativas e associações na década de 1990-2000, um deles é a formação da Indicação Geográfica do café do Cerrado Mineiro, na qual os produtores pretendem atestar, juntamente com as cooperativas, uma qualidade diferenciada da sua produção, utilizando com base as características e dinâmicas do seu território.

Porém, para que seja possível um maior aprofundamento sobre a Indicação Geográfica do café da Região do Cerrado Mineiro (sendo esse o objeto central da pesquisa), bem como suas características físicas, econômicas e arranjos territoriais e produtivos, é necessário compreender a fundo a definição das Indicações Geográficas, bem como a mesma se relaciona com a categoria geográfica Território e seu processo de enraizamento no Brasil.

Em síntese, após os fatores históricos e temporais levantados sobre a cafeicultura no Brasil, ao chegarmos na década de 1990 e, como característica até os dias atuais, percebemos no estado de Minas Gerais, e também no estado do Espírito Santo um cultivo de café mais fortalecido em relação aos outros estados do Brasil.

A seguir, apresentaremos a seção 2, cujo objetivo é discorrer sobre as IGs em relação à origem, características e tipologias.

2. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: GÊNESE, CARACTERÍSTICAS E TIPOLOGIAS

As Indicações Geográficas (IGs) estão presentes no território brasileiro e se dispõem das mais diversas características. Elas se localizam em diferentes regiões do país e estão presentes do urbano ao rural; do artesanato aos produtos agroalimentares; de uma produção familiar até uma produção globalizada, ou seja, percebemos, inicialmente, como essas IGs são complexas e nos levam a diversas indagações, por exemplo, como se estabeleceram e se organizaram no território brasileiro.

Nessa seção, discussões como essas serão realizadas, como a gênese das Indicações Geográficas no Brasil, as suas tipologias, distribuição e produtos centrais, também será ressaltado uma contextualização histórica das certificações, que oficialmente se iniciarão no continente europeu.

2.1. Indicação Geográfica: conceitos e gêneses

Compreender e discutir a origem das IGs tanto no Brasil como no mundo é tarefa laboriosa em razão dos diversos produtos que, historicamente, ficaram conhecidos pelas suas qualidades, peculiaridades e centralidade em determinadas regiões. Prova dessa complexidade é que produtos conhecidos por suas origens e qualidades remontam aos tempos bíblicos. Todavia, de forma oficial, a primeira intervenção estatal se deu apenas em meados do séc. XVIII, quando foi reconhecido em Portugal a certificação “Porto”, foi a primeira vez que um aparato governamental atribuiu e assegurou qualidade a um produto. Mafra (2008) reforça a importância da certificação como garantia da qualidade.

A identificação de produtos por sua região de origem foi amplamente utilizada como uma forma de garantir a qualidade e os modos tradicionais de produção e também como forma de agregar valor aos produtos. Os vinhos se destacaram na utilização da identificação de sua origem; na metade do século XIX, a Europa, então vivendo período de crescimento sócio-cultural, pôde comprovar que o controle pela qualidade de sua principal bebida, o vinho, era assunto de mais alta relevância (MAFRA, 2008, p. 50).

O processo de certificação e estabelecimento das IGs no Brasil acontece através de um órgão estatal denominado Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), responsável central pelo processo de solicitação das inúmeras associações e cooperativas para criação de uma IG. Nota-se que tal instituição possui como objetivo a análise e atestamento da qualidade

dos produtos selecionados, os quais devem manter suas singularidades ao longo do tempo, de modo que haja manutenção do “padrão diferencial” da certificação. Mafra (2008):

Esta comprovação da qualidade ‘exclusiva’ é elemento fundamental para que o solicitante consiga o seu registro. Não há um critério único e determinado que possa ser válido para todos. Assim, cabe ao interessado levar ao INPI os argumentos a favor de seu registro e demonstrar como o seu **produto é singular no mercado** e apto a receber a chancela de uma Indicação Geográfica (MAFRA, 2008, p. 79, grifo nosso).

Como apresentado pelo autor, as diferentes organizações – associações, cooperativas, dentre outros – devem procurar o INPI para comprovar o aspecto positivo e diferencial de seu produto central e, assim, torná-lo um representante com Indicação Geográfica. É importante compreender a função estatal para as certificações, que desempenha papel central na organização e na concessão da certificação.

Para melhor compreendermos do que se trata uma IG, colocamos a definição oficial do INPI (2019).

A Indicação Geográfica (IG) é um ativo de propriedade industrial usado para identificar a origem de um determinado produto ou serviço, quando o local tenha se tornado conhecido, ou quando certa característica ou qualidade desse produto ou serviço se deva à sua origem geográfica (INPI, 2019).

De acordo com o órgão, as IGs buscam identificar a origem de um produto, perceber as particularidades que o mesmo possui e como essas alteram o território. Em boa parte das vezes o território torna-se conhecido ou marcado pelo produto ou então passa a oferecer atributos singulares que formam produtos únicos, diferenciado dos demais.

Ngo Bagal e Vittori (2011) trazem uma definição internacional de IG. Citaremos essa definição através de Flores e Falcade (2019).

As Indicações Geográficas (IGs) são uma categoria de propriedade intelectual com desenvolvimento recente no Brasil, cujo principal objetivo é reconhecer e proteger as regiões produtoras ou prestadoras de serviços. O conceito de indicação geográfica, em uma abordagem mais ampla, faz referência à origem definida de produtos, que incorporam ativos de uma determinada área geográfica, proporcionando aspectos diferenciados e com características próprias (WIPO, 2019). Uma IG se sustenta em diversos elementos, entre os quais podem ser considerados como pilares o produto, o local de origem e a qualidade (NGO BAGAL; VITTORI, 2011 *apud* FLORES; FALCADE, 2019, p. 291).

As IGs são usadas para produtos que adquirem valorização e são diferenciados, ficando conhecidos pela localidade onde foram produzidos ou pela qualidade particular que possuem.

Estudiosos indicam a importância das IGs na proteção das regiões produtoras, de modo a valorizar sua produção e, conseqüentemente, agregar valor econômico e cultural.

As formas de identificação e reconhecimento das características de um produto geram duas modalidades de certificação diferentes, são elas: Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Conforme o INPI (2019):

Por IP, entende-se o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tornou conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. E, por DO, o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (INPI, 2019).

As IGs, como colocado, podem se enquadrar na modalidade Indicação de Procedência quando uma região fica conhecida pelo produto gerado por ela, a por exemplo, tem-se a IG do Queijo Canastra, cujo laticínio é ligado a uma produção artesanal com ingredientes de propriedade elevada – há reconhecimento da região como referência na qualidade do queijo – se espalha esse “*status*” no âmbito nacional e, até mesmo, para além de suas fronteiras federativas.

Quando a IG ocorre por Denominação de Origem, significa que os produtos gerados possuem características extremamente específicas, podemos colocar que nessa situação o território oferece particularidades que tornam o produto singular. É o caso da Região do Própolis Verde de Minas Gerais, cujo produto central é a própolis verde, nesse caso, as altas altitudes (entre 900 e 1.500 metros), somados a um solo ácido e a vegetações específicas geram uma própolis única, exclusiva da região. A DO também pode ser chamada de Certificação de Origem e são amplamente difundidas em alguns mercados, como o europeu.

A certificação de origem, prática comum nos mercados de alimentos e bebidas europeus, e mais recentemente no Chile e na Argentina, se aplica a produtos que têm atributos qualitativos indissociáveis das características próprias de uma região ou microrregião bem delimitada – relativas ao clima, ao solo, à história, às características culturais ou à mão de obra. São produtos cujos processos de produção não são reproduzíveis fora do local de procedência tradicional. Em vista disso, são protegidos por uma legislação de produção e denominação de origem, que os certifica e fiscaliza sua autenticidade (OROZCO, 2018, p. 288).

No processo de certificação por Denominação de Origem é obrigatório a comprovação da exclusividade do lugar, deixando-a mais complexas. As exigências da Indicação de Procedência são menos rigorosas, o que explica um número maior de certificações na modalidade IP.

Para a IP, as exigências são menos rigorosas e é preciso que seja comprovada a reputação da região na produção de algum bem e que, pelo menos alguma etapa do processo de produção seja realizada na região de origem (...) No caso do registro da DO, é preciso que seja comprovada a influência da região na qualidade do produto, seja por pessoas/comunidades ou por influência geográfica (clima, solo, etc.), além de todo o processo de produção ter que ser realizado na região demarcada (MAFRA, 2008, p. 75).

Existe casos especiais. As IGs do Vale dos Vinhedos e da Região do Cerrado Mineiro tem o vinho e o café, respectivamente, como produtos centrais e, momentos diferentes, conseguiram conquistar os ambos rótulos, de Indicação de Procedência e também a Denominação de Origem, pois suas regiões tornaram-se famosas pelos seus produtos, além de seus territórios oferecerem características singulares.

As indicações alteram os meios as quais estão inseridas, uma vez que agregam valor ao seu território.

A proteção concedida por uma IG, além de preservar as tradições locais, possui o potencial de diferenciar produtos e serviços, melhorar o acesso ao mercado e promover o desenvolvimento regional, gerando efeitos para produtores, prestadores de serviço e consumidores (INPI, 2019).

Os benefícios para instaurar a IG vão dos aspectos culturais, como preservar tradições locais e os produtos gerados por esses grupos, aos aspectos econômicos, devido à ampliação de acesso ao mercado, responsável pela chegada de novos nichos, apesar de que, muitas vezes, seja limitado à grupos específicos.

Prosseguindo nas discussões, devemos pontuar como o estudo das certificações ocorre em âmbito interdisciplinar, isto é, não se molda em um campo específico, uma vez que a análise das mesmas deve se resguardar na transdisciplinaridade. Na presente pesquisa se sustenta no âmbito geográfico pois notamos características físicas e político-econômicas capazes de auxiliar na compreensão das certificações, além de que as IGs se dão no espaço [geográfico] e se resguarda particularmente na categoria geográfica Território.

As IGs não podem ser analisadas sob um único prisma ou dentro de uma área de conhecimento específica. Os construtos teóricos de algumas das teorias utilizadas guardam entre si relações que, em conjunto, são capazes de possibilitar um entendimento mais completo da realidade que cerca a valorização de um produto e sua origem geográfica (DUTRA; MACHADO; CASTRO, 2009, p. 92).

Dadas as definições, pode-se compreender as complexidades das IGs e como as mesmas são fundamentais para proteção e valorização de seus produtos centrais. Seguindo a linha de raciocínio e aprofundando no assunto é necessário pontuar sua gênese e enraizamento no território nacional.

As questões colocadas levam à algumas reflexões. O ponto inicial é a significância da implementação da IG pois, além de ser um modelo de proteção de qualidade, gera também aparato aos produtores, mostrando a ele proteção estatal sobre aquilo que é produzido, de maneira que é possível garantir a qualidade única: “a implementação de uma Indicação Geográfica está ligada às necessidades da sociedade, como fato e condição de um processo que é, ao mesmo tempo, político, econômico, social e ambiental” (FALCADE, 2005, p. 40).

Como proposto por Falcade (2005), a implementação da Indicação Geográfica traz benefícios do econômico ao social, além das questões ambientais, discussão de extrema necessidade e que também nos faz refletir sobre o território e seus atributos.

Ao pensar as IGs, percebemos as relações humanas em busca de um produto de qualidade, essa muitas vezes, particular, modificando a organização da sociedade, as relações econômicas de onde está inserida e, como citado anteriormente, a questão físico-ambiental das localidades em que são desenvolvidos os produtos.

Um outro destaque é o protagonismo do vinho, produto central que foi fundamental nos processos de certificação das IGs em diversas partes do globo, inclusive no Brasil, e que será apresentado posteriormente. Após a indicação de Porto ao longo dos anos, houve aumento das certificações ligadas às áreas vitivinícolas.

O número de regiões delimitadas ou de indicações geográficas existentes em países tradicionalmente vitivinícolas, nos dá uma idéia de sua importância: 351 na França, 245 na Itália, 235 na Alemanha, 36 na África do Sul, 33 na Espanha (Bolletino del Cideao, 1992). Entre os países integrantes do MERCOSUL, a Argentina era o único que possuía, do ponto de vista de regionalização duas denominações de origem em implementação: San Rafael e Lujan de Cuyo. Além da Argentina, nas Américas, o Chile implementou legislação de regionalização da produção de vinhos em 1979 e 1980 (HERNÁNDEZ, PSZCZÓLKOWSKI E BORDEU, 1992), embora já, em 1931, tivesse sido demarcada a região do Pisco. Nos EUA, a regionalização ocorreu em 1983, através das American Viticultural Areas (AVA's) (FALCADE, 2005, p. 38-39).

Consoante ao que fora apresentado por Falcade (2005), é possível observar a centralidade das Indicações Geográficas que estão no continente europeu, em especial, na França, Itália e Alemanha. Na América do Sul, devemos ressaltar, pela questão vitivinícola, a Argentina e o Chile, ambos com territórios. Essas localidades possuem notório destaque quando a discussão é vinho de qualidade.

Em relação ao Brasil, percebemos um salto importante no reconhecimento de certificações. Começamos o século com raros debates e estruturação sobre as IGs, mas em 2021 observamos uma nova realidade: temos atualmente 93 Indicações Geográficas reconhecidas pelo INPI dentro do território nacional, sendo 84 nacionais e 9 internacionais³.

Ao trazer a primeira Indicação Geográfica brasileira, falamos da IG do Vale dos Vinhedos. Assim como outras mundo afora, o Vale dos Vinhedos tem como produto central o vinho e, conforme o INPI (2019), foi registrada em 19 de novembro de 2002 sob a alcunha de Indicação de Procedência, pois é um produto que torna o território reconhecido por seu desenvolvimento.

A instauração a IG do Vale dos Vinhedos remonta à década de 1990, quando o Governo Federal brasileiro realizou o aparato jurídico para regulamentação das IGs no Brasil.

A Lei de propriedade Industrial (LPI) – Lei N° 0.279, de 14. 05. 1996 – concretizou a possibilidade de implementação e reconhecimento das Indicações Geográficas no Brasil (BRASIL, 1996) e a Resolução 075/2000, do Instituto Nacional de propriedade Industrial, as condições para o registro das Indicações Geográficas (INPI, 2000 *apud* FALCADE, 2005, p. 145).

A Lei da Propriedade Industrial (BRASIL, 1996) sancionada pelo presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, foi o marco institucional que permitiu implementar e reconhecer o processo de IGs do território brasileiro. Devemos lembrar do papel de determinados segmentos da sociedade como os produtores do Vale dos Vinhedos, que realizaram arranjo em seu território e se organizaram para que esse marco acontecesse. A implementação de um aparato legal auxilia no aumento, mesmo que lento e gradativo se compararmos com outras partes do mundo, de uma série de estudos sobre as certificações no território brasileiro.

Pós LPI, o setor vitivinícola da Região do Vale dos Vinhedos, por meio da Associação dos Produtores de Vinhos Finos dos Vales dos Vinhedos (APROVALE) inicia em pedido ao

³ Vale mencionar que as 9 Indicações Geográficas internacionais registradas no Brasil não serão contempladas como objeto de estudo nessa pesquisa. As IGs internacionais registradas no Brasil em ordem de data registro: Região dos Vinhos Verdes – Portugal; Cognac – França; Franciacorta – Itália; San Daniele – Itália; Porto – Portugal; Napa Valley – Estados Unidos; Champagne – França; Roquefort – França; Tequila – México (Fonte: BRASIL – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2021).

INPI para reconhecimento da IG. A partir do Vale dos Vinhedos, outras certificações começaram a surgir, inclusive com outros produtos centrais. Destacamos a IG da Região do Cerrado Mineiro (criada em 2005), que possui o café como produto central, além da IG da Pampa Gaúcha da Campanha Meridional (2006), a qual tem a carne bovina como produto central.

Como proposto no tópico, foi possível compreender o reconhecimento das indicações via produtores e Estado, uma vez que este último é órgão norteador e regulador – por meio do INPI – além de detentor do aparato jurídico pós Lei da Propriedade Industrial. Vale ressaltar que para implementação das certificações, uma série de arranjos territoriais precisaram ocorrer.

A seguir, apresentaremos de forma mais direta a íntima relação da categoria de análise Território com as certificações de IGs.

2.2. Categoria Geográfica Território e Certificação

O Território possui centralidade nessa pesquisa. Compreendê-lo, junto às suas dinâmicas, é fundamental para analisar as relações de formação das IGs como arranjo territorial de diferentes poderes.

IGs são reconhecidas como uma estratégia de qualificação que enfatiza o enraizamento sociocultural do produto no território onde este é produzido. Ao qualificar ativos intangíveis que são de difícil transposição para outros territórios, as IGs podem mesmo ser conceitualmente percebidas como um catalisador de processos de desenvolvimento territorial (...) (NIERDELE; VITROLLES, 2010, p. 5).

Nierdelle e Vitrolles (2010) expõem como a IG está diretamente ligada ao Território e suas características, afinal, é capaz de influenciar no processo de certificação e transformar aqueles futuros.

Após uma reflexão, é notável a relação entre as IGs e o território. Para que a discussão seja aprofundada, é fundamental compreendermos as definições que cercam essa categoria, bem como as discussões e interpretações por ela geradas.

Conforme Souza (2000), espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, é uma das principais conceituações acerca do território. Já Santos (2006) entende que o território, por si só, não é uma categoria de análise da Geografia, há a necessidade de colocar em discussão o território usado, aquele que exprime territorialidade, isto é, um pertencimento ou, nas palavras do autor “o chão mais a identidade” (SANTOS, 2006, p. 14). O território é o

lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas. É onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 2006, p. 14).

Prosseguindo a discussão sobre território, de acordo com Souza (2000), essa categoria aparece na tradicional Geografia Política e tem com como grande autor e fundamentador o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, estudioso responsável por definir território ligado às relações de poder, sendo, sobretudo, um poder ligado ao campo político – o poder político do Estado.

A partir disso, pensar território remete ao poder do Estado, inclusive, apresentado e discutido como “território nacional” muitas vezes. Um poder ligado ao político, às raízes e identidades, devido a grande força exercida pelo Estado, presente até os dias atuais. Todavia, é capaz de ser notado ao longo dos anos uma evolução conceitual do território, com novas abordagens e perspectivas sendo apresentadas por autores, como Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, dentre outros.

É perceptível, na evolução conceitual, como o poder e os agentes hegemônicos que exercem esse poder ainda possuem influência política nos variados contextos. No entanto, nota-se para além dele a presença de outros poderes, como o econômico e o cultural, ambos fundamentais para compreensão do território, bem como suas transformações.

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” (SOUZA, 2009, p. 59).

Souza (2009) considera que o território também deve ser analisado pela ótica da cultura e economia, mas sem excluir o poder político. Ao apresentar a influência da economia, mostra como é fundamental compreendê-la especialmente perante um mundo globalizado, que lança estratégias, impõe um tempo e se põe como um grande hegemônico. Ademais, é imprescindível compreender a influência da cultura, a mesma que exerce muito poder ao território, indo desde “novas tendências”, às residualidades e ao tradicional, todas dotadas de identidades, costumes e simbolismos.

Outro autor, Ortega (2012), coloca a concepção do território como a construção de muitas vertentes.

Ressaltando-se que, por território, compreendemos um espaço para muito além de uma delimitação físico-geográfica. Ele é uma construção econômica, social, histórica, cultural, política e ambiental. No território, estão presentes consensos e conflitos, intra e interclasses (ORTEGA, JESUS, 2012, p. 14).

Ortega e Jesus (2012) exibem como o território é constituído a partir de questões físicas, políticas e econômicas. Vários fatores que, juntos, resultam em um espaço de características particulares. Fato que nos leva a mais uma reflexão:

Aliás, a própria separação entre o “político”, o “cultural” e o “econômico”, da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é distinguível mas não é propriamente separável (SOUZA, 2009, p. 60).

Como apresentado no trecho, a separação entre o político, a cultura e o economia é um equívoco gigantesco, pois, em diversos territórios, um é fundamental para que o outro ocorra. Em certos casos um é essencial para compreensão do outro, logo podemos distingui-los pelas particularidades existentes entre eles, mas não os separar.

Outro autor que discute território faz-se necessário comentar aquilo que ele chama de território usado – considerado sinônimo de espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia – e assim avançar no que o autor denominou como território como recurso. Conforme o mesmo, território usado revela uma “estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS, 2000). É o arranjo complexo, em que “se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, 2000). Avançando nessa discussão:

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação, temos o arranjo singular dos lugares.

Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade (SANTOS, 2000, p. 9).

Santos (2000) traz os conceitos de território como abrigo e território como recurso. Os atores hegemônicos – isto é, aqueles privilegiados, detentores dos meios de produção – enxergam o território enquanto uso, como uma fonte de recursos para a reprodução ampliada do capital. Enquanto isso, há também os sujeitos hegemonzados, os quais acessam o território como abrigo, utilizado para sua própria sobrevivência.

Em síntese, precisamos entender o território como algo complexo, capaz de demonstrar poderes que podem ser exercidos sobre determinado espaço e, por vezes, estarem interligados. Um exemplo de exercício desses poderes no território é perceber como eles se contemplam por meio das Indicações Geográficas. Com as certificações, um arranjo territorial acontece e, nele, há agentes variados agindo sobre um mesmo território.

Ainda consoante a Souza (2009), é evidente como os três poderes (político, econômico e cultural) conectam-se com as certificações. Nas IGs identificamos a presença do poder político, que atua fortemente sobre as Indicações e sobre os territórios, o INPI, por exemplo, é um instituto governamental norteador das certificações, que observa os padrões e as características de cada IG. Outro exemplo desse poder é a presença do Estado em certificações com financiamento de pesquisas por meio da EMBRAPA ou através de políticas de crédito rural (exemplo de poder político associado a um poder econômico). Esse crédito é realidade presente no cotidiano dos produtores de café da Região do Cerrado Mineiro.

O poder econômico é perceptível no desenvolvimento econômico local, como exemplo temos a IG de São Tiago que tem como produto central o biscoito, este influencia toda uma economia local, bem como o desenvolvimento de pequenos comércios, até um poder econômico com vistas a um lucro global, em que indicações como o café da Região do Cerrado Mineiro têm desenvolvido seu produto ligado ao mercado global, inerente ao meio técnico-científico-informacional.

Outra forma de encontrar poder econômico dentro das Indicações Geográficas e dos territórios, as quais as certificações estão presentes, é na figura dos bancos, que vão desde pequenos cooperados até mesmo grandes redes financeiras internacionais, os quais muitas vezes são financiadoras dos processos produtivos que geram os produtos centrais das IGs.

Há ainda a indicação por meio do crescimento comercial que as indicações geram, visto que esses produtos possuem qualidades próprias, os quais são atrativos de vários nichos de mercado dentro de um mundo globalizado. O que nos leva a refletir pois, mesmo em um mundo globalizado em que uma das tendências é a homogeneização, a busca pela padronizado, percebemos que o diferente também é atrativo e apreciado, portanto, as IGs são provas de que, mesmo no global, o singular também pode ser referenciado.

Desse modo, notamos que as certificações desenvolvem economicamente, o comércio, os bancos, as elites locais nas diversas configurações que elas estão representadas, dentre outros; do mercado local ao internacional. Há relações econômicas de produção artesanal, como exemplo a Cachaça de Salinas, mas também de uma produção ligada ao mecanizado e ao global, como o café do Cerrado Mineiro, todos apresentando um grande arranjo territorial.

Por último, mas não menos importante, temos também o poder cultural. Tal qual os anteriores, é fundamental sob um território e nas suas eventuais transformações. As IGs são palco desse poder cultural, pois muitos dos seus produtos se deram por meio de questões históricas e únicas. Por meio de saberes familiares ou de certas comunidades, o cultural é presente pelas simbologias que diversas certificações trazem, além dos ensinamentos que foram passados. A exemplo a IG de São João del Rei:

O artesanato em estanho de São João Del Rei tem características barrocas, peças sacras e os utensílios domésticos possuem design colonial. O estanho de design colonial é um produto que reforça a identidade cultural de São João Del Rei. Nas peças sacras, são mantidas as formas arredondadas da religiosidade são-joanense. Estes aspectos agregam valor ao produto na medida em que o estanho traz a representação da cidade em si (DATASEBRAE, 2018).

Ao descrever o artesanato em estanho, produto central da IG de São João del Rei, é notável o detalhamento histórico e cultural do processo e do produto gerado, além de demonstrar como essas etapas foram determinantes para que o produto se estabelecesse dessa forma. Outro aspecto importante é como se utiliza do histórico cultural como argumento para um produto de valor agregado e, um dos desdobramentos desse valor e singularidade geradas, são os interesses do mercado em adquirir tal produto, em outras palavras, um exemplo de como o cultural e o econômico se relacionam, reforçando a ideia de como não podemos pensar os agentes sobre o território de forma separada.

Também é exemplo da importância do cultural, as relações por meio das tradições levadas pelas pessoas que produzem determinados produtos. Indivíduos migraram para o desenvolvimento dos determinados cultivos, ou então, pessoas as quais a produção de determinado produto está inserida no seu dia a dia.

Como exemplo dos citados temos, no primeiro caso, a Região do Cerrado Mineiro, onde a produção do café se deu com a migração de paranaenses para região do Oeste do estado de Minas Gerais, esses paranaenses trouxeram consigo diversos costumes, os quais foram inseridos e combinados aos hábitos locais, levando à pluralidade cultural. No segundo exemplo

– produção que está inserida no cotidiano e, muitas vezes, se torna algo intrínseco da pessoa – temos o Queijo Canastra, em razão da produção artesanal que é passada de geração a geração e coloca o queijo como algo “intrínseco ao mineiro”, colocado inúmeras vezes como símbolo e parte de sua essência.

Assim, percebemos como a política, a economia e a cultura agem sobre o território e sobre as IGs, modificam e transformam os territórios e esses oferecem características para que as certificações ocorram.

Essas relações reforçam a definição de território proposta por Santos (2006):

(...) nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o território. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS, 2006, p. 13).

Para Santos (2006), território é as ações, paixões, forças e fraquezas; complexo e de diversas faces, em que temos que perceber a centralidade do homem que, da antiguidade até os dias atuais, o transformam e moldam, sendo modificadores do Espaço Geográfico. Ainda sobre a relação IG e território:

A lógica por trás da valorização de um território requer um longo envolvimento da comunidade, no qual a certificação do produto seria o último, não o primeiro passo. O processo inicia com uma mobilização da comunidade em torno do ideal da valorização do território, suas especificidades de clima e solo, o que fundamenta o reconhecimento oficial da IG, para, enfim, elaborar padrões de qualidade e processo de certificação de origem e qualidade (DUTRA; MACHADO; CASTRO, 2009, p. 92).

Segundo os autores, a certificação anda junto a valorização do território, esse que deve ser construído por diversos arranjos territoriais, podendo ser ligados ao poder econômico, cultural e político, como proposto por Souza (2009), ligado a forças, paixões e emoções como proposto por Santos (2006), como também ligado pelo envolvimento da comunidade e suas especificidades, como proposto por Dutra, Machado e Castro (2009).

Portanto, observa-se como o território é fundamental e está presente no nosso cotidiano, esse, desde o local ao global. Compreendemos, também, como ele é central nas Indicações Geográficas, as modificando e sendo modificado por elas. No próximo tópico, será apresentado as tipologias das certificações, bem como seus respectivos anos, produtos centrais e certas análises sobre a mesma.

2.3. Tipologias e Espacialização das Indicações Geográficas no Brasil e no estado de Minas Gerais

2.3.1. Tipologias e dinâmicas das Indicações Geográficas (IGs) no Brasil

Nesse tópico serão apresentadas as Indicações Geográficas presentes no território brasileiro e, posteriormente, do estado de Minas Gerais, todas devidamente registradas e caracterizadas pelo INPI. No decorrer da pesquisa percebe-se como as diversas IGs estão espacializadas por todo Brasil e são dotadas dos mais diversos produtos, isto é, como discutido anteriormente, percebe-se a utilização e organização de um arranjo territorial para diversas atividades intercaladas nas esferas econômicas, sociais e culturais, desde produtos artesanais de comércio regional a produtos de cunho global dotados de várias tecnologias.

Conforme o INPI e já mencionado anteriormente, tendo como marco temporal o primeiro semestre de 2021, há o registro de 93 Indicações Geográficas, sendo elas 67 Indicações de Procedência e 26 Denominação de Origem. Já inseridas na Denominação de Origem, temos 17 nacionais e 9 internacionais. De acordo com Caldas (2019), as IGs expostas cresceram de forma significativa nas últimas duas décadas, quando a primeira IG, do Vale dos Vinhedos, foi registrada nos anos 2000.

Foram colocadas no Quadro 1 as Indicações Geográficas do Brasil, com seus números vinculados ao INPI, seus produtos centrais (produtos protagonistas para que fossem territórios certificados), a data de registro (fundamental para um entendimento temporal das certificações brasileiras) e o tipo de IG, uma vez que no Brasil as certificações podem ocorrer sob duas modalidades (Indicação de Procedência e Denominação de Origem).

Ao todo, foram colocadas 84 Indicações Geográficas pois foram contabilizadas apenas as nacionais. As IGs do Vale dos Vinhedos e Região do Cerrado Mineiro foram contabilizadas duas vezes porque ambas possuem a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem (logo possuem dois registros junto ao INPI).

O Quadro 1 está organizado conforme a data em que as Indicações Geográficas foram registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Quadro 1. Brasil: Indicações Geográficas, Números de Registro, Produtos Centrais, Data de Registro e Tipo de IG (2021)

Indicações Geográficas	Número no INPI	Produto Central	Data de Registro	Tipo IG
<i>Vale dos Vinhedos</i>	IG200002	Vinho	19/11/2002	IP
<i>Região do Cerrado Mineiro</i>	IG990001	Café	14/04/2005	IP
<i>Pampa Gaúcho da Campanha Meridional</i>	IG200501	Carne Bovina	12/12/2006	IP
<i>Paraty</i>	IG200602	Cachaça	10/07/2007	IP
<i>Vale do Sinos</i>	IG200702	Couro	19/05/2009	IP
<i>Vale do Submédio São Francisco</i>	IG200701	Uva e Manga	07/07/2009	IP
<i>Pinto Bandeira</i>	IG200803	Vinho	13/07/2010	IP
<i>Litoral Norte Gaúcho</i>	IG200801	Arroz	24/08/2010	DO
<i>Costa Negra</i>	IG200907	Camarões Marinhos	16/08/2011	DO
<i>Região do Jalapão do estado do Tocantins</i>	IG200902	Artesanato em Capim Dourado	30/08/2011	IP
<i>Pelotas</i>	IG200901	Doces	30/08/2011	IP
<i>Goiabeiras</i>	IG201003	Panelas de Barro	04/10/2011	IP
<i>Serro</i>	IG201001	Queijo	13/12/2011	IP
<i>São João del-Rei</i>	IG201010	Artesanato em Estanho	07/02/2012	IP
<i>Franca</i>	IG201012	Calçados	07/02/2012	IP
<i>Vales da Uva Goethe</i>	IG201009	Vinho	14/02/2012	IP
<i>Canastra</i>	IG201002	Queijo	13/03/2012	IP
<i>Pedro II</i>	IG201014	Opala e Joias Artesanais	03/04/2012	IP
<i>Região Pedra Carijó Rio de Janeiro</i>	IG201004	Rocha Gnaisse	22/05/2012	DO
<i>Região Pedra Madeira Rio de Janeiro</i>	IG201005	Rocha Gnaisse	22/05/2012	DO
<i>Região Pedra Cinza Rio de Janeiro</i>	IG201006	Rocha Gnaisse	22/05/2012	DO
<i>Cachoeiro de Itapemirim</i>	IG201007	Mármore	29/05/2012	IP
<i>Manguezais de Alagoas</i>	IG201101	Própolis	17/07/2012	DO
<i>Norte Pioneiro do Paraná</i>	IG200903	Café	25/09/2012	IP
<i>Linhares</i>	IG200909	Cacau	31/07/2012	IP
<i>Vale dos Vinhedos</i>	IG201008	Vinho	25/09/2012	DO
<i>Paraíba</i>	IG200904	Algodão	16/10/2012	IP
<i>Região de Salinas</i>	IG200908	Cachaça	16/10/2012	IP
<i>Porto Digital</i>	IG201103	Tecnologia de Informação	11/12/2012	IP
<i>Altos Montes</i>	BR402012000002-0	Vinho	11/12/2012	IP
<i>Divina Pastora</i>	IG201107	Renda em Lacé	26/12/2012	IP
<i>São Tiago</i>	201104	Biscoito	05/02/2013	IP
<i>Alta Mogiana</i>	IG200703	Café	17/09/2013	IP
<i>Mossoró</i>	IG201108	Melão	17/09/2013	IP

<i>Cariri Paraibano</i>	BR402012000005-5	Renda Renascença	24/09/2013	IP
<i>Monte Belo</i>	BR402012000006-3	Vinho	01/10/2013	IP
<i>Região do Cerrado Mineiro</i>	IG201011	Café	31/12/2013	DO
<i>Piauí</i>	BR402012000004-7	Cajuína	26/08/2014	IP
<i>Rio Negro</i>	BR2012000003-9	Peixe	09/09/2014	IP
<i>Microrregião Abaíra</i>	BR402012000001-2	Cachaça	14/10/2014	IP
<i>Pantanal</i>	BR2013000004-0	Mel	10/03/2015	IP
<i>Farroupilha</i>	BR402014000006-9	Vinho	14/07/2015	IP
<i>Ortigueira</i>	BR412013000002-0	Mel	01/09/2015	DO
<i>Maracaju</i>	BR402014000007-7	Linguiça	24/11/2015	IP
<i>Região de Mara Rosa</i>	BR402013000006-6	Açafrão	02/02/2016	IP
<i>Região das Lagoas Mundaú-Manguaba</i>	BR402014000012-3	Bordado Filé	19/04/2016	IP
<i>Carlópolis</i>	BR402015000008-8	Goiaba	17/05/2016	IP
<i>Região de Pinhal</i>	BR402014000001-8	Café	19/07/2016	IP
<i>Região da Própolis Verde de Minas Gerais</i>	BR412013000005-4	Própolis	06/09/2016	DO
<i>Região São Bento de Urânia</i>	BR402014000004-2	Inhame	20/09/2016	IP
<i>Marialva</i>	BR402015000003-7	Uva	27/06/2017	IP
<i>São Matheus</i>	BR402015000011-8	Erva-mate	27/06/2017	IP
<i>Oeste do Paraná</i>	BR402015000012-6	Mel	04/07/2017	IP
<i>Cruzeiro do Sul</i>	BR402015000002-9	Farinha de Mandioca	22/08/2017	IP
<i>Maués</i>	BR402015000001-0	Guaraná	16/01/2018	IP
<i>Sul da Bahia</i>	BR402014000011-5	Amêndoas de cacau	24/04/2018	IP
<i>Colônia Witmarsum</i>	BR402015000010-0	Queijo	24/04/2018	IP
<i>Venda Nova do Imigrante</i>	BR402014000002-6	Socol	12/06/2018	IP
<i>Banana da Região de Corupá</i>	BR412016000003-6	Banana	28/08/2018	DO
<i>Sabará</i>	BR402014000009-3	Jaboticaba e derivados	23/10/2018	IP
<i>Tomé-Açu</i>	BR402014000010-7	Cacau	29/01/2019	IP
<i>Oeste da Bahia</i>	BR402014000005-0	Café	14/05/2019	IP
<i>Pirenópolis</i>	BR402017000008-3	Jóias em Prata	09/07/2019	IP
<i>Uarini</i>	BR402017000003-2	Farinha de Mandioca	27/08/2019	IP
<i>Capanema</i>	BR402015000009-6	Melado	17/12/2019	IP
<i>Campos de Cima da Serra</i>	BR412017000006-3	Queijo	03/03/2020	DO
<i>Campanha Gaúcha</i>	BR402017000009-1	Vinho	05/05/2020	IP
<i>Mantiqueira de Minas</i>	IG200704	Café	09/06/2020	DO
<i>Novo Remanso</i>	BR402017000004-0	Abacaxi	09/06/2020	IP
<i>Caicó</i>	BR402018000001-9	Bordado	23/06/2020	IP
<i>Porto Ferreira</i>	BR402018050006-2	Cerâmica	08/09/2020	IP
<i>Terra Indígena Andirá-Marau</i>	BR412016000005-2	Waraná (Guaraná)	20/10/2020	DO
<i>Campo das Vertentes</i>	BR402019000013-5	Café	24/11/2020	IP

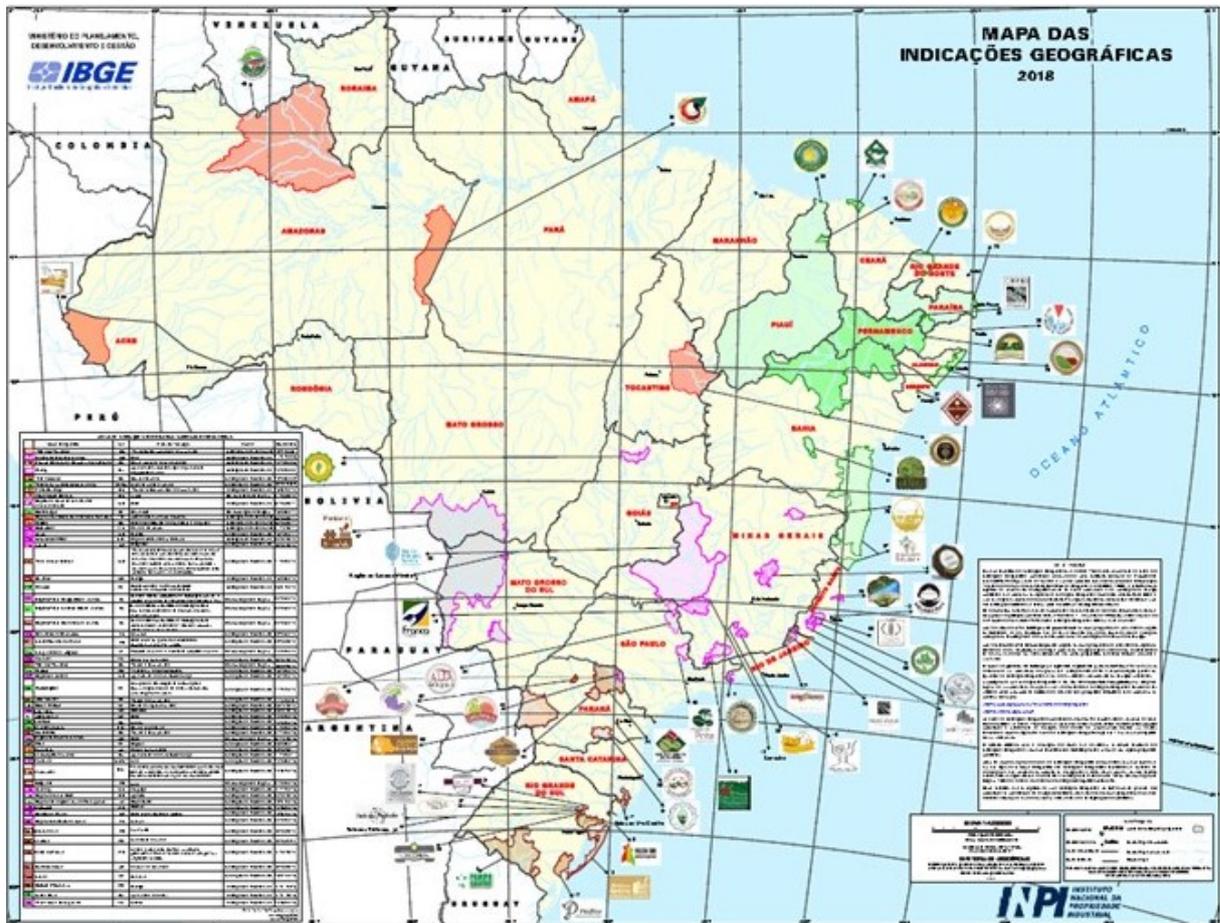
<i>Matas de Minas</i>	BR402018000002-7	Café	15/12/2020	IP
<i>Antonina</i>	BR402019000009-7	Bala de Banana	29/12/2020	IP
<i>Marajó</i>	BR402018050007-0	Queijo	29/12/2020	IP
<i>Caparaó</i>	BR412019000005-0	Café	02/02/2021	DO
<i>Montanhas do Espírito Santo</i>	BR412019000017-4	Café	04/05/2021	DO
<i>Espírito Santo</i>	BR402020000002-7	Café	11/05/2021	IP
<i>Bragança</i>	BR402019000001-1	Farinha de Mandioca	18/05/2021	IP
<i>Jaguaruana</i>	BR402020000003-5	Redes	25/05/2021	IP
<i>Matas de Rondônia</i>	BR412020000004-0	Cafés	01/06/2021	DO
<i>Gramado</i>	BR402018000004-3	Chocolate	15/06/2021	IP
<i>Santa Catarina</i>	BR402020000008-6	Vinho	29/06/2021	IP

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2021).
Organização e elaboração: SANTANA, G. H. S. (2021).

Ao observar o quadro é possível observar todas as IGs em nível de território nacional. Cada uma delas possuem informações e características com toda uma trajetória, tendo suas respectivas cooperativas e associações; conseguindo formas de organização territorial para atribuir valor aos seus produtos. Ainda nessa mesma discussão, percebe-se que, quanto mais recente o pedido e a concessão de certificação, mais são exigidas informações complexas, como descrições mais aprofundadas, delimitações de áreas por coordenadas geográficas, enfim, todo um emaranhado de informações.

Essas informações em relação a área, coordenadas, bem como os nomes e informações expostas no quadro foram analisadas e estruturadas a partir da plataforma de dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI – anexo 1 e 2) tendo como marco temporal desde o início das certificações até o primeiro semestre de 2021. A Figura 1, a seguir, espacializa as informações apresentadas no Quadro 1.

Figura 1. Brasil: Espacialização das Indicações Geográficas (2018)



Fonte: BRASIL (2018). Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/noticias/inpi-e-ibge-lancam-a-edicao-2018-do-mapa-das-igs-brasileiras>. Acesso em 29 set. 2021.

Caldas (2019) comenta sobre o início das IGs no Brasil.

O primeiro registro de indicação geográfica no INPI foi o da Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos (2000), a qual teve o apoio institucional da Embrapa Uva e Vinho da Universidade de Caxias do Sul. Em 2005, houve o registro da Indicação de Procedência Cerrado Mineiro (CALDAS, 2019, p. 10).

Nota-se, por conseguinte, como essas duas regiões presentes nos estados do Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, respectivamente com produtos centrais, também respectivamente, vinho e café foram protagonistas e iniciaram as certificações no território brasileiro. Esse fator pode explicar porque são as únicas atualmente que possuem tanto a Indicação de Procedência como a Certificação de Origem.

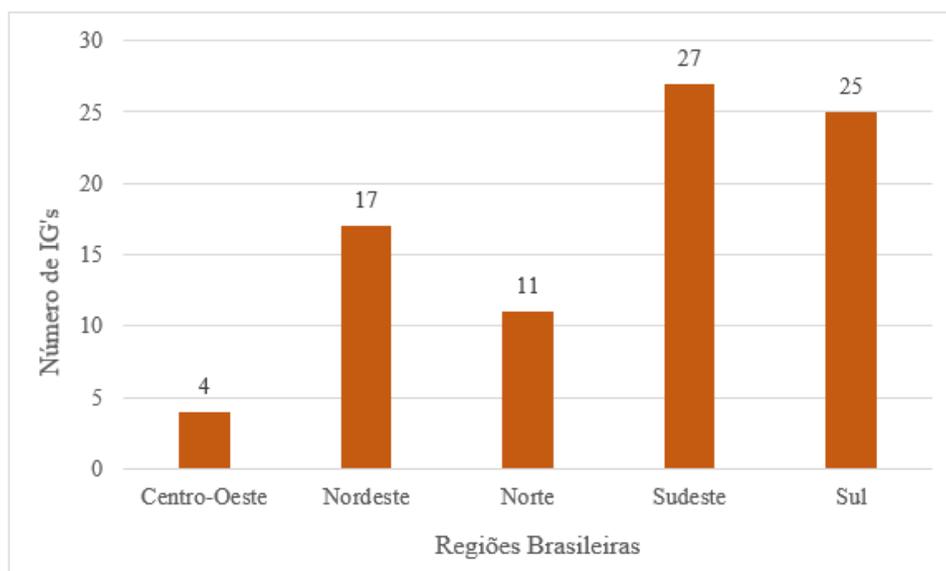
Outra dinâmica que pode ser observada no quadro é como as IGs estão presentes tanto no meio rural, onde há o seu predomínio, como também no meio urbano:

Estão presentes, em sua grande maioria, no campo, como, por exemplo, as indicações geográficas de Café do Cerrado (MG), Capim Dourado (Jalapão – TO), cachaça de Salinas (MG), carne do Pampa Gaúcho (RS), entre outras; mas, também, estão presentes nas cidades, como, por exemplo, as indicações geográficas Porto Digital (Cidade de Recife-PE), Doces de Pelotas (Cidade de Pelotas-RS), Panelas de Barro de Goiabeiras (Cidade de Vitória – ES) (CALDAS, 2019, p. 12).

O predomínio pelo campo se dá especialmente pelos produtos centrais. São produtos agroalimentares, vinculados ao rural com produções artesanais. Produções que permeiam também o meio urbano, com polos tecnológicos e de calçados. Por esse motivo, é possível estabelecer uma relação campo-cidade que, há tanto tempo, é apresentada na Geografia e pode ser observada também ao se tratar das Indicações Geográficas. Como esses meios interagem, ambos planejam e dispõem de associações e cooperativas, agem sobre as dinâmicas do seu território, se transpõem e se complexam.

Uma outra característica marcante é como as Indicações Geográficas estão distribuídas ao longo do território brasileiro. Encontramos IGs do Rio Grande do Sul ao Amazonas, as quais elencam diversidades regionais e características particulares. As IGs aparecem em todas as regiões do Brasil, vide Gráfico 2.

Gráfico 2. Brasil: Indicações Geográficas (IGs) por Regiões (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2021).
Organização e elaboração: SANTANA, G. H. S. (2021).

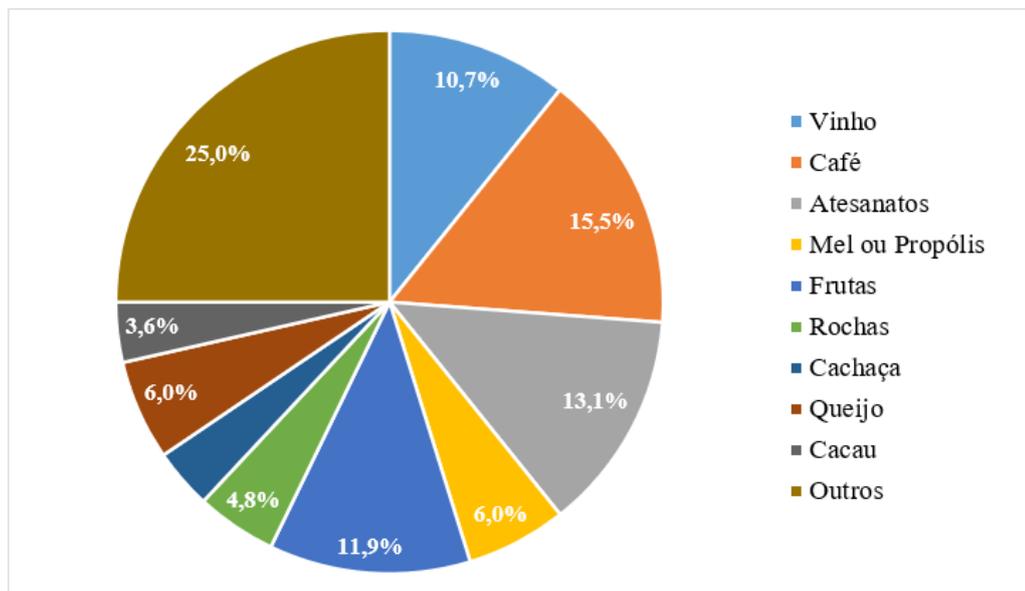
Ao visualizar o Gráfico 2, é possível analisar como as IGs se encontram distribuídas no território brasileiro, estão espalhadas pelas cinco regiões, mostrando como esse processo se expandiu e especializou Brasil afora. Porém, verifica-se predomínio nas regiões Sudeste com

27 IGs e Sul com 25 IGs – vale ressaltar que as IGs do Vale dos Vinhedos e Região do Cerrado Mineiro foram contabilizadas duas vezes pois possuem tanto a Indicação de Procedência como Denominação de Origem. O predomínio nessas duas regiões se dá por diversos fatores, dentre eles, a herança histórica colonial, caso da Região Sul em que as certificações possuem uma estratégia extremamente presente nos países europeus. Outro fator são as formas de organização territorial da região, identificando grandes cooperativas e associações que se colocam em diversas discussões econômicas e culturais, fato fundamental para que ocorra as certificações. Além, é claro, de ser o coração econômico do país, tendo um maior enraizamento das relações capitalistas de produção.

Relacionando o Gráfico 2 com o Quadro 1, nota-se o expressivo crescimento do Sudeste no último ano, ultrapassando até mesmo a região Sul em decorrência do registro de IGs que possuem como produto central o café, reflexo da tendência atual que busca por cafés especiais, de qualidade diferenciada.

Na contramão, o Centro-Oeste é a região que apresenta o menor número, com apenas quatro IGs. Isso não quer dizer que a região tenha menos ligações com as questões culturais e valorização dos seus produtos, mas pode-se levantar um pensamento de que a lógica produtiva nessa região é muito ligada às *commodities*, em outros termos, um produto de baixo valor agregado, que não diferencia por quem os produziu ao ser armazenado e possui preço ditado pela oferta e procura internacional, sendo essa estrutura um desacordo com a lógica das Indicações Geográficas. Também temos a região Nordeste e Norte, com 17 e 11 IGs respectivamente. Outro fator das IGs são como elas possuem diversos produtos centrais. No Gráfico 3 expomos como são variados:

Gráfico 3. Brasil: Produtos vinculados às IGs registradas no país em porcentagem (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2021).
Organização e elaboração: SANTANA, G. H. S. (2021).

O Gráfico 3 traz informações sobre os principais produtos vinculados a cada IG e emprega a metodologia proposta por Flores e Falcade (2019), as quais organizam esses produtos desta forma em seus estudos.

Percebe-se a presença de produtos com grande diversidade: de gênero primário (café e cacau), artesanatos (artesanato em estanho), até produtos tecnológicos (tecnologia de informação). Podemos também elencar, no Gráfico 3, o predomínio de Indicações Geográficas voltadas para artesanatos, frutas, mel ou própolis, vinho e café (que cresce substancialmente no último ano), percebendo, assim, dentre os destacados, o predomínio de produtos agroalimentares.

Em suma, ao expormos as Indicações Geográficas brasileiras é possível pontuar como as IGs são diversas e dotadas de diferentes dinâmicas e estão distribuídas por todas as regiões nacionais (com predomínio no Sudeste, seguido pela região Sul). Apresenta variedade de produtos com distintas características, como áreas, associações, entre outros. Esse fator leva à reflexão de como múltiplas forças, das mais variadas escalas, utilizam desses territórios como forma de exercer poder sobre ele, além de modificá-lo de acordo com suas necessidades e demandas.

A seguir, continuaremos a abordar as principais tipologias e dinâmicas das IGs, mas agora com foco no estado de Minas Gerais.

2.3.2. Tipologias e dinâmicas das Indicações Geográficas (IGs) em Minas Gerais

Minas Gerais é dotado de diversidades. É o quarto estado em extensão territorial, segundo maior em população e o maior estado brasileiro em número de municípios. No que tange à distribuição vegetacional, há diversidade de biomas com a presença de Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga, ocupando, originalmente, 57%, 41% e 2% da área do estado, respectivamente. Se levarmos em consideração apenas as áreas de remanescentes da cobertura vegetal nativa (32,9%), temos Cerrado (22,3%); Mata Atlântica (9,5%) e Caatinga (Floresta Estacional Decidual) com 1,1% do território do estado (IEF, 2019).

Ao tratarmos de Indicações Geográficas a característica não varia. Minas Gerais possui certificações por todo seu território, cada uma delas com dinâmicas próprias. De acordo com o INPI (2019), o estado possui 13 IGs, sendo nove delas Indicação de Procedência e quatro como Denominação de Origem. É válido resaltar que o estado se insere na Região Sudeste do Brasil, a qual dispõe do maior número de IGs no território nacional.

O Quadro 2 apresenta as IGs mineiras. A Região do Cerrado Mineiro, como no Quadro 1, é exposta duas vezes com seus dois registros no INPI, é única no estado a conseguir a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem.

Quadro 2. Minas Gerais: Indicações Geográficas, Números de registro, produtos centrais, data de registro e tipo de IG (2020)

Indicações Geográficas	Número no INPI	Produto Central	Data de Registro	Tipo de IG
<i>Região do Cerrado Mineiro</i>	IG990001	Café	14/04/2005	IP
<i>Serro</i>	IG201001	Queijo	13/12/2011	IP
<i>São João del-Rei</i>	IG201010	Artesanato em Estanho	07/02/2012	IP
<i>Canastra</i>	IG201002	Queijo	13/03/2012	IP
<i>Região de Salinas</i>	IG200908	Cachaça	16/10/2012	IP
<i>São Tiago</i>	201104	Biscoito	05/02/2013	IP
<i>Região do Cerrado Mineiro</i>	IG201011	Café	31/12/2013	DO
<i>Região da Própolis Verde de Minas Gerais</i>	BR412013000005-4	Própolis	06/09/2016	DO
<i>Sabará</i>	BR402014000009-3	Jabuticaba e derivados	23/10/2018	IP
<i>Mantiqueira de Minas</i>	IG200704	Café	09/06/2020	DO
<i>Campo das Vertentes</i>	BR402019000013-5	Café	24/11/2020	IP
<i>Matas de Minas</i>	BR402018000002-7	Café	15/12/2020	IP
<i>Caparaó⁴</i>	BR412019000005-0	Café	02/02/2021	DO

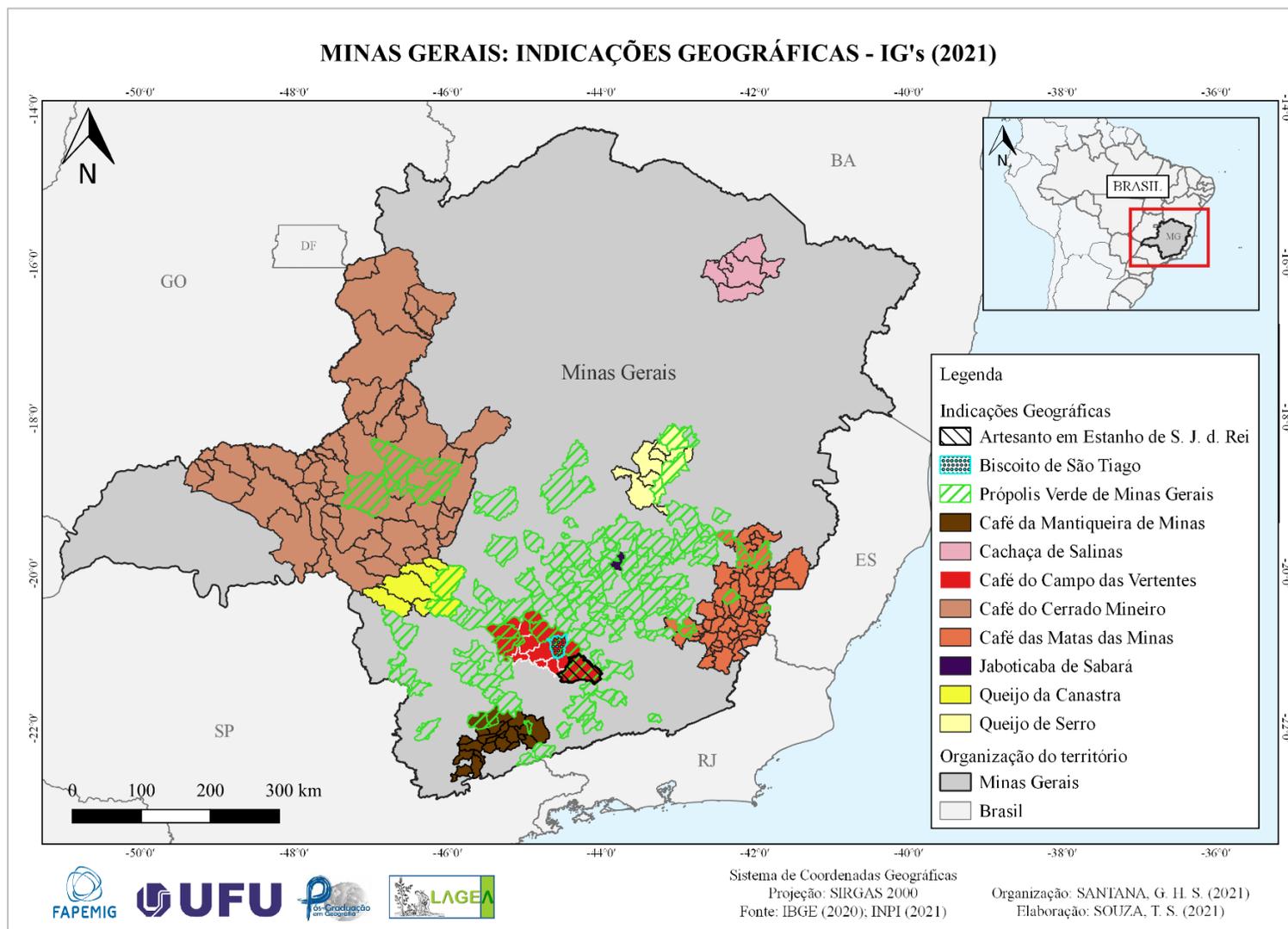
Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2021).
Organização e elaboração: SANTANA, G. H. S. (2021).

Observando o quadro, constatamos como as IGs estão presentes no estado. Algumas de registro mais recentes, outras bem antigas, algumas ligadas à produção mais artesanal, outras ligadas a padrões produtivos globalizados, com isso, essa constatação reforça a ideia de complexidade do estado.

Outra constatação é de como as IGs estão espalhadas pelas mais diversas Mesorregiões do estado (o IBGE contabiliza doze mesorregiões), como por exemplo: a IG de Sabará, localizada na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; IG da região de Salinas, localizada na Mesorregião do Norte de Minas; IG de São João del Rei, localizada na Mesorregião de Campo das Vertentes, em síntese, podemos observar como estão distribuídas por todo território mineiro, como apresenta o Mapa 10.

⁴ A Região “Caparaó” está localizada na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A área da IG abrange os terrenos nas imediações do Parque Nacional do Caparaó (zona de amortecimento do referido parque), sendo composta pela totalidade do território de 16 municípios, dez deles no Espírito Santo e seis em Minas Gerais, que são: Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Guaçuí, Alegre, Muniz Freire, Ibitirama, Iúna, Irupi, Ibatiba e São José do Calçado, no Espírito Santo; Espera Feliz, Caparaó, Alto Caparaó, Manhumirim, Alto Jequitibá e Martins Soares, em Minas Gerais (INPI, 2021).

Mapa 10. Minas Gerais: Localização das Indicações Geográficas (IGs) do estado



Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
 Organização: SANTANA, G. H. S. (2021).

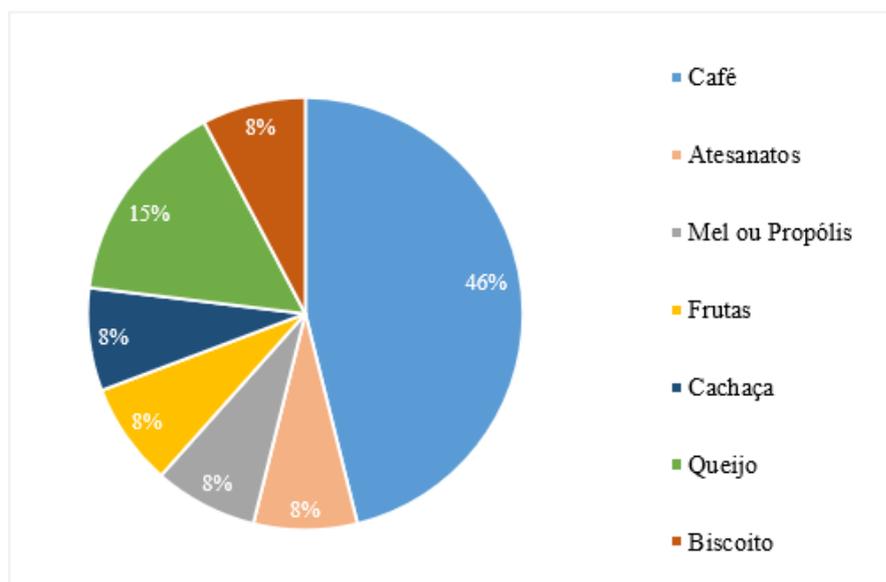
Pontua-se também como a característica espacial das Indicações Geográficas são diversas. As certificações, além de estarem presentes nas variadas regiões do estado, ocupam também áreas dos mais distintos tamanhos.

Como exemplo, apresentamos a IG de São Tiago (572,33 km²) que, segundo o DataSebrae (2018), possui sua área delimitada, coincidentemente, igual ao do município de São Tiago, ou seja, ela abrange toda área municipal. Já ao falarmos da IG da Região de Salinas (2541,99 km²), também segundo o DataSebrae (2018), abrange a totalidade dos municípios de Salinas e Novorizonte e parte dos municípios de Taiobeiras, Rubelita, Santa Cruz de Salinas e Fruta de Leite, todos esses situados ao norte do estado, isso significa que, diferentemente da IG de São Tiago que apresentava sua área em apenas um município, a IG de Salinas apresenta um pequeno conjunto de municípios, características espaciais diferentes.

No mesmo raciocínio, trazemos a Região do Cerrado Mineiro. Conforme o DataSebrae (2018), a região possui 55 municípios, os quais abrangem as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Alto São Francisco e do Noroeste, o que corresponde a uma área superior a 234 mil hectares de café plantado.

A diferenciação apresentada está ligada a qual produto central é desenvolvido na certificação. Diferentes produtos passam por diferentes processos produtivos e, assim, necessitam de áreas desiguais. Fato que apenas reforça como cada uma das IGs é dotada de complexidades e peculiaridades e nos faz perceber como o arranjo territorial pelas quais as certificações se dão ocorrem de maneiras diferentes. Em resumo, cada indivíduo, instituição ou cooperativa exerce poder e modifica seu território de acordo com seus anseios futuros. Essas diferenças também podem ser observadas no Gráfico 4, demonstrado abaixo, que apresenta os produtos centrais de cada IG presente no estado de Minas Gerais.

Gráfico 4. Minas Gerais: Produtos vinculados as IGs registradas no estado em porcentagem (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2021).
Organização e elaboração: SANTANA, G. H. S. (2021).

O Gráfico 4 segue a mesma metodologia dos expostos anteriormente. Podemos observar uma variedade de produtos centrais vinculados às Indicações Geográficas do estado de Minas Gerais, apesar do predomínio de agroalimentares. Essa diversidade ocorre tanto no estado, mas também é característica das IGs no território nacional, territórios que realizam seu arranjo de acordo com suas especialidades.

Adentrando ao gráfico, é perceptível uma predominância do produto central café, com quase metade das IGs do estado. O cultivo de café se faz presente em todos os períodos temporais, todavia, nos anos recentes houve fortalecimento dessas certificações, como comprovação nota-se o fato de que as quatro últimas certificações do estado têm esse cultivo vinculado como produto central.

Na sequência, há destaque para o queijo, como por exemplo Canastra (IP) e Serro (IP). Esses produtos (café e queijo) destacam-se como marcas do cidadão, do indivíduo de Minas Gerais, do “mineiro em si”, ou seja, questões econômicas e culturais presentes nesses produtos e, conseqüentemente, nas suas respectivas Indicações Geográficas.

2.3.3. Caracterização Geral das Indicações Geográficas de Minas Gerais

Como exposto no subtópico anterior, Minas Gerais possui treze IGs em seu estado, dotadas de singularidades e dinâmicas diversas. Nesse tópico realizaremos uma caracterização

geral dessas IGs, para que seja colocada uma dimensão acerca da complexidade dessas certificações.

Começando pela primeira IG de Minas Gerais, temos nosso objeto de pesquisa: a Região do Cerrado Mineiro. Seu produto central, o café, teve sua produção na região iniciada na década de 1970 e está presente até os dias atuais. Os plantios na região se dão de maneira mecanizada e ocorrem sob uso de grande aparato tecnológico, que visa a qualidade e a particularidade do produto.

Outra IG presente é a de Serro, muito caracterizada pela produção de queijo. A região fica localizada na Serra do Espinhaço e tem como característica uma herança colonial forte que influencia a produção artesanal de queijo.

A IG de São João del Rei é outra representante das certificações no estado. Em especial carrega uma herança histórica do passado colonial. A IG é de Indicação de Procedência e tem como produto central o artesanato em estanho. Segundo o DataSebrae (2018), o estanho representa na cidade a tradição local e a identidade histórico cultural da região.

A IG da Canastra é uma Indicação de Procedência que tem como produto central o queijo, conhecido como “Queijo Canastra”. A produção ocorre na região da Serra Canastra, região marcada por uma grande biodiversidade, com altitudes que variam de acordo com a região serrana. Possui riqueza hídrica, destaque para as nascentes do Rio São Francisco. O queijo possui uma produção artesanal, ligada às pequenas propriedades que tem o leite e o queijo como atividade.

Salinas é uma Indicação de Procedência e que possui a cachaça como produto principal, denominada “Cachaça de Salinas”. Originária de um modelo artesanal que gera a maior produção de cachaça do estado. Segundo o DataSebrae (2018), fatores como a cana-de-açúcar apropriada, o fermento orgânico natural, a higiene dos alambiques e a tradição dos produtores geram essa cachaça de alta qualidade e de características diferenciadas.

Continuando a caracterização geral das IGs, remontamos à IG de São Tiago, uma Indicação de Procedência que tem como produto central o biscoito, o que leva a cidade a ser conhecida nacionalmente como “cidade do biscoito”. O produto é ligado a uma produção artesanal com características históricas que perpassam gerações. A IG se limita à cidade de São Tiago e a produção de biscoito ocorre em dezenas de padarias tornando o produto responsável pela maior parte da economia da cidade.

A Região do Própolis Verde de Minas Gerais é umas das poucas IGs do estado a possuir a Denominação de Origem. Com a própolis como produto central, a região possui características territoriais únicas, com altitudes, solos e climas específicos. Essa própolis, que

possui coloração esverdeada devido ao Alecrim do Campo, adquiriu espaço pela qualidade e pelos produtos medicinais gerados.

Temos ainda a IG de Sabará, uma Indicação de Procedência cujo produto central é a jabuticaba e seus derivados. A produção da mesma ocorre em pequenas propriedades e os derivados da fruta, que também é consumida *in natura*, são de produção artesanal. Segundo DataSebrae (2018), no município ocorre integração econômica, social e cultural que compõe um conjunto de significados determinantes do patrimônio cultural do município.

Apresenta-se também a IG Mantiqueira de Minas, que possui Denominação de Origem e tem como produto central o café. Entretanto, essa certificação possui uma particularidade, antes, a IG possuía a certificação de IP, sendo conhecida como Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais. Tempos depois foi comprovado as complexidades da indicação, percebendo que elas também podem se alterar, o que fez passar de IP para DO. A IG está localizada na Serra da Mantiqueira, porção que corresponde ao estado de Minas Gerais, região característica por baixas temperaturas e alta altitude, fatores que garantem um café peculiar, produto geralmente produzido em pequenas propriedades de características muito tradicionais.

Pontua-se também a IG Campo das Vertentes e a IG Matas de Minas, ambas sendo Indicação de Procedência e tendo com produto central também o café, seguindo assim a tendência da busca por certificações do cultivo de café.

Com efeito, a crescente demanda internacional pelo segmento dos cafés especiais pressupõe atributos de qualidade indissociáveis das características físicas, como a origem geográfica que, como veremos mais adiante, podem revitalizar antigas regiões especializadas, assim como projetar novas áreas associadas a especificidades de mão de obra, de gestão empresarial e/ou mesmo à logística de propaganda/circulação/distribuição ao consumidor final (IBGE, 2016, p. 32).

Como já colocado, a tendência dos cafés especiais, ligado diretamente à demanda internacional por produtos de qualidade e de características únicas, serve como impulsionador para o surgimento de novas indicações. A IG Campo das Vertentes possui 17 municípios dentro de sua delimitação e está localizado na área de abrangência de Campo das Vertentes, já a IG Matas de Minas possui uma série de municípios em sua área de abrangência, todos localizado ao leste do estado de Minas Gerais.

Por fim, temos a certificação mais recente do estado, a IG Caparaó e também com o café como produto central. Encontra-se na modalidade Denominação de Origem. Uma característica diferente das demais certificações apresentadas é que em sua área de abrangência em dois estados diferentes, o estado do Espírito Santo e o estado de Minas Gerais. O bioma de Mata

Atlântica, juntamente com o Domínio Morfoclimático de Mares e Morros, abrange 16 municípios e produz um café de características singulares.

Em síntese percebe-se que, tanto no Brasil como em Minas Gerais, a presença enraizada das Indicações Geográficas vem aumentando e se tornando cada vez mais complexas. Cresce de forma quantitativa e qualitativa, além de serem distribuídas espacialmente por todo o território com processos produtivos diversos.

Ao falamos de diferentes processos produtivos, podemos dizer que são produtos que vão desde artesanais até produtos ligados ao mercado globalizado e à Revolução Técnico-Científica-Informacional.

Análogo a isso, o café, citado anteriormente, que está inserido na Indicação Geográfica Região do Cerrado Mineiro e possui tanto a Indicação de Procedência como a Denominação de Origem, é a centralidade do estudo proposto e, também, o eixo de discussão da próxima seção.

3. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO: CARACTERÍSTICAS, PARTICULARIDADES E SELETIVIDADE

Como apresentado ao longo do texto, a Indicação Geográfica da Região do Cerrado Mineiro é resultado de uma série de processos históricos, políticos e socioeconômicos que perpassam por anos. Como por exemplo, a década de 1970 com a chegada de migrantes ao Cerrado Mineiro num contexto de agricultura moderna e Revolução Verde (exposto na primeira seção), se enraizando na década de 1990 com o surgimento de Associações e Cooperativas, dentre elas a antiga Cacer, atualmente denominada Federação dos Cafeicultores do Cerrado, advinda da organização de cafeicultores para melhorias técnicas, administrativas e econômicas e, os anos 2000, em que somado a todos os processos anteriores institucionaliza a Indicação Geográfica da Região do Cerrado Mineiro.

A certificação ocorre em 2005, sendo a primeira Indicação Geográfica da região e a segunda certificação a ocorrer no país, atrás apenas do Vale dos Vinhedos, no estado do Rio Grande do Sul. A IG do café da Região do Cerrado Mineiro se deu como Indicação de Procedência, ou seja, quando uma cidade, país ou localidade – no caso do café, uma região produtora – se torna conhecida por alguma atividade extrativa ou produtiva. Em síntese, essa certificação se deu devido a região do Oeste do estado de Minas Gerais e se tornou conhecida pelo seu arranjo territorial na produção cafeeira.

A IG – IG990001 – foi expedida em abril de 2005 em nome da Cacer, federação que passou a ter caráter de maior abrangência e continuou como principal instituição para os produtores, com diversas entidades filiadas, tornando-se uma centralidade.

A segunda IG da região ocorre oito anos depois, em dezembro de 2013, sob o registro IG201011. Começa a dispor do café da Região do Cerrado Mineiro também como Denominação de Origem, isso significa que o meio geográfico ao qual o produto é desenvolvido possui características e qualidades exclusivas, em síntese, os atributos geográficos da região passam a ser características únicas com seus fatores naturais e culturais singulares.

A Indicação Geográfica (IG e DO) reafirma como a Região do Cerrado Mineiro é dotado das mais diversas complexidades e, como o território apresenta características físicas e culturais que o deixam particular, mesmo em um mundo globalizado.

3.1. Caracterização Organizacional do Café da Região do Cerrado Mineiro

Estão inseridos na IG do café do Cerrado Mineiro 55 municípios, os quais envolvem uma grande força produtiva. De acordo com a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, o café produzido nesses municípios corresponde a aproximadamente 13% de toda produção cafeeira brasileira e 26% da produção mineira do grão. Vide Figura 2 a seguir com mais alguns números representativos a respeito.

Figura 2. Dados gerais do café da Região do Cerrado Mineiro

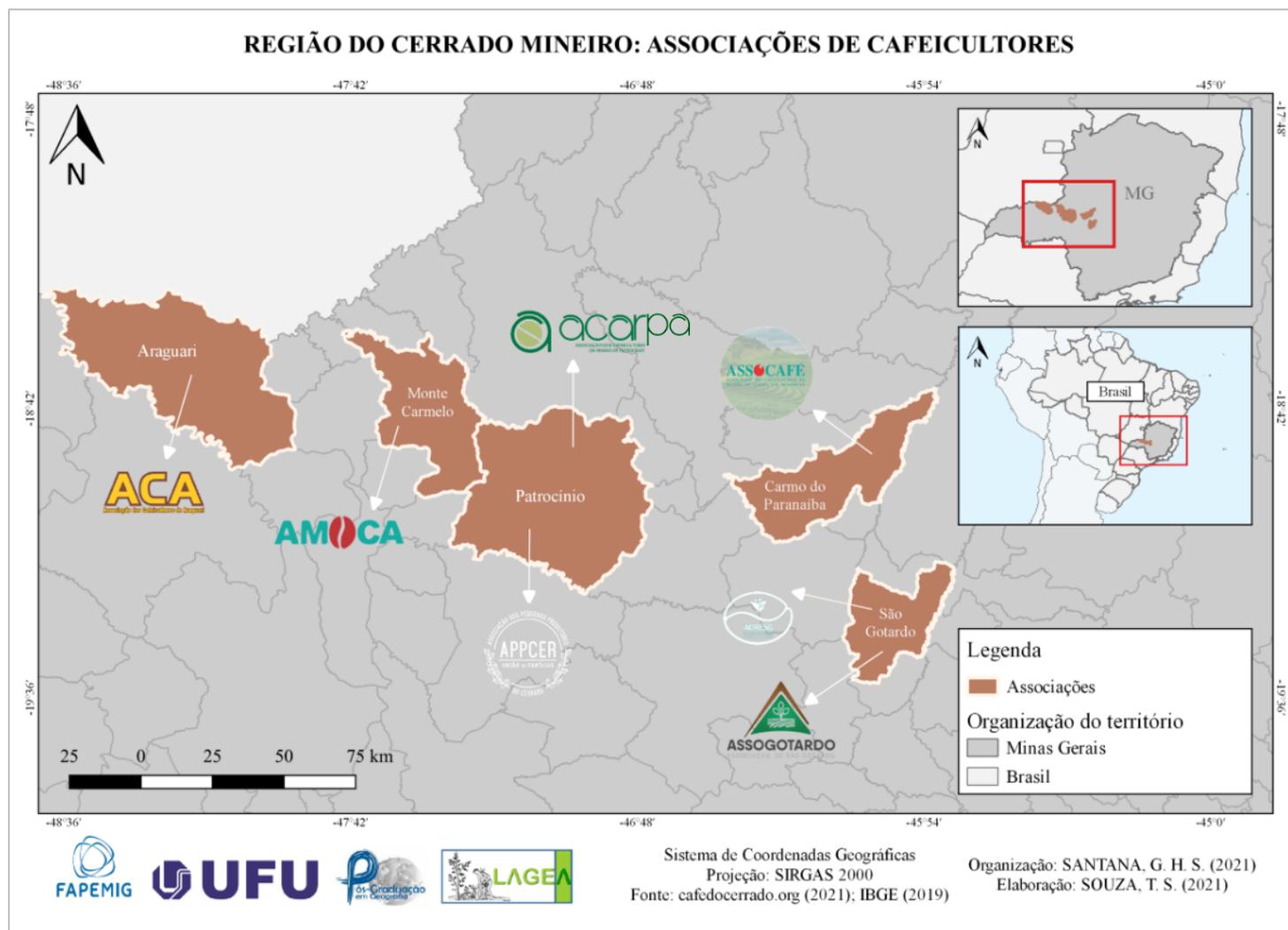


Fonte: Federação dos Cafeicultores do Cerrado (2020).

Conforme a ilustração (Figura 2), retirada do *site* da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, pode-se perceber uma concentração de dados que nos fazem realizar uma série de reflexões e caracterizações sobre essa região produtora e, também, sobre a Indicação Geográfica que se estabeleceu nesse território. Em contato com a Federação, foi exposto que tais informações foram obtidas durante o processo de certificação da DO.

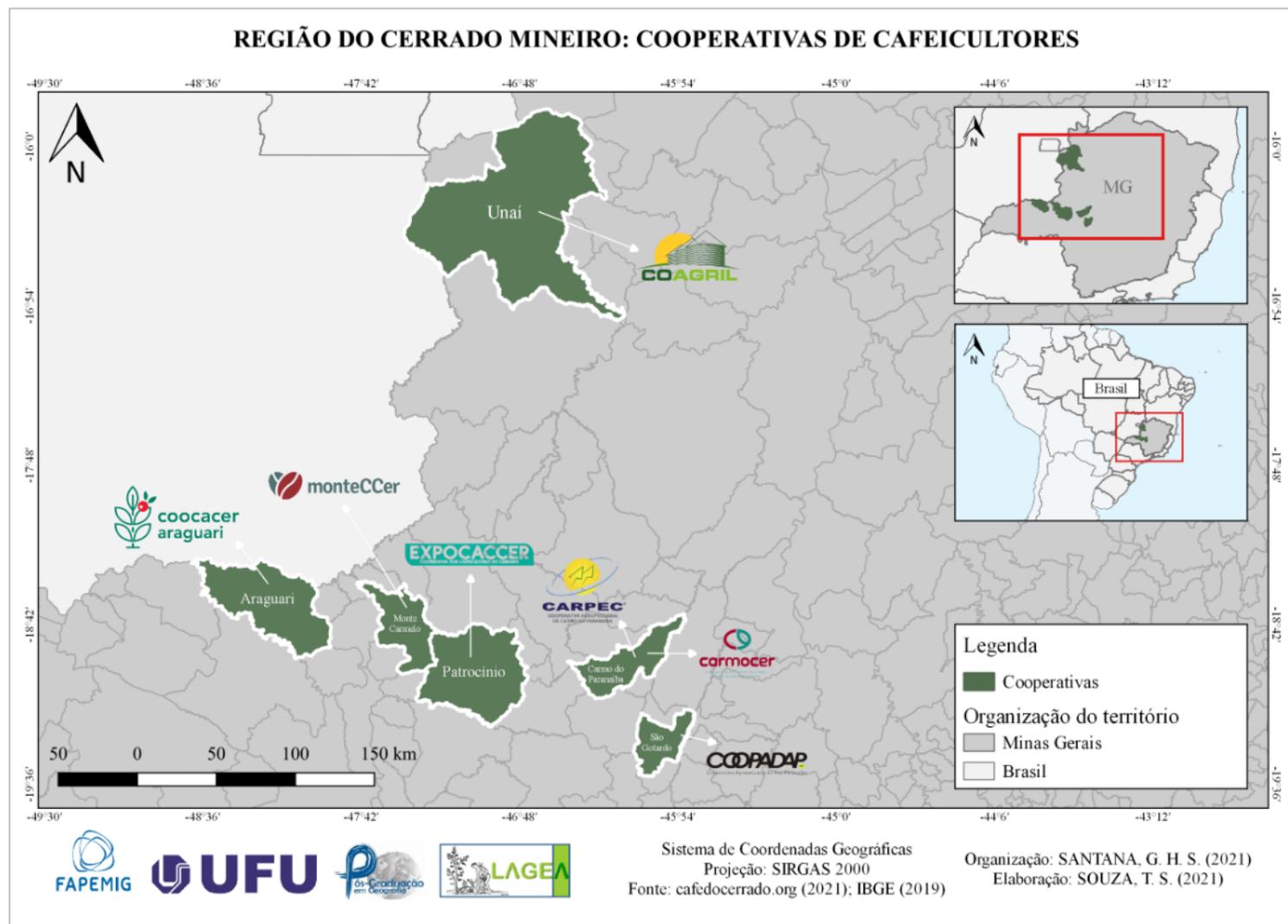
Em entrevista com uma das conselheiras da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, foi informado que está inserido na região e na abrangência da IG aproximadamente 4.500 produtores, a federação é o órgão central a respeito do setor cafeeiro do Cerrado Mineiro, tendo associações, cooperativas e entidades filiadas. Em 2021 haviam filiadas sete associações e sete cooperativas, os respectivos municípios e logomarcas (mapas 11 e 12 e Quadro 3).

Mapa 11. Região do Cerrado Mineiro: Associações de cafeicultores



Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
 Organização: SANTANA, G. H. S. (2021).

Mapa 12. Região do Cerrado Mineiro: Cooperativas de cafeicultores



Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
 Organização: SANTANA, G. H. S. (2021).

Quadro 3. Região do Cerrado Mineiro: Municípios, associações e cooperativas de cafeicultores

Município	Associação	Cooperativa
Araguari	Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA)	Cooperativa de Cafeicultores na Região do Cerrado Mineiro (COOCACER)
Carmo do Paraíba	Associação Cafeicultores da Região de Carmo Paraíba (ASSOCAFÉ)	Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado da Região de Carmo do Paraíba (CARMOCER); Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paraíba (CARPEC)
Monte Carmelo	Associação dos Cafeicultores da Região Monte Carmelo (AMOCA)	Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Monte Carmelo (MONTECCER)
Patrocínio	Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA); Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER)	Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado (EXPOCACCER)
São Gotardo	Associação de Apoio aos Produtores Rurais da Região de São Gotardo (ASSOGOTARDO)	Cooperativa Agropecuária do Alto Paraíba (COOPADAP)
Unai	---	Cooperativa Agrícola de Unai (COAGRIL)

Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
Organização: SANTANA, G. H. S. (2022).

Ainda segundo a conselheira, a composição do Conselho da Federação dos Cafeicultores se dá pela indicação dos membros filiados: as associações e cooperativas parceiras indicam um membro para compor o conselho. A mesma afirmou que essa maneira de organização tanto dá respaldo necessário aos entes filiados, como também abre espaço para que as associações e cooperativas apresentem suas demandas ao órgão central.

Ao ser questionada sobre a relação entre as entidades, a conselheira respondeu que eles são articulados, tendo em vista que uma das vantagens da federação é justamente compreender a “essência do cooperativismo”, isto é, a colaboração entre os membros com o objetivo de obter ganhos em comum no desenvolvimento das atividades econômicas.

Todas as entidades já passaram por períodos difíceis em algum momento. O cultivo do café não é algo simples, nas palavras da conselheira: “não é algo para aventureiro”. A planta é frágil e pode sofrer com adversidades climáticas e problemas econômicos. Ainda na entrevista outra frase chamou atenção: “o café não é uma planta que dá para tirar ano que vem”, isto significa que é um cultivo que dura muitos anos, desse modo, a ajuda mútua entre produtores,

principalmente os de pequeno porte, é essencial. Não pode ser apenas algo apenas mercantil, é fundamental uma parceria entre produtores, desde aparatos técnicos e jurídicos a consultorias ambientais.

Como já mencionado, a área de estudo possui aproximadamente 4.500 produtores. Desses, cerca de 1.100 (quase 25%) encontram-se filiados em associações e cooperativas ligadas à Federação. Os cafeicultores que não estão associados ou cooperados podem usufruir como “terceiro” da Federação – isso quer dizer que, após pagamento de taxa estipulada, é permitido ao terceiro a utilização de serviços técnicos ou de armazenamento da cooperativa. Apesar da possibilidade apresentada, sempre é frisado a todos a respeito da importância de ser cooperado, de modo que ações conjuntas, com benefícios mútuos, sejam desenvolvidas.

A região possui 234 mil hectares de produção de café, dos quais 102 mil hectares (quase 44% da área) correspondem ao grão certificado. O que se pode perceber é que, mesmo estando dentro dos limites da Indicação Geográfica do café da Região do Cerrado Mineiro, não são todos agricultores que dispõem dessa certificação.

No entanto, todas as associações e cooperativas anteriormente citadas são ligadas à Federação dos Cafeicultores do Cerrado, ou seja, estão no domínio territorial da IG. Desse modo, podemos colocar que forma uma “rede regional”, nas palavras de Haesbaert (1997) “(...) coesão do grupo ou de uma fração dele, se estendem extra-regionalmente, num realimentar constante de seus vínculos [...], especialmente aqueles relacionados à sua identidade cultural e sociopolítica” (p. 225).

3.2. Características socioeconômicas e parâmetros exigidos: A IG que apresenta um produto único

Nota-se que, mesmo a Indicação Geográfica propondo benefícios ao produto – como o valor agregado – nem todos cafeicultores usufruem da condição. É necessário uma série de exigências e parâmetros de qualidade e, se pra alguns não é interessante, para outros é inviável. Nas palavras de Ortega (2008):

Os cafeicultores certificados têm de seguir rígidas regras de modo de produção, que proibem, por exemplo, o uso de mão de obra infantil, prevêm o registro de funcionários e até o uso de equipamentos de proteção pelos trabalhadores durante as pulverizações. Com isso, as fazendas certificadas recebem a chancela de uma até quatro estrelas, dependendo do número de itens que cumprem (ORTEGA, 2008, p. 14).

Para que ocorra o processo de certificação e manutenção do mesmo, uma série de parâmetros devem ser seguidos. Os “requisitos” vão desde aspectos físicos – altitude, solo, clima – até questões trabalhistas, como exemplo, os utensílios de proteção ao trabalhador rural.

Durante entrevista, uma cafeicultora certificada, associada à Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA) e cooperada à COOCACER, informou outras necessidade para que o produto seja certificado e que tenha reconhecimento no mercado internacional, como a necessidade do “terreirão” (lugar onde são espalhados os grãos de café para secagem – figuras 3 e 4) ser cercado com tela de proteção; a proibição de animais adentrarem no ambiente, entre outras. Há uma grande preocupação na qualidade do alimento e da segurança das questões sanitárias.

Figura 3. Araguari – MG: “Terreirão” cercado da Fazenda Paraíso



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).
Autor: SANTANA, G. H. S. (2022).

Figura 4. Araguari – MG: “Terreirão” da Fazenda Paraíso onde são espalhados os grãos de café para secagem



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).
Autor: SANTANA, G. H. S. (2022).

Como visto na Figura 4, na Fazenda Paraíso, localizada no município de Araguari, há toda uma estrutura que atende a certificação, sendo ela classificada como “Fazenda Certificada” para IG do Cerrado Mineiro. Outro ponto importante é a cautela no uso de agrotóxicos, conforme prestadores de serviço da fazenda, a certificação realiza acompanhamento dos produtos fitossanitários utilizados, bem como a origem dos mesmos. Na Figura 5 percebemos o local de armazenamento do produto, totalmente cercado e com indicação de placa sobre a área de “perigo”.

Figura 5. Araguari – MG: Local de armazenamento dos produtos fitossanitários (agrotóxicos) – sinalização de cuidado



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).
Autor: SANTANA, G. H. S. (2022).

A questão dos parâmetros exigidos reflete diretamente no mercado consumidor a ser atingido, tendo em vista que a maior parte da produção é comercializada para fora do Brasil. Para venda são observadas aroma, textura, acidez, doçura, dentre outros fatores. Os itens espelham na classificação de qualidade que os grãos serão colocados. A Figura 6 ilustra uma máquina classificadora de café e o quadro de certificações internacionais do produtor.

Figura 6. Araguari – MG: Máquina classificadora de café e quadro de certificações



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).
Autor: SANTANA, G. H. S. (2022).

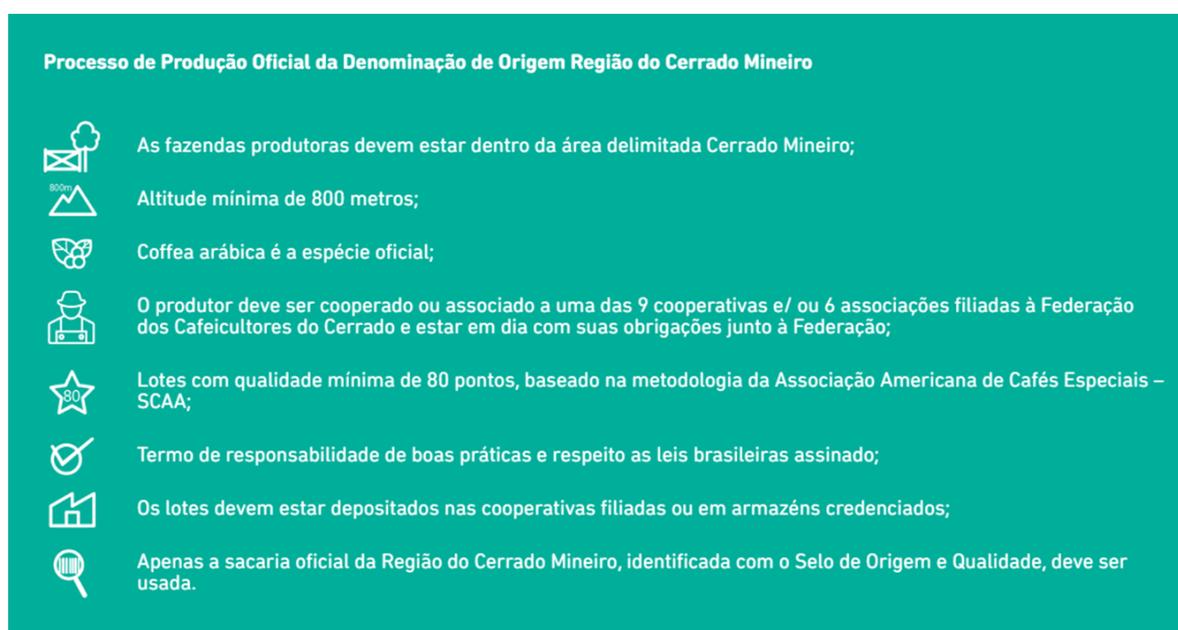
Entre os principais aspectos positivos do café com IG está a certificação de todas as informações sobre ele. Conforme funcionário da fazenda cafeeira: “o café certificado você sabe tudo sobre ele, existe a rastreabilidade, sabe onde foi produzido, a altitude, a espécie, a classificação de qualidade”.

É válido pontuar que essa pesquisa não estabelece ou defende que, exclusivamente, o café certificado é de qualidade alta e o café sem certificação de baixos atributos. O que se pontua – e é ponto chave no estudo – é que os parâmetros para certificação são complexos e altamente

controlados. Para que haja reconhecimento são necessárias ações e tratamentos diferenciados no local de produção, cuja qualidade é assegurada através de entidades norteadoras e fiscalizadoras. Por meio dos trabalhos de campo na região observou-se que há café com notável qualidade tanto em fazendas certificadas como não certificadas.

Já exposto anteriormente, e ainda sobre os parâmetros, a Indicação Geográfica do café da Região do Cerrado Mineiro possui Indicação de Procedência e Denominação de Origem. A Federação dos Cafeicultores do Cerrado expõe alguns desses parâmetros em sua página da *web*⁵, vide Figura 7.

Figura 7. Processos de Produção Oficial da Denominação de Origem na Região do Cerrado Mineiro (*printscreen* do site)

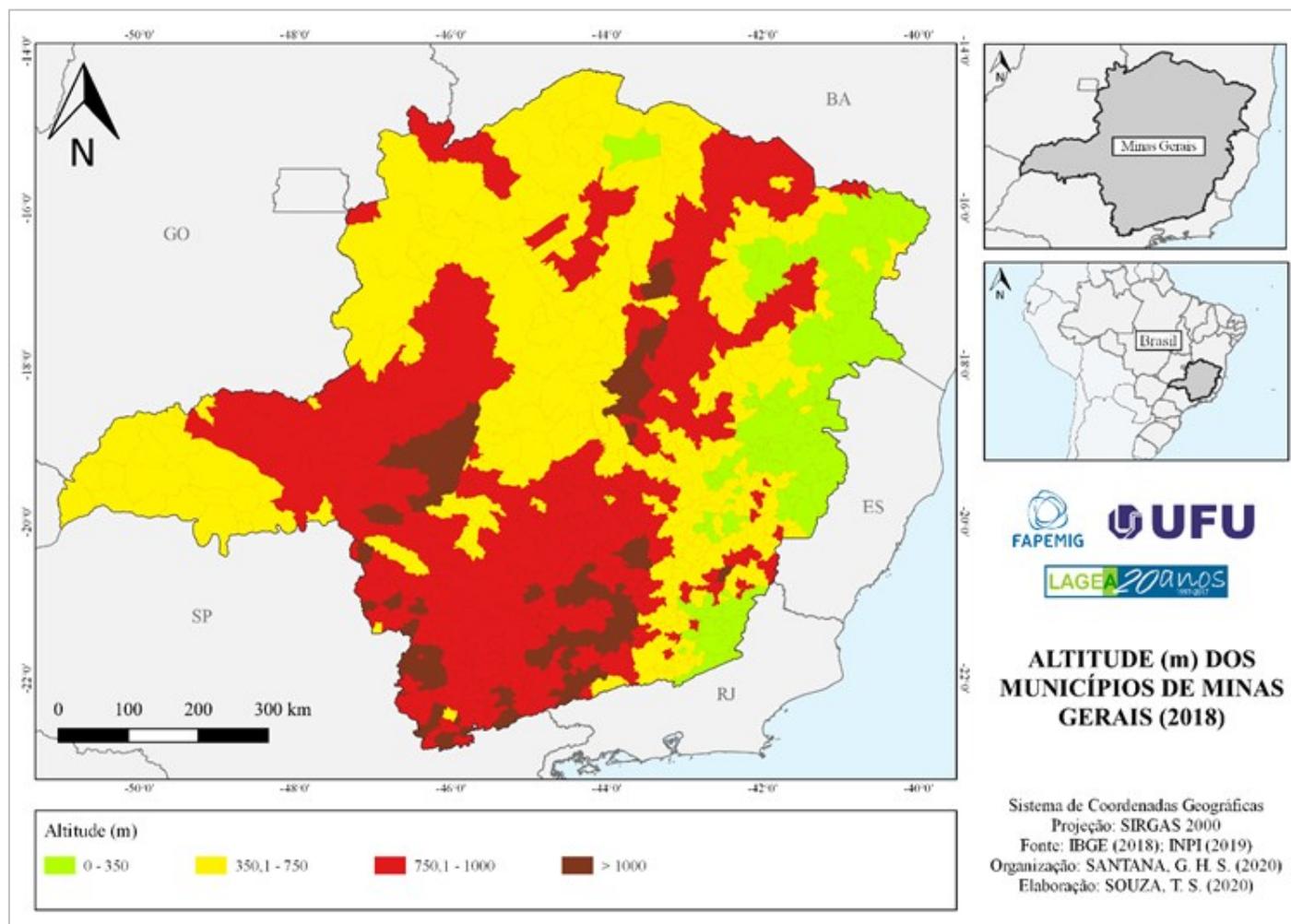


Fonte: Federação dos Cafeicultores do Cerrado (2020).

Dentre os aspectos físicos que devem estar destacados, a altitude é evidenciada, tendo como elevação mínima de 800 metros, por isso alguns produtores passaram a denominá-lo “café de altitude”, caracterizado por seus planaltos e chapadas, que propiciam a altitude considerado “ideal” para o produto. A altitude dos municípios brasileiros aparece no Mapa 13.

⁵ Disponível em: <https://www.cerradomineiro.org/index.php?pg=denominacaodeorigem#group2>. Acesso em: 24 fev. 2022.

Mapa 13. Minas Gerais: Altitude (m) dos municípios



Fonte: IBGE (2020); INPI (2021).
Organização: SANTANA, G. H. S. (2020).

É notório a íntima relação entre as regiões produtoras de café do estado e altitudes elevadas, estando perceptível nas três regiões produtoras. Contudo, deve-se evidenciar que a altitude não é a característica física única da região, que também dispõe de singularidades quanto ao clima, ao solo, dentre outros fatores:

A definição das estações climáticas, com verão quente e úmido e inverno ameno e seco (condições importantes para a produção de excelente qualidade de café), constitui-se no grande trunfo do Cerrado. Esta condição climática ocorre pelo fato de o Cerrado estar em área continental, o que possibilita padrões de chuva diferentes dos que ocorrem em outras regiões produtoras de café, no Brasil, que sofrem influência direta das massas oceânicas (FERNANDES *et al.*, 2012, p. 232).

O clima também é fator característico do café da Região do Cerrado Mineiro, marcado por duas estações bem definidas: verão úmido e inverno seco; ocorrência do fenômeno de continentalidade e uma não intervenção direta das massas oceânicas. Deve-se evidenciar ainda o diferencial da estação seca, em decorrência de uma melhor efetividade na colheita e também o baixo risco de que ocorra fermentação no pé (fator que ocorre pelo excesso de chuva). Esse tipo climático possui maiores médias de temperaturas anuais, diminuindo o risco de geadas, fator historicamente determinante para diminuição do cultivo nas áreas temperadas do Brasil:

Os cafeeiros são cultivados em áreas com altitude variando entre 800 e 1.300 metros, e o resultado é um café com identidade única e de qualidade. O solo possui propriedades químicas específicas, destacando a sua baixa fertilidade natural; acidez elevada, com PH inferior a 5,0; baixa matéria orgânica – valores inferiores a 2% em solos argilosos; baixo teor de fósforo disponível – inferior a 5 ppm; e baixo teor de cálcio, magnésio, potássio e micronutrientes (DATASEBRAE, 2018).

O DataSebrae (2018) remete a altitude como fundamental na unicidade e traz à tona características do solo. A pedologia da região diferencia-se das áreas onde historicamente houve o cultivo de café em grande escala. No Cerrado Mineiro, mesmo apresentando diversos nutrientes, o solo possui baixa fertilidade natural, além de uma acidez elevada, sendo basilar sua correção.

A partir do foi colocado uma discussão deve ser soerguida: como um solo considerado “pobre” sob uma visão econômica se tornou grande centro produtivo, evidenciado pela quantidade e pela qualidade? A resposta está nos diversos investimentos e pesquisas realizadas na região, investimentos de empresas privadas, de cooperativas, como também de órgãos governamentais, como a EMBRAPA, a nível federal, e a EPAMIG a nível estadual.

Dentre as técnicas desenvolvidas, destaca-se a correção da acidez a partir da chamada “calagem” – técnica que aplica calcário no solo com objetivo de aumentar o pH e assim neutralizá-lo. O advento do predito procedimento possibilitou um solo de baixa fertilidade obter níveis produtivos satisfatórios.

Está posto que se trata de uma região dotada de particularidades físico-geográficas. Sendo, alguns dos fatores favoráveis para qualidade do café, como a altitude e clima e outras com entrave inicial, a exemplo o solo, reparado com intensos investimentos em pesquisa.

Em relação ao processo de globalização e inserção na economia mundo, o produto em questão está diretamente ligado às características do meio técnico-científico-informacional, tendo altos investimentos em pesquisa e maquinário. Segundo Ortega (2008), a produção certificada é quase toda exportada para Japão, Europa e Estados Unidos, em decorrência da técnica, do modelo produtivo e acima de tudo, pela certificação, capaz de garantir um produto único.

3.3. Perspectivas sobre a Indicação Geográfica e sobre o café do Cerrado Mineiro

Nesse tópico serão apresentados os resultados e discussões acerca de uma série de entrevistas realizadas na Região do Cerrado Mineiro. Conversamos com membros de cooperativas e associações filiados à Federação dos Cafeicultores e também com cafeicultores (com ou sem Indicação Geográfica em suas fazendas), a fim de compreender as diferentes visões a respeito da certificação. Conforme posto na metodologia, as entrevistas são semiestruturadas, ou seja, flexíveis. Houve um roteiro prévio, mas também permitimos que o entrevistado levantasse tópicos e realizasse análises necessárias sobre o tema e suas vivências cotidianas.

A primeira entrevistada foi uma senhora cafeicultora do município de Araguari, responsável por trazer importantes informações e reflexões acerca das certificações como associada da ACA, conselheira da COOCACER e delegada da Federação dos Cafeicultores do Cerrado (entrevista I). Inicialmente, questionamos o número de cooperados da instituição. Segundo a própria, a COOCACER possui 162 cooperados, mas atende cerca de 320 cafeicultores, dado que representa 14,7% dos cooperados e 7,1% dos atendidos pela Federação.

Ao ser perguntado sobre as principais características das fazendas dos cooperados, a referida entrevistada respondeu que depende de município para município. Em Araguari e Patrocínio prevalece pequenos e médios produtores. Já Patos de Minas, figura com grandes

propriedades. Outro ponto interessante levantado pela representante da federação, é que o conceito de área de café é muito relativo. No Cerrado Mineiro, pode ser considerado até 50-60 hectares, porém, em outras regiões brasileiras e até mesmo em outros países, essa área pode ser considerada uma grande propriedade. Retornando a reflexões anteriormente realizadas, destacamos que em um contexto de Revolução Verde e inseridos no meio técnico-científico-informacional, foi possibilitado no Cerrado Mineiro um cultivo que se enraizou em décadas caracterizado por grandes áreas produtivas.

Em relação ao vínculo/relação entre Federação e filiados, a entrevistada nos fala que as cooperativas e associações são membros ligados ao órgão central e norteador. No entanto, quem delibera são os delegados representantes das respectivas cooperativas. Na perspectiva cooperativa-cafeicultor, os cooperados são respaldados pela lei nacional do cooperativismo (lei nº. 12.690, de 19 de julho de 2012), já os “terceiros” custeiam suas demandas de maneira separada. Outro ponto importante exposto é que para a conselheira “o povo europeu é cooperativista” e assim “estando as cooperativas muito ligadas ao sul do Brasil e as famílias de descendência europeia”. Essa noção provavelmente deriva do elo com a origem das Indicações Geográficas, tanto no estrangeiro com o Vinho do Porto (Portugal), como no Brasil com o Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul. A Fazenda Paraíso e seu café certificado são apresentados no mosaico da Figura 8.

Figura 8. Araguari – MG: Fazenda Paraíso e café certificado



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).
 Autor: SANTANA, G. H. S. (2022).

No que diz respeito aos benefícios da Indicação Geográfica para os cafeicultores, a entrevistada estabelece uma diferença entre o café certificado e os demais. Ao primeiro agrega-se valor e qualidade, ainda que no entendimento da cooperada, não haja tanta diferença de monetização como deveria, ou seja, no seu entendimento a diferença de valor agregado deveria ser ainda maior.

A conselheira também expressa como a Indicação de Procedência vem se tornando algo cada vez mais frequente, sendo a Denominação de Origem responsável por proporcionar um alto parâmetro. Todavia, apesar do crescimento, ainda hoje a Indicação Geográfica da Região do Cerrado é mais conhecida e valorizada fora do país do que internamente.

Comparando a IG do vinho e do café, respectivamente, primeira e segunda Indicação Geográfica brasileira (Vale dos Vinhedos e Região do Cerrado Mineiro), nota-se que a certificação cafeeira foi “mais difícil” na época, pois o vinho já possuía diversas referências na Europa e América do Sul. O cenário atual é diferente, pois o café tornou-se um produto bastante certificado.

Durante a entrevista, interrogamos se todos os cafeicultores conseguiram buscar a certificação da IG e se consideravam os parâmetros complexos e/ou seletivos. A entrevistada respondeu que, ao entender dela, não é algo impossível, porém é necessário certo esforço para atingir todos os critérios ambientais e sociais supracitados. A entrevista acredita que o processo não é seletivo, sendo muito mais cultural do que econômico. Nas palavras dela: “tem que certificar primeiro a cabeça do cafeicultor, plantar a ideia, para posteriormente ele conseguir certificar e procurar auxílio da cooperativa”. Ainda pontua que é preciso querer e se familiarizar com a ideia da certificação, a entrevistada usa da analogia: “como se consegue fazer Geografia se não gostar de Geografia?”. Sobre a seletividade, vale mencionar que essa é uma visão da referida entrevistada, não se trata de um discurso hegemônico entre os produtores

Essa discussão torna-se gancho para um ponto fundamental nessa pesquisa. No entendimento da Federação, a busca pelo café com atributos diferenciados não é algo complexo e nem seletivo; para além de econômico é cultural e as cooperativas filiadas estão dispostas a auxiliar os produtores.

Prosseguindo a entrevista, indagou-se sobre o circuito produtivo do café do Cerrado; qual sua destinação e, se de forma majoritária busca o mercado interno ou externo. A resposta foi que a maior parte busca o mercado externo, primeiramente para os Estados Unidos e, posteriormente, países europeus, com destaque para Alemanha e Itália (países esses que evidenciam pela distribuição dentro do continente). Na Ásia, há destaque para o Japão.

O circuito produtivo é sem dúvidas complexo e se permeia nas discussões geográficas. Consoante a Santos (1994), os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos e matéria; as diversas etapas do processo (produção, circulação, distribuição, consumo) podem estar dissociadas, daí a importância da complementação entre lugares. Isso pode ser refletido no café do Cerrado, desde sua produção na Região do Cerrado Mineiro, a circulação pelas rodovias e ferroviárias do país até a distribuição pelos portos do Brasil que predominantemente

vão para os Estados Unidos e a Europa onde são consumidos. O circuito produtivo do café é multifacetado, do produtor em Minas Gerais até os grandes centros urbanos internacionais. Se nos debruçarmos às etapas anteriores ao plantio dos pés de café, podemos refletir sobre de onde vem os insumos e maquinários, o pacote tecnológico utilizado.

Ao final da entrevista, em espaço aberto a diálogos e outras exposições, foi pontuado como as cooperativas de modo geral tem passado por momentos difíceis, pois não são todos que tem a essência cooperativista. Porém, também há instituições que trazem problemas aos cafeicultores por serem extremamente mercantilistas. No caso da COOCACER (Figura 9), a entrevistada deixou claro que a cooperativa prega e exige boas práticas. Nem sempre pode assegurar total qualidade do produto, mas sem dúvida é um importante passo.

Figura 9. Araguari – MG: Fachada da Cooperativa de Cafeicultores na Região do Cerrado Mineiro



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).
Autor: SANTANA, G. H. S. (2022).

O segundo entrevistado foi fundador da ACA em 1984 e presidente por mais de 15 anos da entidade. Foi também fundador da COOCACER, em 1993 (entrevista II). O entrevistado é de origem de família de agricultores do município de Araguari. Embora seja um importante agente da cafeicultura do Cerrado, o entrevistado atualmente não possui lavouras de café.

Começamos a conversa questionando sobre o número de filiados quando foi inaugurada a associação. Foi respondido que no início havia um pequeno grupo de cafeicultores – as famílias Sartori, Santos, Assis, Peres, Trevisan, dentre outras – que se reuniam em pequenas

reuniões. A associação nasceu pela necessidade de uma entidade disposta a falar em nome da cafeicultura e dos cafeicultores do município.

Sobre a importância da associação, um exemplo prático são os investimentos em suas terras. Constantemente, recorriam ao Banco do Brasil para empréstimos e nem sempre conseguiam da melhor maneira possível. A organização dos associados possibilitou no curso do tempo a criação de uma cooperativa de crédito financeiro dentro do município de Araguari, com apoio da capital federal. Assim, essa cooperativa colocava como foco central os anseios e dificuldades dos cafeicultores, de modo a auxiliá-los na busca por crédito.

Nesse sentido, podemos inculir a importância do poder econômico e a reafirmação de como o mesmo está inserido no território do café do Cerrado, diretamente ligado ao poder político, haja visto as reivindicações dos cafeicultores na região como também na sede do poder executivo federal.

A segunda pergunta foi em relação ao tamanho das propriedades dos filiados na época. O entrevistado respondeu que havia predomínio de pequenas propriedades, com até 50 hectares, ainda expos que muitos deles moravam na propriedade rural, de fato pequenos produtores e até mesmo produtores familiar.

Assim como na entrevista anterior, quisemos saber sobre o vínculo da Federação com cooperativas e associações, bem como o vínculo das mesmas com os cafeicultores. O fundador coloca que a Federação faz a coordenação de todas associações e cooperativas, as ações são tomadas de comum acordo. Ele também menciona que o vínculo do cafeicultor com a associação se dá através de contribuição mensal utilizada, entre outras demandas, para promoção de cursos e dias de campo.

Seguindo a entrevista, foi indagado ao fundador se os cafeicultores inseridos na Região do Cerrado Mineiro possuem certificação e sobre quais os benefícios da IG para os mesmos. O entrevistado explicou que muitos possuem a certificação e para entender os benefícios é necessário compreender todo o histórico que as certificações propiciam, de acordo com o entrevistado “você tendo a IG, quem compra sabe onde está sendo produzido, o tipo de solo, altitude, se é irrigado, qual o tipo de café”, em outras palavras, a rastreabilidade proposta pela certificação gera confiança ao consumidor final, propiciando aumento do valor agregado e da qualidade do produto.

O fundador ainda comentou que, no início da discussão das IGs no Brasil, diversos sujeitos ligados ao café foram ao Rio Grande do Sul conhecer o Vale dos Vinhedos, “compreender sobre a IG do Vinho”. Pontua-se então, como as indicações de alguma forma

estão ligadas e, mesmo com produtos diferentes, se auxiliam nos processos de valorização do produto.

A pergunta subsequente foi: de acordo com a sua percepção, todos os cafeicultores conseguem buscar a certificação, a Indicação Geográfica? Os parâmetros são complexos? Podem ser seletivos? A resposta do entrevistado seguiu a mesma vertente da primeira entrevista, nas palavras do fundador “querendo fazer consegue a certificação, não é caro e a cooperativa da as informações, como também o Sebrae e outras instituições dão apoio com treinamentos e cursos”.

Deduz-se então que, na visão das instituições (federação, associações e cooperativas) possuir um café de Indicação Geográfica é algo relativamente simples, bastando o interesse do produtor. Tendo essa vertente consolidada – “facilidades” para obtenção da certificação, posteriormente será analisado a exposição dos cafeicultores não certificados para assim compreendermos as diversas dinâmicas acerca da IG.

Posteriormente foi questionado sobre o circuito produtivo do café do Cerrado e a destinação pro mercado interno ou externo. O entrevistado explicou que objetivo é para exportação, segundo o próprio a exportação traz incentivos para produção de um café melhorado. Foi pontuado que na década de 1970 o principal destino era a Europa (com destaque para Alemanha, Holanda e Bélgica).

O entrevistado concorda que as certificações agregarem qualidade e valor ao produto. Sinaliza vários exemplos de produtores e empresas que conseguem vender o café mais caro apenas por ser certificado; quanto a qualidade produtiva, foi exposto que as práticas de cultivo e as demandas mais exigentes levam a produzir um café cada vez melhor.

Por fim, foi aberto ao entrevistado um momento para comentários gerais a respeito do café do Cerrado. O fundador então acrescenta que o maior orgulho que a associação trouxe a Araguari é a Fenicafé (Feira Nacional de Irrigação em Cafeicultura), evento que trouxe pesquisa de irrigação ao café, responsável pelo aumento considerável da produtividade. Desse modo, retomamos às seções iniciais, em que foi reforçado a importância do meio técnico-científico-informacional na agricultura do Cerrado, de modo a atribuir novos parâmetros e possibilitar a produção em novas áreas devido aos avanços científico e tecnológicos, a Fenicafé mostrou-se efetiva nesse sentido.

Durante a entrevista II foi notório o grande conhecimento do entrevistado acerca da IG do café, do seu surgimento até os dias atuais. Podemos depreender as associações e cooperativas como órgãos organizados que buscam mobilização, das mais variadas formas possíveis, para que os cafeicultores consigam ter benefícios e auxílio nas inúmeras demandas.

A partir de agora serão explanadas as entrevistas com cafeicultores certificados e não certificados, de modo a compreender visões diferentes além de elaborar análises que, junto às entrevistas dos representantes de instituições expostos anteriormente, são capazes de definir características chaves sobre o café da Região do Cerrado Mineiro.

A entrevista III relatada refere-se a um cafeicultor sem certificação e não cooperado às instituições ligadas a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, responsável tanto pela colheita como pelo manejo de sua produção. A fazenda, de nome “Estância Santa Ângela”, localiza-se no município de Araguari, rodovia MG-223 (Araguari-Caldas Novas).

Inicialmente perguntamos sobre as características gerais da fazenda no que diz respeito à área, produtividade e cultivos. O cafeicultor explicou que sua fazenda possui aproximadamente 24 hectares, é um monocultor do café e tem uma produtividade que varia de 50 a 70 sacos por hectares. Um aspecto importante de se ressaltar é que o cafeicultor mora na fazenda com a sua família. O mosaico abaixo mostra a Figura 10, ilustrando os cafezais do referido produtor.

Figura 10. Araguari – MG: Cafezais e secagem de café da Fazenda Estância Santa Ângela



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).
Autor: SANTANA, G. H. S. (2022).

Em continuidade com a entrevista, perguntamos há quanto tempo ele possuía a propriedade e suas origens familiar. O cafeicultor respondeu que ele e sua família são emigrantes de Apucarana, centro-norte do estado do Paraná e chegaram no Cerrado Mineiro em 1987. O entrevistado mencionou que se mudou com seus pais e irmãos, trazendo tudo o que tinham em um caminhão, inclusive animais como porcos e galinhas. A família já era produtora de café na cidade natal. Retomando mais uma vez à seções passadas, a fala desse entrevistado

remete à formação do Cerrado Mineiro, cuja participação de migrantes do norte do Paraná foi significativa. Essas famílias migrantes já desenvolviam a cafeicultura, mas por fatores climáticos, econômicos e/ou políticos migraram em busca de novas oportunidades.

O produtor mencionou que não estava inserido em nenhuma cooperativa, associação ou Federação. Sobre a certificação, o cafeicultor nos contou que fez uma certificação há muito tempo atrás, mas estava completa, segundo ele: “não é a da COOCACER, não é a de alto nível”.

Seguindo a entrevista, perguntamos se ele achava que havia benefícios da Indicação Geográfica para a sua produção. O entrevistado responde: “a certificadora diz que sim, o produtor diz que não, o custo benefício nem sempre é tão benéfico”. O cafeicultor continua: “os horários de serviço que são estipulados por algumas instituições, os pontos, os parâmetros, são complicados de serem seguidos”.

Continuando, perguntamos: “De acordo com sua percepção, todos os cafeicultores conseguem buscar a certificação, a Indicação Geográfica? Os parâmetros exigidos são complexos? Podem ser seletivos?” O produtor responde que depende da posição, segundo ele não são todos que conseguem buscar a certificação, sendo uma parte em razão da questão financeira: “a certificação é boa, mas é mais fácil para quem é mais poderoso, para propriedade pequena nem sempre é viável”.

Nessa segunda visão, diferentemente do que nos fora apresentado nas primeiras entrevistas, o cafeicultor expõe que as certificações são seletivas, pois devido a alguns parâmetros exigidos e também pela questão financeira, não são todos que conseguem ter acesso e conseguir o certificado. Ou seja, ainda que no mesmo território e desfrutando das características físico-geográficas necessárias, não era possível a certificação a todos os cafeicultores.

Colocamos em xeque duas vertentes distintas em relação a obtenção ou não da certificação: uma que diz que para que consiga determinado título basta ter vontade e assim procurar as respectivas associações e cooperativas que estarão à disposição para auxiliar na certificação, e outra que afirma que os parâmetros exigidos são complexos e seletivos, logo não são todos os cafeicultores que conseguem atingi-la, não valeria a pena o custo-benefício.

Vale ressaltar que em nenhum momento os entrevistados disseram que a certificação era ruim ou de má fé, pelo contrário, há consenso da qualidade e dos pontos positivos do reconhecimento da IG, sendo pontuado pelos não certificados como ponto negativo apenas a relação custo-benefício e os parâmetros exigidos.

Na sequência, perguntamos sobre a destinação da sua produção cafeeira e se o intuito era atingir o mercado interno ou externo. Assim como os anteriores, o cafeeicultor busca o mercado externo e seu principal comprador está no continente europeu.

No que concerne ao valor agregado, o cafeeicultor menciona que o mais importante é ter qualidade. Se tiver qualidade o café tem maior valor, se não tiver qualidade, mesmo certificado não irá conseguir um bom preço. Essa qualidade, de acordo com o mesmo, varia muito de produtor para produtor. No entanto, o entrevistado também reconhece que segundo o café certificado e de alta qualidade, de fato é mais valorizado e com maior retorno financeiro.

Assim como as demais, ao findar da entrevista foi aberto um momento para diálogo e exposições. O cafeeicultor apenas reforça que hoje, por questões financeiras, não tem condições de buscar a certificação, especialmente porque busca outras benfeitorias em sua fazenda, como trator cabinado e terreirão cercado.

A próxima entrevista a ser relatada refere-se a uma cafeicultura certificada, também do município de Araguari, mais precisamente no distrito de Amanhece (entrevista IV). A conversa foi realizada na propriedade da produtora, a Fazenda “Paraíso”, também conhecida como “Paraíso Estate Coffee”, inserida na Indicação Geográfica do café da Região Cerrado Mineiro (Figura 11). A certificação é apresentada na Figura 12.

Figura 11. Araguari – MG: Fazenda Paraíso (certificada com a Indicação Geográfica do café Cerrado Mineiro)



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).
Autor: SANTANA, G. H. S. (2022).

Figura 12. Araguari – MG: certificações da Fazenda Paraíso



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).
 Autor: SANTANA, G. H. S. (2022).

Como as perguntas foram similares à anterior, primeiro perguntamos sobre as características gerais da sua fazenda. A produtora nos contou que sua família está há 108 anos no ramo do café. O avô da cafeicultora era espanhol e veio para o Brasil trabalhar nas fazendas cafeeiras no auge do produto. A entrevistada mencionou que sua família (com exceção do avô) é paulista, de Tupã, onde já trabalhavam com café, em virtude de adversidades climáticas mudaram para a região de estudo.

A referida produtora é associada a ACA e cooperada a COOCACER. Possui certificação de produção, tanto de Indicação de Procedência como Denominação de Origem, dos parâmetros mais simples ao mais complexos. A entrevistada afirma que os pontos positivos da IG se encontram no seu contexto, o café do Cerrado possui maior valor no mercado, pois além dos benefícios e qualidade do produto, existe um atrativo cultural acerca do mesmo. A entrevistada acredita que devem ser seguidos os parâmetros ambientais, sociais, dentre outros, para certificação, entretanto não enxerga como algo complexo, pois acredita que há apoio por parte da cooperativa, com consultorias por exemplo. A leitura da quarta entrevistada é próxima dos representantes de entidade.

Dando continuidade, interrogamos sobre a destinação da produção. A cafeicultura afirma que mais de 80% vai ao mercado externo, sendo os Estados Unidos o país com maior relação comercial. No espaço aberto para diálogo e exposições, a cafeicultora pontuou que na sua propriedade a qualidade é fundamental, sendo o café um cultivo de geração em geração.

Ao final das pesquisas de campo foi possível perceber tanto a diversidade acerca da produção de café como também as complexidades que envolvem uma IG, a qual é interpretada de diferentes maneiras em relação a sua seletividade, ainda que todos concordem com a qualidade dos produtos oriundos das propriedades certificados como do valor agregado gerado pela certificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De antemão, é necessário evidenciar como o trabalho foi complexo e, ao mesmo tempo, gratificante, pois ampliou significativamente a visão tanto sobre as Indicações Geográficas como também sobre a produção cafeeira no Brasil, além do processo de certificação em algumas regiões. Visto isso, alguns pontos devem ser elencados como reflexões finais, sendo estes, fundamentais para o fechamento do raciocínio iniciado e disposto durante a pesquisa.

Tomaremos como ponto de partida a íntima relação entre as Indicações Geográficas e a categoria geográfica Território. Ambas estabelecem uma ligação na qual as IGs e os diversos arranjos levados por elas são fundamentais para sua modificação. As características territoriais, muitas vezes únicas, são fundamentais para as certificações, garantindo a particularidade por ela exigida. Ambas estão intimamente ligadas ao exercício de poder de determinados agentes, sendo protagonistas: o poder econômico, o poder político e o poder cultural.

No caso da Região do Cerrado Mineiro podemos pontuar como arranjos territoriais: a organização e surgimento de cooperativas e associações de café; a busca pelo apoio dos cafeicultores e o suporte financeiro de bancos ou a criação de linhas de crédito especiais. Outro ponto importante que deve ser evidenciado é a grande diversidade das IGs no Brasil que, no primeiro semestre de 2021, contavam com 93 exemplares, sendo 67 Indicações de Procedência e 26 Denominação de Origem. As IGs estão presente em todas as regiões do Brasil e possui diversidade de produtos – dos artesanais até aqueles que fazem uso de alta tecnologia, ligados ao mundo globalizado, ao meio técnico-científico-informacional.

As certificações apresentadas estão respaldadas na Lei nº. 9.279 de 1996, apelidada como Lei da Propriedade Industrial, marco governamental para o início do processo de certificações no país. Juntamente com a legislação, outra referência é a instauração, em 2002, da Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos, requerida pela Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos, a IG possui como produto central o vinho e se consolidou como a primeira do país.

Também deve-se salientar como o café é fundamental no território brasileiro, tanto no presente como também ao longo de sua história, participando de importantes momentos do país, como por exemplo, o princípio da industrialização. O café tem importância tanto econômica, a partir de sua exportação e o lucro, como cultural, com seus costumes, tradições e especificidades.

Disposto em diversas regiões do Brasil, o café chega ao Cerrado Mineiro na década de 1970 e, anos depois, se dispõe como segunda Indicação Geográfica brasileira e primeira certificação cujo produto central é o café. Nesse sentido, é evidenciado como esse cultivo é fruto de arranjos territoriais dos diversos produtores, das associações e cooperativas, em especial, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado que, juntamente com o Governo através de investimentos e pesquisas, bancos e grandes corporações, realizaram seu desenvolvimento e modificaram o território.

Outrossim, o café do Cerrado Mineiro é uma atividade agrícola ligada diretamente ao globalizado, utilizando técnicas e maquinários sofisticados, porém, diferentemente da homogeneidade proposta pela globalização, a Região do Cerrado Mineiro se propõe com um produto único, particular, singular.

Assim, percebemos que mesmo a globalização propondo uma universalidade com produtos homogêneos, o café do Cerrado se destaca por ser diferenciado em decorrência das particularidades do seu território, sem deixar de ser globalizado e tecnificado. Logo, nos leva a perceber as possíveis variáveis e complexidades da globalização. Um exemplo é que durante as entrevistas foi possível perceber que o café, diferente de muitas IGs, é ligado ao mercado global, sendo um produto de exportação e atingindo principalmente os mercados norte-americano e europeu.

Outro ponto que deve ser destacado é em relação a seletividade das Indicações Geográficas, sendo possível observar na pesquisa duas vertentes: uma que diz que para que consiga determinado título basta ter vontade e assim procurar as respectivas associações e cooperativas que estarão à disposição para auxiliar na certificação e uma outra que afirma que os parâmetros exigidos são complexos e difíceis de se alcançar, logo não são todos os cafeicultores que conseguem atingi-la, dado que, para eles, não vale a pena o custo-benefício. Ou seja, há duas vertentes antagônicas que reforçam a ideia de como as Indicações Geográficas são complexas e como a visão dos cafeicultores cooperados e não cooperados podem ser distintas em relação as ações e discussões que permeiam o cultivo de café.

Apesar da IG ser, em essência, um registro conferido a produtos que possui particularidade em relação a sua localização geográfica, ou seja, uma identidade própria decorrente da sua origem, entendemos que a pesquisa transparece como esse fato mostra-se contraditório: se o Território, tão importante na IG, é de todos, por que então muitos produtores tem tanta dificuldade em conseguir determinadas certificações? Porque outros produtores – maiores ou melhores inseridos na cadeia – possuem mais facilidade de acesso ao registro? A IG, muitas vezes, pode servir como uma justificativa para “gourmetizar” o produto,

encarecendo-o e não necessariamente para valorizar suas raízes, no sentido de lugar de origem e pertencimento.

Pontuamos que a qualidade dos produtos que possuem a Indicação Geográfica em momento nenhum é questionado, todos os produtores, cooperados e não cooperados, afirmam que a certificação ligada a IG traz benefícios e gera qualidade ao café, sendo discutido entre eles a questão do alcance de todos cafeicultores e do custo benefício.

A presente pesquisa não esgotou o tema, cuja discussão mostra-se como complexa e necessária à ciência geográfica. Embora não sendo nosso objetivo, mas evidenciamos outras questões que estão no meandro da IG, como por exemplo, os conflitos pelo uso da água nesses territórios entre os cafeicultores. Algum grupo tem mais acesso a água que outros? Outra questão que emerge seria entender as relações de trabalho, principalmente aquelas análogas à escravidão encontradas em algumas fazendas cafeeiras da região. Uma terceira dimensão, mas não menos importante de se adentrar, seria o intenso uso de agrotóxicos na cafeicultura, e seus desdobramentos ambientais e também comerciais para mercados cada vez mais exigentes com relação a origem e qualidade dos produtos. Portanto, essas são possíveis agendas para futuras pesquisas no âmbito da Indicação Geográfica do Café do Cerrado.

Por fim, entendemos que a presente pesquisa demonstrou como IG do Café do Cerrado Mineiro se estabeleceu no território supracitado sob a justificativa de sua singularidade, apresentando uma dinâmica complexa e intimamente ligada às suas territorialidades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO FILHO, J. R. de. O Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**. v. 50, p. 57-82. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1122>.
- BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm. Acesso em: jul. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Lista de IGs Nacionais e Internacionais registradas**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaigs>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- BÜHLER, E. A.; GUIBERT, M; OLIVEIRA, V. L. de. **Agriculturas empresariais e espaços rurais da globalização: abordagens a partir da América do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. <https://doi.org/10.7476/9786557250044>
- CALDAS, A. dos S. Indicações Geográficas: valorização e saber fazer nos territórios da propriedade intelectual. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, XIII., 2019, São Paulo. **Anais...** [...] São Paulo, 2019.
- CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CCCEMG). **Federação dos Cafeicultores do Cerrado**. Disponível em: <http://cccmg.com.br/federacao-dos-cafeicultores-do-cerrado/>. Acesso em: jul. 2020.
- DATASEBRAE. **Canastra**. 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/ig-canastra/>. Acesso em: jul. 2020.
- DATASEBRAE. **Indicações Geográficas Brasileiras**. 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/indicacoesgeograficas/>. Acesso em: jul. 2020.
- DATASEBRAE. **Mantiqueira de Minas**. 2018. Disponível: <<https://datasebrae.com.br/ig-regiao-da-serra-da-mantiqueira/>>. Acesso em: ago. 2021.
- DATASEBRAE. **Região da Própolis Verde de Minas Gerais**. 2021. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/ig-regiao-da-propolis-verde/>. Acesso em: jul. 2021.
- DATASEBRAE. **Região de Salinas**. 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/ig-regiao-de-salinas/>. Acesso em: jul. 2020.
- DATASEBRAE. **Região de São João del Rei**. 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/ig-sao-joao-del-rei/>. Acesso em: jul. 2020.
- DATASEBRAE. **Região do Cerrado Mineiro: Denominação de Origem**. 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/ig-regiao-do-cerrado-mineiro-denominacao-de-origem/>. Acesso em: jul. 2020.

DATASEBRAE. **Região do Cerrado Mineiro: Indicação de Procedência**. 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/ig-regiao-do-cerrado-mineiro/>. Acesso em: jul. 2020.

DATASEBRAE. **Sabará**. 2021. Disponível: <https://datasebrae.com.br/ig-sabara/>. Acesso em: ago. 2021.

DATASEBRAE. **São João del Rei**. 2021. Disponível: <https://datasebrae.com.br/ig-sao-joao-del-rei/>. Acesso em: ago. 2021.

DATASEBRAE. **São Tiago**. 2021. Disponível: <https://datasebrae.com.br/ig-sao-tiago/>. Acesso em: ago. 2021.

DATASEBRAE. **Serro**. 2021. Disponível: <https://datasebrae.com.br/ig-serro/>. Acesso em: ago. 2021.

DUTRA, D. R.; MACHADO, R. T. M.; CASTRO, C. C. Ações públicas e privadas na implantação e desenvolvimento da indicação geográfica do café em Minas Gerais. **Informe Gepec**, v. 13, n. 1, jan./jun. 2009, p. 90-106.

FALCADE, I. **Indicações Geográficas: o caso da região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos**. 2005. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FERNANDES, A. L. T.; PARTELLI, F. L.; BONOMO, R.; GOLYNSKI, A. A moderna cafeicultura dos cerrados brasileiros. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, [S. l.], v. 42, n. 2, 2012, p. 231-240. <https://doi.org/10.1590/S1983-40632012000200015>

FREDERICO, S. **O novo tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume, 2010.

FLORES, S. S.; FALCADE, I. A Pesquisa sobre Indicações Geográficas no Brasil: Um estudo bibliométrico. **Revista Ingi**, Aracaju, v. 3, n. 2, p. 290-305, 2019.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

GUIMARÃES, E. R.; CASTRO JÚNIOR, L. G. de; ANDRADE, H. C. C. de. A terceira onda do café em Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 18, n. 3, p. 214-227, 2016. <https://doi.org/10.21714/2238-68902016v18n3p214>

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal de Mapas: Bases cartográficas**. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa202374>. Acesso em: jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **A Geografia do Café: dinâmica territorial da produção agropecuária**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, 136 p.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Cobertura vegetal de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/florestas>. Acesso em: ago. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Guia básico de Indicação Geográfica**. 2019. Disponível em: <http://antigo.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica>. Acesso em: jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Indicação Geográfica no Brasil**. 2021. Disponível em: <http://antigo.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: jul. 2021.

MAFRA, L. A. S. **Indicação Geográfica e construção do mercado: a valorização da origem no cerrado mineiro**. 2008. 123 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural Rio de Janeiro, Rio Janeiro, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A apropriação do Cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr., 2014.

NGO BAGAL, M.; VITTORI, M. **Practical Manual on Geographical Indications for ACP Countries. Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation CTA/OriGIn**. Disponível em: http://www.origin-gi.com/images/stories/PDFs/English/OriGIn_publications/manual_acpcomplet.pdf, 2011.

NIERDELE, P. A.; VITROLLES, D. Indicações Geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, nº. 1, p. 5-55, 2010.

OROZCO, M. O café na contemporaneidade: experiências no Cerrado Mineiro, realidades do Rio de Janeiro e possibilidades para São Paulo. *In*: OLIVEIRA, R. R.; RUIZ, A. E. L. **Geografia histórica do café no Vale do Rio Paraíba do Sul** (Orgs.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 275-293, 2018.

ORTEGA, A. C. Café do Cerrado: Certificação de origem e desenvolvimento territorial rural. *In*: COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS, VII., 2008. Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra, 2008.

ORTEGA, A. C; JESUS, C. M. **Café e Território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro**. São Paulo: Alínea, 2012. 246p.

PEREIRA, M. F. V. Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro. **Cuadernos de Geografía Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, nº. 2, p. 239-254, jul./dic. 2014. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v23n2.37333>

REGIÃO DO CERRADO MINEIRO. **Denominação de origem**. Disponível em: <https://www.cafedocerrado.org/index.php?pg=denominacaodeorigem>. Acesso em: jul. 2020.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. [s.l: s.n.], 1994. Disponível em: <http://geocrocetti.com/msantos/tecnica.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *In:* SANTOS, M. *et al.* (Orgs.). **Território, territórios:** ensaio sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, M., *et al.* **O papel ativo da geografia:** um manifesto. Florianópolis, 2000.

PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (Re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun., 2014.

SOUZA, M. J. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In:* SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, Unesp, 2009, p. 57-72.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TOLEDO, V. V. de; GANCHO, C. V. **Sua majestade o café.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

VALE, A. R.; CALDERANO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: Uma breve comparação entre as regiões Sul/Sudoeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI, 2012, Uberlândia. **Anais...** [...] Uberlândia, 2012.

APÊNDICES

Questionário 1 (Cooperativas e Associações)

Questionário cuja aplicação se dará em Cooperativas e Associações referente a Pesquisa de Mestrado intitulada **INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DO CAFÉ DO CERRADO MINEIRO: Dinâmicas, territorialidades e contradições**, sendo desenvolvida pelo mestrando Guilherme Henrique dos Santos Santana.

Nome Cooperativa/Associação:

Responsável:

Endereço/Município:

01- Qual o número de cooperados/associados atualmente na instituição?

02- De maneira geral, quais as principais características das fazendas dos cooperados/associados? Quanto a área, produção, cultivos e demais características. Pode-se afirmar que há um padrão?

03- Qual o vínculo da cooperativa/associação com a Federação dos Cafeicultores do Cerrado? São desenvolvidas ações conjuntas?

04- Qual o vínculo dos cafeicultores com essa cooperativa/associação? São desenvolvidas ações conjuntas?

05- Existem cooperados/associados que possuem a certificação, a Indicação Geográfica do Café da Região do Cerrado Mineiro?

- 06- Quais os benefícios da Indicação Geográfica para os Cafeicultores?
- 07- De acordo com a sua percepção, todos os cafeicultores conseguem buscar a certificação, a Indicação Geográfica? Os parâmetros exigidos são complexos? Podem ser seletivos?
- 08- Qual o Circuito Produtivo do Café do Cerrado? Qual a sua destinação? De forma majoritária busca o mercado interno ou externo?
- 09- As certificações agregam valor ao produto? A mesma também agrega qualidade produtiva?
- 10- Espaço aberto a diálogo e exposições

Questionário 1 (Cafeicultores)

Questionário cuja aplicação se dará com cafeicultores (certificados e não certificados) referente a Pesquisa de Mestrado intitulada **INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DO CAFÉ DO CERRADO MINEIRO: Dinâmicas, territorialidades e contradições**, sendo desenvolvida pelo mestrando Guilherme Henrique dos Santos Santana.

Nome Cafeicultor:

Endereço/Município:

Nome da propriedade:

01- Quais as características gerais de sua fazenda? Quanto a área, produtividade, cultivos e demais características.

02- De maneira geral, quais as principais características das fazendas dos cooperados/associados? Quanto a área, produção, cultivos e demais características. Pode-se afirmar que há um padrão?

03- Quanto tempo possui a propriedade? O senhor (a) e sua família são da região ou são migrantes? Caso sejam de outra região, em que década se estabeleceram no Cerrado Mineiro?

04- O senhor (a) está inserido em alguma cooperativa/associação? Qual o vínculo com a instituição?

05- O senhor possui café certificado? O café com a Indicação Geográfica da Região do Cerrado Mineiro?

06- Quais os benefícios da Indicação Geográfica para para a sua produção, seu café, sua fazenda?

07- De acordo com a sua percepção, todos os cafeicultores conseguem buscar a certificação, a Indicação Geográfica? Os parâmetros exigidos são complexos? Podem ser seletivos?

08- Qual a destinação da sua produção? De forma majoritária, mercado interno ou externo?

09- A certificação agrega valor ao seu produto? O mesmo agrega qualidade produtiva? Caso não possua certificação, a falta da Indicação Geográfica gera prejuízos quanto ao valor agregado e qualidade do produto?

10- Espaço aberto a dialogo e exposições

ANEXOS

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: INDICAÇÕES DE PROCEDÊNCIA RECONHECIDAS

DADOS BIBLIOGRÁFICOS		REPRESENTAÇÃO
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG200002 A. P. de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE 300 fls. Vale dos Vinhedos BR/RS Vinhos: tinto, branco e espumante. Indicação de Procedência 19/11/2002 A região do VALE DOS VINHEDOS possui, uma área total de 81,23Km², distribuída na sua maior parte no Município de Bento Gonçalves, mas também nos Municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul. Considerando-se as coordenadas extremas, o VALE DOS VINHEDOS localiza-se nos paralelos 29°38' e 29°15' Oeste de Greenwich. Possui a forma aproximada de um triângulo isosceles, cujos vértices localizam-se a Nordeste da cidade de Bento Gonçalves, a Leste da cidade de Monte Belo do Sul e ao Norte da cidade de Garibaldi.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG990001 Cons. das Ass. dos Cafeicultores do Cerrado – CACCER 443 fls. Região do Cerrado Mineiro BR/MG Café Indicação de Procedência 14/04/2005 A área geográfica é delimitada pelos paralelos 16°37' a 20°13' de latitude e 45°20' a 49°48' de longitude, abrangendo as regiões de Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Alto São Francisco e do Noroeste. caracteriza-se por áreas de altiplano, com altitude de 820 a 1.100m, com o clima ameno, sujeitas a geada de baixa intensidade e com possibilidade de produção de bebida fina, de corpo mais acentuado.</p>	<p>Região do Cerrado Mineiro</p>
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG200501 Ass. Prod. Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional 161 fls. Pampa Gaúcho da Campanha Meridional BR/RS Carne Bovina e derivados Indicação de Procedência 12/12/2006 A área geográfica compreende os municípios de Herval, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Candiota, Hulha Negra, Bagé, Aceguá, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Lavras do Sul e São Gabriel. Situam-se na região sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, entre os paralelos 30° e 32°30' Sul e os meridianos 56°30' e 54°30' Oeste de Greenwich, ocupando área aproximada de 30.000 Km².</p>	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG200602 Ass. dos Produtores e Amigos da Cachaça Artesanal de Paraty 248 fls. Paraty BR/RJ Produção de Aguardentes, dos tipos, cachaça e aguardente composta azulada Indicação de Procedência 10/07/2007 A área está inteiramente compreendida no fuso 23, e possui o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas aproximadas 541.250mE e 7.449.250mS (...) segue pela linha da costa (...) até atingir a ponta da Trindade que é o ponto 2 com coordenadas 528.250mE e 7.415.750mS que também é divisa do estado do Rio de Janeiro e o estado de São Paulo, deste ponto segue inicialmente rumo aproximado Norte pela Divisa entre os estados citados (...) até atingir o ponto 3 de coordenadas 519.205mE e 7.447.750mS, deste ponto o perímetro deflete á direita, abandonando a divisa interestadual e assumindo a Serra de São Roque, que é o divisor de águas dos rios São Gonçalo e do Funil, este ultimo é afluente do rio Manbucada com toda a sua sinuosidade, sempre pelo divisor de águas principal, até atingir o ponto 1, onde iniciou a descrição deste perímetro, encerrando uma área de aproximadamente 700 Km².</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG200702 Associação das Industrias de Cortumes do Rio Grande do Sul - AICSUL 465 fls. Vale do Sinos BR/RS Couro Acabado Indicação de Procedência 19/05/2009 Fica estabelecida como área da indicação geográfica delimitada para a produção do couro acabado da região conhecida como "Vale do Sinos" os limites políticos dos Municípios de Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Picada Café, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara, Três Coroas, Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG200701 Conselho da União das Ass. e Coop. dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do Submédio São Francisco 1180 fls. Vale do Submédio São Francisco BR/NE Uvas de Mesa e Manga Indicação de Procedência 07/07/2009 O vale do Submédio São Francisco localiza-se na região sertaneja no oeste do Estado de Pernambuco e norte do Estado da Bahia, entre os paralelos 07º 0' 00" e 10º 30' 00" de latitude sul e entre os meridianos 37º 0' 00" e 41º 0' 00" de longitude oeste, com uma área de 125.755 km². Abrange municípios dos dois estados (...), incluindo as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão e Vargem, além da sub-bacia do rio Moxotó, último afluente na margem esquerda.</p>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>IG200803</i> <i>Associação dos Produtores de Vinhos Finos de Pinto Bandeira - ASPROVINHO</i> <i>386 fls.</i> <i>Pinto Bandeira</i> <i>BR/RS</i> <i>Vinhos tintos, brancos e espumantes</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>13/07/2010</i> <i>A área geográfica delimitada se situa na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, entre a Serra Geral e o Planalto dos Campos Gerais. A área geográfica delimitada totaliza 7.960,66 HA, sendo que, destes, 7.418 HA estão no município de Bento Gonçalves e 543 HA estão no município de Farroupilha.</i>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>IG200902</i> <i>Associação dos Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão do Estado de Tocantins - AREJA</i> <i>758 fls.</i> <i>Região do Jalapão do Estado do Tocantins</i> <i>BR/TO</i> <i>Artesanato em Capim Dourado</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>30/08/2011</i> <i>A região do Jalapão do Estado do Tocantins abrange os municípios de Mateiros, São Felix do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Novo acordo, Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Lizarda e Rio Sono.</i>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>IG200901</i> <i>Associação dos Produtores de Doces de Pelotas</i> <i>394 fls.</i> <i>Pelotas</i> <i>BR/RS</i> <i>Doces tradicionais de confeitaria e de frutas</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>30/08/2011</i> <i>Incluem os limites políticos dos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu, no Rio Grande do Sul</i>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>IG201003</i> <i>Associação das Paneleiras de Goiabeiras – APG</i> <i>566 fls.</i> <i>Goiabeiras</i> <i>BR/ES</i> <i>Paneles de barro</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>04/10/2011</i> <i>A área delimitada para a indicação geográfica, identificada como Goiabeiras, situa-se na parte continental da cidade de Vitória e está assim delimitada: Na parte leste da avenida Fernando Ferrari, desde a área da Universidade Federal do Espírito Santo até a Avenida Adalberto Simão Nader. No flanco sul pelo manguezal e pelo canal secundário da baía norte de Vitória. Na parte norte pela rua do canal que separa os bairros de Maria Ortiz e Goiabeiras. Na parte oeste a área está delimitada por um morro e das ruas Aguiar G. Salles e Rua José Alves. No centro desta delimitação estão as ruas João G. Loretto, Leopoldo G. Salles, José Gomes Loretto, da Paneleiras, das Mangueiras, Desenbargador Henrique C. de Souza, José Alves e Argeu G. Salles.</i>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG201001 Associação dos Produtores Artesanais de Queijo do Serro 401 fls. Serro BR/MG Queijo Minas Artesanal do Serro Indicação de Procedência 13/12/2011 Compreende os municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Materlândia, Paulistas, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santo Antonio de Itambé, Serra Azul de Minas e Serro.</p>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG201010 Associação dos Artesãos de Peças em Estanho de São João del-Rei 275 fls. São João del-Rei BR/MG Peças artesanais em estanho Indicação de Procedência 07/02/2012 O município de São João del-Rei abrange os distritos de Arcângelo, Emboabas, Rio das Mortes, São Gonçalo do Amarante (Ex-Caburu) e São Sebastião da Vitória, tendo como limites municipais os municípios de Nazareno, Conceição da Barra de Minas, Ritápolis, Coronel Xavier Chaves, Tiradentes, Santa Cruz de Minas, Prados, Barbacena, Ibertioga, Piedade do Rio Grande, Madre de Deus de Minas e Carrancas, todos no Estado de Minas Gerais.</p>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG201012 Sindicato das Industrias de Calçados de Franca 599 fls. Franca BR/SP Calçados Indicação de Procedência 07/02/2012 A delimitação corresponde aos limites do município de Franca/SP. Franca é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo, sede da microregião de Franca (14ª região administrativa de São Paulo). Faz limite com as cidades paulistas de Batatais, Cristais Paulista e Patrocínio Paulista, e divisa com as cidades mineiras de Ibiraci e Claraval.</p>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG201009 Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe 714 fls. Vales da Uva Goethe BR/SC Vinho Branco Seco, Vinho Branco Suave ou Demi Séc, Vinho Leve Branco Seco, Vinho Leve Branco Suave ou Demi Séc, Vinho Espumante Brut, ou Demi Séc obtidos pelo método "Champenoise", Vinho Espumante Brut, ou Demi Séc obtidos pelo método "Charmat", Vinho Licoroso Indicação de Procedência 14/02/2012 Microrregião localizada entre as encostas da Serra Geral e o litoral sul catarinense nas bacias do rio Urussanga e rio Tubarão, compreendendo os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Treze de Maio, Orleans, Nova Veneza e Içara.</p>	<p>Vales da Uva Goethe</p>

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG201002 Associação do Produtores do Queijo Canastra - APROCAN 429 fls. Canastra BR/MG Queijo Indicação de Procedência 13/03/2012 Compreende os municípios de Piumhi, Vargem Bonita, São Roque de Minas, Medeiros, Bambui, Tapirai e Delfinópolis, conforme documento de delimitação da área geográfica, Portaria nº 694 de 17 de novembro de 2004 do Instituto Mineiro de Agropecuária.	Canastra
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG201014 Conselho da União das Associações e Cooperativas de Garimpeiros, Produtores, Lapidários e Joalheiros de Gemas de Opalas e de Joias Artesanais de Opalas de Pedro II – IGO Pedro II 746 fls. Pedro II BR/PI Opala preciosa de Pedro II e joias artesanais de opalas de Pedro II Indicação de Procedência 03/04/2012 Pedro II pertence a Mesorregião Centro-Norte Piauiense, situando-se especificadamente na Microrregião Campo Maior cuja sede municipal está localizada entre os paralelos 04º 15' 24" e 04º 48' 52" de Latitude Sul e entre os meridianos 41º 07' 11" e 41º 44' 46" de Longitude Oeste.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG201007 Centro Tecnológico de Mármore e Granito – CETEMAG 406 fls. Cachoeiro de Itapemirim BR/ES Mármore Indicação de Procedência 29/05/2012 A delimitação da área de indicação de procedência para extração, beneficiamento e comercialização do mármore, conhecida como "Cachoeiro de Itapemirim" corresponde aos limites políticos dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Vargem Alta no Estado do Espírito Santo.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG200903 Associação Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná 984 fls. Norte Pioneiro do Paraná BR/PR café verde em grão e industrializado torrado em grão e ou moído Indicação de Procedência 25/09/2012 A delimitação da área geográfica refere-se aos 45 (quarenta e cinco) municípios das regiões administrativas do Estado do Paraná, denominadas Norte Pioneiro do Paraná e Norte do Paraná, representadas pelas Associações de Prefeituras Municipais: a) AMUNORPI - Associação de Municípios do Norte Pioneiro do Paraná, composta por 26 municípios, que são eles – Abatia, Andirá, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jabotí, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do	

	<p>Itararé, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina, Wenceslau Braz. b) AMUNOP -Associação dos Municípios do Norte do Paraná, composta por 19 municípios: Assai, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre. Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí. Coordenadas extremas: Norte: -22°47'43,7" S/50°57'39,9"W, Oeste: -23°21'16,6"S/51°00'19,1" W; Sul: - 24°07'29,56" S/50°20'00,03"W; e Leste: - 23°44'01,8"S/49°32'53,3"W.</p>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG200909 Associação dos Cacaucultores de Linhares 243 fls. Linhares BR/ES Cacau em amêndoas Indicação de Procedência 31/07/2012 A delimitação está compreendida no território do município de Linhares no Estado do Espírito Santo, partindo-se do ponto de coordenadas N7.825.873,49 e E412.485,48 no encontro do Rio Doce com o Oceano Atlântico, lado próximo a vila de regência, segue-se ao norte com margem montante do Rio Doce até atingir o ponto 2 de coordenadas aproximadas N 7.845.435,53 e E394.239,33 daí segue-se rumo sudeste com 13.850 metros envolvendo a região de Jataipeba e Palhal até atingir o ponto 3 de coordenadas aproximadas N7.832.518,64 e E399.239,16 segue-se rumo oeste com 3.624 metros cruzando a es 440 até atingir o ponto 4 de coordenadas aproximadas N7.831.683,22 e E395.699,14 segue-se rumo noroeste com 18.978 metros envolvendo a região de Jataipeba e Palhal até o bairro de bebedouro do município de Linhares, até atingir o ponto 5 de coordenadas aproximadas de N7.844.22,75 e E381.443,19 daí segue-se rumo sudoeste com 26.180 metros margeando as matas e montante ao Rio Doce até próximo a divisa com o município de Colatina e atingir o ponto 6 de coordenadas aproximadas N7.835.985,72 e E356.592,76 segue-se com rumo norte com 4.605 metros cruza o Rio Doce e atinge o ponto 7 de coordenadas aproximadas de N7.840.591,34 e E356.643,13 segue-se rumo noroeste com 26.678 metros margeando as matas a jusante ao Rio Doce até o Vale do Rio Pequeno atingindo o ponto 8 de coordenadas aproximadas N7.853.762,49 e E383.238,69 segue-se rumo sudeste com 7.600 metros até o encontro do rio pequeno com o rio doce no ponto 9 de coordenadas aproximadas de N7.850.555,12 e E390.058,24 daí segue-se rumo nordeste com 22.250 metros entre a cidade de Linhares e o Rio Doce até próximo a região de barro novo e atingir o ponto 10 de coordenadas aproximadas E7.861.108,08 e E409.599,16 daí segue-se rumo sudeste com 25.300 metros passando pela região da Lagoa do Zacarias até o ponto 11 de coordenadas aproximadas N7.837.465,95 e E418.554,95 próximo ao oceano atlântico, a vila de povoação e Rio Monsaras, daí segue-se rumo sul margeando o Oceano Atlântico com 13.100 metros até o ponto 1 do início da descrição, encerrando uma área de aproximadamente 760.638 quilômetros quadrados.</p>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG200904 Cooperativa de produção têxtil de afins do algodão - COOPNATURAL 462 fls. Paraíba BR/PB Têxteis de algodão natural colorido Indicação de Procedência 16/10/2012 O Estado da Paraíba localiza-se entre as seguintes coordenadas extremas: norte lat. 06°01'32" / long. 37°15'01", sul lat. 08°18'09"/long. 36°59'27", leste lat. 07°09'21"/long. 34°47'35" e oeste lat. 06°59'34"/long. 38°45'53", limitando-se ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte, ao sul com o estado de Pernambuco, ao leste com o oceano atlântico e a oeste com o Estado do Ceará. todos os limites naturais e coincidentes com limites estaduais, a não ser o limite leste onde o estado divisa com o Oceano Atlântico.</p>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG200908 <i>Associação dos Produtores de Cachaça de Salinas</i> 975 fls. <i>Região de Salinas</i> BR/MG <i>Aguardente de cana tipo cachaça</i> <i>Indicação de Procedência</i> 16/10/2012 <i>A área geográfica delimitada para produção possui uma área total de 2541,99 km², abrangendo a totalidade dos municípios de Salinas e Novorizonte e parte dos municípios de Taiobeiras, Rubelita, Santa Cruz de Salinas e Fruta de Leite, todos situados ao norte do Estado de Minas Gerais. considerando as coordenadas extremas, a região localiza-se entre os paralelos 16°18'01,2" e 15°50'59,4" ao sul da linha do equador e entre os meridianos de 42°37'00,2" e 41°45'13,6" oeste de Greenwich.</i>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG201103 <i>Núcleo de Gestão do Porto Digital</i> 673 fls. <i>Porto Digital</i> BR/PE <i>Serviços de Tecnologia de Informação e comunicação através de desenvolvimento, manutenção e suporte</i> <i>Indicação de Procedência</i> 11/12/2012 <i>Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 – Zephc 09 – No Setor De Intervenção Controlada - Sic (...) No Centro da Região Metropolitana de Recife, (...), Na Ilha de 100 hectares considerada como sítio histórico de Recife. Quadrilátero do Bairro de Santo Amaro – Referente à área de expansão do Porto Digital (...), delimitada ao leste pela rua da Aurora nos Trechos entre a Av. Mário Melo e a Avenida Norte; ao Sul pela Av. Mário Melo até o cruzamento com a Av. Cruz Cabugá; ao oeste pela Av. Cruz Cabugá, nos trechos entre a Av. Mário Melo e Av. Norte; e, ao Norte Pela Av. Norte até a Av. Cruz Cabugá, conforme Descrito Na Lei 17.762/2011.</i>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR402012000002-0 <i>Associação de Produtores dos Vinhos dos Altos Montes</i> 338 fls. <i>Altos Montes</i> BR/RS <i>Vinhos e espumantes</i> <i>Indicação de Procedência</i> 11/12/2012 <i>A indicação de procedência Altos Montes é a área contínua localizada nos municípios de Flores da Cunha e Nova Pádua, totalizando 173,84km2, tendo como pontos extremos as seguintes coordenadas: 28°56'00" s e 51°16'38" WGR ao norte; 28°05'03" s e 51°10'53" WGR ao sul; 28°58'50" S e 51°09'25" a Leste; 29°00'09" s e 51°22'38" WGR a Oeste.</i>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG201107 <i>Associação para o Desenvolvimento. da Renda Irlandesa de Divina Pastora</i> 307 fls. <i>Divina Pastora</i> <i>BR/SE</i> <i>Renda de agulha em Lacê</i> <i>Indicação de Procedência</i> 26/12/2012 <i>A área delimitada para a Indicação de Procedência "Divina Pastora" fica estabelecida nos limites político-administrativos do município de Divina Pastora no estado de Sergipe, localizado no território de planejamento do leste sergipano. Criado através da Lei nº 554 de 06 de fevereiro de 1954, o Município limita-se ao norte com o município de Siriri, ao sul com o município de Riachuelo, a oeste com os municípios de Maruim e Rosário do Catete. dista 39 km da capital Aracaju, cujo acesso à sede dá-se através das rodovias, SE-160, SE-240 e SE-245, sendo esta última a principal rodovia de acesso, ligando Riachuelo à Divina Pastora. Segundo o IBGE, a área do Município é de 92 km², e o seu perímetro é de 66 km, estando totalmente inserida na folha topográfica SC 24-Z-B-IV (Aracaju), editada pelo MINTER/SUDENE, em 1974, e cuja sede está localizada na intersecção das coordenadas geográficas 10°40'40" de latitude sul e 37°09'06" de longitude oeste.</i>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	201104 <i>Associação São-Tiaguense dos produtores de biscoito</i> 294 fls. <i>São Tiago</i> <i>BR/MG</i> <i>Biscoito</i> <i>Indicação de Procedência</i> 05/02/2013 <i>A delimitação da indicação de procedência São Tiago, compreende os limites geográficos do município de São Tiago no estado de Minas Gerais, determinado pelas leis estaduais: nº336 de 27/12/1948, que define os limites entre os municípios de São Tiago e os municípios de Bom Sucesso, Oliveira, Resende Costa; Lei estadual 2764 de 30/12/1962 que define os limites entre o município de São Tiago e os municípios de Ritanópolis, Conceição da Barra de Minas (antiga Cassiterita) e pela Lei 1039 de 12/12/1953 que define o limite entre o município de São Tiago e Nazareno. área total de 572,33 km².</i>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG200703 <i>Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana</i> 2865 fls. <i>Alta Mogiana</i> <i>BR/SP</i> <i>Café</i> <i>Indicação de Procedência</i> 17/09/2013 <i>A região delimitada de Alta Mogiana engloba os municípios de: Altinópolis; Batatais; Buritizal; Cajuru; Cristais Paulista; Franca; Itirapuã; Jariquara; Nuporanga; Patrocínio Paulista; Pedregulho; Restinga; Ribeirão Corrente; Santo Antônio da Alegria e São José da Bela Vista.</i>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG201108 Comitê Executivo de fruticultura do RN 858 fls. Mossoró BR/RN Melão Indicação de Procedência 17/09/2013</p> <p>A área geográfica que delimita a Indicação de "Procedência Mossoró" está localizada no oeste do Estado do Rio Grande do Norte entre os paralelos 4º 40' 55,2 " e 5º 52' 37,2" de Latitude Sul e entre os meridianos 36º 25' 22,8" e 37º 47' 42" de Longitude Oeste, compreendendo uma área de 8.340 km² segundo o IBGE. A área encontra-se a 250 km da zona metropolitana de Fortaleza e a 270 km de Natal. A área de produção delimitada abrange os municípios de Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Açú, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Mossoró, Porto do Mangue, Serra do Mel, Tibau e Upanema, todos do Estado do Rio Grande do Norte, tendo os seguintes limites geográficos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limite Norte: Oceano Atlântico; • Limite Sul: Extremo Sul de Açú, Upanema e Mossoró; • Limite Leste: Extremo sul de Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra e Ipanguaçu; • Limite Oeste: Extremo oeste de Baraúna, Mossoró e Tibau, que faz divisa com o Estado do Ceará. 	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>BR402012000005-5 Conselho Ass. Coop. Emp. Ent. Renda Renascença-Conarenda 240 fls. Cariri Paraibano BR/PB Renda renascença Indicação de Procedência 24/09/2013</p> <p>Mista A delimitação da área da Indicação de Procedência para a produção da Renda Renascença da região conhecida como "CARIRI PARAIBANO" corresponde aos limites políticos dos municípios de Monteiro, Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê, Prata, Sumé e Congo.</p>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>BR402012000006-3 Associação dos Vitivinicultores de Monte Belo do Sul 279 fls. Monte Belo BR/RS Vinhos e espumantes Indicação de Procedência 01/10/2013</p> <p>Mista A região delimitada de "Monte Belo" é uma área continua localizada nos municípios de Monte Belo, Bento Gonçalves e Santa Tereza, totalizando 56,09 km², tendo como pontos cardeais extremos as seguintes coordenadas: 29º04'36"S e 51º40'19"WGr ao Norte (Ponto 3); 29º11'41"S e 51º38'24"WGr ao Sul (Ponto 9); 29º09'00"S e 51º36'23"WGr a Leste (Ponto 2); 29º08'49"S e 51º44'22"WGr a Oeste (Ponto 6).</p>	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402012000004-7 <i>União das Associações e Cooperativas e Produtores de Cajuína do Piauí – PROCAJUÍNA</i> 372 fls. <i>Piauí</i> <i>BR/PI</i> <i>Cajuína</i> <i>Indicação de Procedência</i> 26/08/2014 <i>A região delimitada de “PIAUI”, é a área definida pelo Estado do Piauí que limita-se com o Oceano Atlântico e, seguindo no sentido horário, com os seguintes Estados: Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão.</i></p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR2012000003-9 <i>ORNAPESCA - Cooperativa P.P.A.P.O.M.A. Rio Negro</i> 938 fls. <i>Rio Negro</i> <i>BR/AM</i> <i>Peixes Ornamentais</i> <i>Indicação de Procedência</i> 09/09/2014 <i>A região delimitada “Rio Negro”, para efeito de indicação de procedência para peixes ornamentais, está inserida no Estado do Amazonas, sendo composta pelos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, conforme a declaração emitida pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (CEPAM), órgão do Ministério do Meio Ambiente.</i></p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402012000001-2 <i>Associação dos Produtores de Aguardente de Qualidade da Microrregião Abaíra</i> 385 fls. <i>Microrregião Abaíra</i> <i>BR/BA</i> <i>Aguardente de Cana do Tipo Cachaça</i> <i>Indicação de Procedência</i> 14/10/2014 <i>A área da Indicação Geográfica, na modalidade de Indicação de Procedência Microrregião Abaíra para o produto aguardente de cana, está localizada na região da Chapada Diamantina, estado da Bahia, abrangendo parte dos municípios da Abaíra, Jussiape, Mucugê e Piatã, totalizando uma área de 272.914,6971ha conforme documento oficial nº 01/2013-DPDAG-BA expedido pelo MAPA/SFA/BA-DPAG.</i></p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR2013000004-0 <i>Conselho das Cooperativas, Associações, Entrepósitos e Empresas de Afins a Apicultura do Pantanal do Brasil</i> 585 fls. <i>Pantanal</i> <i>BR/MS/MT</i> <i>Mel</i> <i>Indicação de Procedência</i> 10/03/2015 <i>A delimitação da área geográfica Pantanal corresponde ao bioma Pantanal que está presente em dois estados brasileiros, ocupa 25% do Mato Grosso do Sul e 7% do Mato Grosso.</i> <i>O Pantanal é subdividido em 11 pantanais, com suas respectivas delimitações:</i> <i>O Pantanal de Porto Murtinho posiciona-se ao longo do Rio Paraguai, tendo como limites Norte e Sul os Rios Aquidauana e Apa, respectivamente. Confinada entre a República do Paraguai e os relevos residuais do Complexo Rio Apa e Grupo Amongujá e tendo a Norte o Pantanal do Nabileque, essa unidade representa a extremidade meridional do Pantanal Sul-</i></p>	

	<p>mato-grossense.</p> <p>O Pantanal do Paraguai corresponde, em sua maior parte, à extensa planície de inundação do Rio Paraguai, desde a ilha do Caracará, nos limites do Pantanal de Cáceres, até as bordas do Maciço do Urucum, ao Sul de Corumbá.</p> <p>O Pantanal de Nabileque apresenta como limites: ao norte, o pantanal do Abobral, ao sul, a floresta chaquenha de Porto Murtinho; a leste, o pantanal de Miranda; e a oeste, as matas situadas na fronteira boliviano-paraguaia. Está sob a jurisdição de Corumbá, sendo um distrito do município. A área de Jacadiço é também incluída neste Pantanal.</p> <p>O Pantanal de Porto Miranda apresenta os seguintes limites: ao norte, o pantanal de Abobral; ao sul, as florestas chaquenhas do município de Porto Murtinho; a leste, o pantanal de Aquidauana; e a oeste, a Serra da Bodoquena e o pantanal de Nabileque.</p> <p>O Pantanal de Aquidauana apresenta como limites: ao norte, o pantanal da Nhecolândia; ao sul, a própria cidade de Aquidauana; a leste, a serra de Aquidauana; a oeste, os pantanais de Miranda e Abobral.</p> <p>O Pantanal do Abobral limita-se, ao norte, com a Nhecolândia; ao sul, com os pantanais de Miranda e Nabileque; a leste, com o pantanal de Aquidauana; e a oeste, com o rio Paraguai.</p> <p>O Pantanal da Nhecolândia é um dos maiores da área considerada. A imensa maioria de seu território está situada dentro do município de Corumbá, ficando apenas uma pequena parcela a leste sob jurisdição de Rio Verde de Mato Grosso. Segunda dados da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (1974), sua área é de 23.574 km². Seus limites são: ao norte, o pantanal do Paiaguás, sendo o rio Taquari o ponto de referência para a separação; ao sul, os pantanais de Abobral e Aquidauana, aparecendo o rio Negro como importante marco divisório; a leste, o planalto central, atingindo-se o mesmo através da serra da Alegria e desembocando-se na rodovia BR-163, de onde se atinge quase equidistantemente as cidades de Coxim e Rio Verde de Mato Grosso; a oeste, o rio Paraguai.</p> <p>O Pantanal de Paiaguás apresenta como limites, ao norte, o pantanal de Barão de Melgaço, servindo o rio Piquiri como marco divisório entre os dois; ao sul, os pantanais da Nhecolândia e o Paiaguás; a leste, a serra de São Jerônimo, no limite com o planalto central; e a oeste, as florestas dispostas na fronteira Brasil-Bolívia.</p> <p>O Pantanal de Barão de Melgaço apresenta como limites, ao norte, uma linha imaginária que cruza a própria cidade, ao sul, o pantanal de Paiaguás, ambos separados pelo rio Piquiri, a leste, o planalto central e, a oeste, o pantanal de Poconé, servindo aí o rio Cuiabá como divisor de águas.</p> <p>O Pantanal de Poconé limita-se, ao norte com a própria cidade de Poconé, zona mais alta de savana, ao sul com o rio São Lourenço, no limite com o pantanal de Paiaguás, a leste com o pantanal de Barão de Melgaço e a oeste com o rio Paraguai.</p> <p>O Pantanal de Cáceres apresenta como limites, ao norte, uma linha imaginária que cruza a própria cidade de Cáceres; ao sul, as lagoas Uberaba e Gaiba e a zona do Caracará, no limite com o pantanal de Poconé, na junção dos rios Cuiabá e Paraguai; a leste, o rio Paraguai; e a oeste, as florestas da fronteira boliviana.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402014000006-9 Associação Farroupilhense de Produtores de Vinhos Espumantes, Sucos e Derivados – AFAVIN 408 fls. Farroupilha BR/RS Vinho Fino Branco Moscatel, Vinho Moscatel Espumante; Vinho Frisante Moscatel; Vinho Licoroso Moscatel; Mistela Simples Moscatel; Brandy de Vinho Moscatel Indicação de Procedência 14/07/2015 A área geográfica contínua de 379,20 km² que tem como pontos extremos as coordenadas 29°03'18"S e 51°24'10"WGr ao Norte; 29°19'39"S e 51°20'04"WGr ao Sul; 29°17'55"S e 51°15'10"WGr ao Leste; e 29°14'17"S e 51°29'03"WGr a Oeste, incluindo integralmente o município de Farroupilha.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls.</p>	<p>BR402014000007-7 Associação dos Produtores da Tradicional Linguíça de Maracaju - APTRALMAR 360 fls.</p>	

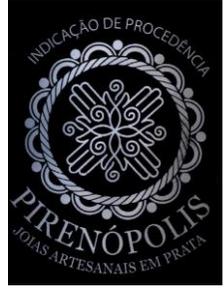
<p>Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>Maracaju BR/MS Linguiça Indicação de Procedência 24/11/2015 Partindo do ponto denominado M1, de coordenadas geográficas (S 21°01'51" W 55°14'45") cravado na margem do Ribeirão Taquarussu, na barra do Córrego Cangalha; deste segue por este córrego acima até sua mais alta cabeceira, no espigão do divisor de águas dos Rios Brilhante e Dois Irmãos do Buriti; deste segue por este espigão até o ponto confrontante com o afluente da margem esquerda do Rio Dois Irmãos (braço esquerdo), ponto M2, de coordenadas geográficas (S 20°59'56" W 55°16'24"); deste segue por este espigão, sentido nordeste, até a mais alta cabeceira do Rio Brilhante, ponto M3, de coordenadas geográficas (S 21°00'51" W 55°14'45"); deste segue por este Rio Brilhante abaixo até a barra do Rio Santa Maria, ponto M4, de coordenadas geográficas (S 20°49'54" W 54°49'49"); deste segue pelo Rio Santa Maria acima até a barra do Córrego Passa Cinco, de coordenadas geográficas (S 21°50'55,8" W 55°29'54"), deste segue por este córrego acima até sua mais alta cabeceira, ponto M5, de coordenadas geográficas (S 21°45'25" W 55°43'18"); deste segue em linha reta pelo divisor de águas até a mais alta cabeceira do Rio Feio, ponto M6, de coordenadas geográficas (S 21°47'08" W 55°43'32"); deste segue por este Rio abaixo até a Barra com o Rio Santo Antônio, ponto M7, de coordenadas geográficas (S 21°37'05" W 55°54'17"); deste segue por uma linha reta até a interseção com o paredão da Serra de Maracaju, ponto M8, de coordenadas geográficas aproximadas (S 21°47'06" W 55°43'32"), deste segue por este paredão até a referida barra do ponto inicial M1, fechado assim o perímetro descrito.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402013000006-6 Cooperativa dos Produtores de Açafração de Mara Rosa – COOPERAÇAFRÃO 563 fls. Região de Mara Rosa BR/GO Açafração Indicação de Procedência 02/02/2016 A área a ser considerada como indicação de procedência abrange os municípios de Mara Rosa, Amaralina, Formoso e Estrela do Norte, compreendida no fuso 22 possuindo o seguinte perímetro: do primeiro ponto, de coordenadas aproximadas 49°57'48"W e 13°41'58"S, que é o ponto da extremidade oeste da região limitada pelos municípios descritos acima, seguindo pela linha da divisa ao sul, tendo à esquerda o município de Mundo Novo e abaixo os municípios de Uirapuru, Santa Terezinha e Campos Verdes, até o segundo ponto na extremidade sul do município de Mara Rosa, com coordenadas 49°16'41"W e 14°12'48"S fazendo divisa com os municípios de Nova Iguaçu de Goiás e Alto Horizonte; seguindo rumo ao norte pela divisa dos municípios citados, tendo à direita o município de Campinorte até o terceiro ponto de coordenadas 48°48'37"W e 13°27'37"S no município de Formoso na divisa com Trombas; segue a partir daí rumo leste pela linha que limita a região delimitada até o quarto ponto com coordenadas 49°08'02"W e 13°40'30"S na divisa de Estrela do Norte e Mutunópolis, prosseguindo rumo leste até atingir o primeiro ponto, onde iniciou-se a descrição deste. Finalizando com uma área total do perímetro de aproximadamente 4.250 Km²</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402014000012-3 Instituto Bordado Filé das Lagoas de Mundaú-Manguaba 768 fls. Região das Lagoas Mundaú-Manguaba BR/AL Bordado Filé Indicação de Procedência 19/04/2016 O território corresponde a aproximadamente 252 km², abrangendo o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba e áreas na sua circunvizinhança.</p>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR402015000008-8 Associação dos Olericultores e Fruticultores de Carlópolis -APC 278 fls. Carlópolis BR/PR Goiaba Indicação de Procedência 17/05/2016 Municípios de Carlópolis e Ribeirão Claro, no Estado do Paraná	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR402014000001-8 Conselho do Café da Mogiana de Pinhal - COCAMPI 1258 fls. Região de Pinhal BR/SP Café Verde e Café Torrado e Moído Indicação de Procedência 19/07/2016 <i>“Os municípios que compõem a Região de Pinhal são Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim, Aguai, São João da Boa Vista, Água da Prata, Estiva Gerbi, Mogi Guaçu e Itapira, todos localizados no Estado de São Paulo. A região possui coordenadas extremas: Norte 21°49'6.33”S (município de Águas da Prata), Sul 22°35'9.66”S(município de Itapira), Leste 46°35'54.87”W (município de Santo Antônio do Jardim) e Oeste 47°14'31.52”W (município de Mogi Guaçu). Dentro da Região de Pinhal, o município de Espírito Santo do Pinhal é o maior produtor de café, sendo que já cultivava café em meados da década de 1980.ua área é de 394 km², a altitude da sede atinge 870 m. Encontra-se a uma latitude 22°11'00” sul e a uma longitude 46°44'00” oeste, com clima temperado, sujeito às variações moderadas; Seus limites são, ao norte com as cidades de Aguai, São João do Boa Vista e Santo Antônio do Jardim; ao sul, com Mogi Guaçu, Itapira e Jacutinga (MG); ao leste, com Jacutinga (MG) e Santo Antônio Jardim e a oeste, com Aguai e Mogi Guaçu. Sua distância é de 190 km da cidade de São Paulo capital do Estado. O Rio Mogi Guaçu corta o Município de Pinhal, no extremo sudeste, a partir da Fazenda Guataparã até a confluência do Rio Eleutério, que é a nossa divisa natural com o município de Itapira. Os rios do Espírito Santo do Pinhal pertencem às bacias hidrográficas do Mogi Guaçu e do Jaguari Mirim. O grande espigão central sobre o qual a cidade funcional como um dispersor de águas, que demandam as citadas bacias. A Região de Pinhal se localiza entre os contrafortes da face paulista da Serra da Mantiqueira, na parte noroeste do Estado de São Paulo e junto à fronteira estadual com Minas Gerais. Pertencem à grande morfoestrutura, conhecida por Planalto Atlântico. Neste vasto planalto, temos variações fisionômicas regionais, que possibilitam delimitar unidades geomorfológicas distintas. O relevo é composto por morros e cristas, com topos convexos, típica dos chamados “mares de morros”. As altitudes variam de leste para oeste, na divisa com o Estado de Minas Gerais estão entre 900 a 1.100 metros e, parte central, onde está a sede municipal, variam entre 800 a 900 metros. As rochas desta parte morfológica são constituídas por gnaisses e magmatitos e os solos são do tipo Cambissolos e Podzólicos vermelho-amarelado, sendo que nestes solos são comuns os afloramentos rochosos nas encostas mais inclinadas. São facilmente encontradas, ainda, grandes rochas arredondadas formadas pelas intempéries, chamadas matacões. Ao norte do Espírito Santo do Pinhal, um desses esporões recebe o nome local de Serra do Bebedouro, com altitudes que podem atingir 1.200 metros, onde esta Fazenda Santa Inês e vizinhanças. A Serra do Bebedouro serve, em alguns segmentos, de divisa estadual com Minas Gerais e, também, divisa com o município vizinho de Santo Antônio do Jardim. Ao sudeste está a Serra da Boa Vista, onde encontramos as fazendas Juventina, Floresta, Boa Vista, Funil, Guataparã e outras</i>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR402014000004-2 Associação dos Produtores de Inhame São Bento do Espírito Santo - APISBES 670 fls. Região São Bento de Urânia BR/ES Inhame Indicação de Procedência 20/09/2016 A área delimitada da Indicação de Procedência “Região São Bento de Urânia” para inhame abrange os municípios de Alfredo Chaves, Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante e Vargem Alta conforme laudo da delimitação da área.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR402015000003-7 Associação Norte Noroeste Paranaense dos Fruticultores - ANFRUT 604 fls. Marialva BR/PR Uvas Finas de Mesa Indicação de Procedência 27/06/2017 A área geográfica a ser protegida está restrita às regiões produtoras de uva dos municípios de Marialva e Sarandi, no estado do Paraná.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR402015000011-8 Associação dos Amigos da Erva Mate de São Mateus 1471 fls. São Matheus BR/PR Erva-mate Indicação de Procedência 27/06/2017 Municípios de Antônio Olinto, Mallet, Rebouças, Rio Azul, São Mateus do Sul e São João do Triunfo	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR402015000012-6 Cooperativa Agrofamiliar Solidária – COOFAMEL 458 fls. Oeste do Paraná BR/PR Mel de abelha Apis Melífera Escutelata (Apis Africanizada) - Mel de abelha Tetragonisca Angustula (Jataí) Indicação de Procedência 04/07/2017 A área geográfica denominada Oeste do Paraná corresponde à Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense, e que é composta pelos seguintes municípios: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São Jose das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Vera Cruz do Oeste.	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402015000002-9 Central das Cooperativas dos Produtores Familiares do Vale do Juruá - CENTRAL JURUÁ 766 fls. Cruzeiro do Sul BR/AC Farinha de Mandioca Indicação de Procedência 22/08/2017 A área geográfica delimitada para a indicação de procedência "Cruzeiro do Sul" é coincidente com a área da Regional Juruá, estando localizada na Região Oeste do Estado do Acre, abrangendo os municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul. Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.</p>	 <p>Cruzeiro do Sul</p>
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402015000001-0 Associação dos Produtores de Guaraná da Indicação Geográfica de Maués 981 fls. Maués BR/AM Guaraná Indicação de Procedência 16/01/2018 A área delimitada pela Indicação Geográfica Maués corresponde à área circunscrita na Região do Município de Maués, no Estado do Amazonas, excetuando-se a área da Terra Indígena Andirá-Maraú, localizada na porção nordeste do Município.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402014000011-5 Associação dos Produtores de Cacau do Sul da Bahia 2012 fls. Sul da Bahia BR/BA Amêndoas de cacau (<i>Theobroma cacao</i> L.) Indicação de Procedência 24/04/2018 Situada entre os paralelos 13°03' e 18°21' sul e os meridianos 38°51' e 40°49' a oeste de Greenwich, fazendo parte da área geográfica da Indicação de Procedência Sul da Bahia os seguintes municípios: Aiquara. Alcobaça, Almadina, Apuarema, Arataca. Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Boa Nova, Buerarema, Caatiba, Camacan, Camamú, Canavieiras, Coaraci, Cravolândia, Dário Meira, Eunápolis, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandú, Gongogi, Guaratinga, Ibicaraí, Ibicuí, Ibirapitanga, Ibirataia, Igrapiúna, Iguai, Ilhéus, Ipiaú. Itabela, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itagimirim, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itambé, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Itororó, Ituberá, Jaguaquara, Iequié, Jiquiriçá, Jitaúna, Jucuruçu, Jussari, Laje, Maraú, Mascote, Mucuri, Mutuípe, Nilo Peçanha, Nova Canaã, Nova Ibiá, Nova Viçosa, Pau Brasil, Pirai do Norte, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Tancredo Neves, Santa Cruz Cabráia, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Taperoá, Teolândia, Ubaíra, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca, Valença, Wenceslau Guimarães.</p>	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402015000010-0 Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda. 815 fls. Colônia Witmarsum BR/PR Queijo Indicação de Procedência 24/04/2018 A Colônia Witmarsum corresponde a delimitação da antiga Fazenda da Cancela no Município de Palmeira no Estado do Paraná. A Colônia Witmarsum se encontra na parte oriental do segundo planalto paranaense, não muito distante da escarpa conhecida regionalmente pela denominação Serrinha, Serra do Purunã e Serra das Almas. A Colônia é cortada pela Rodovia do Café (BR 376) e a BR 277 está à margem direita, entre os km 50 e 60. É constituída por um território de 7.800 hectares. Em uma latitude 25°25'46" sul e a uma longitude 50°00'23" oeste, e altitude de 865 metros.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402014000002-6 Associação dos Produtores de Socol de Venda Nova do Imigrante 626 fls. Venda Nova do Imigrante BR/ES Socol Indicação de Procedência 12/06/2018 A área a ser considerada como indicação de procedência está localizada na parte nordeste do município de Venda Nova do Imigrante, localizado no Estado do Espírito Santo abrangendo as regiões de: Alto Bananeiras, Bananeiras, Lavrinhas, Sede, Tapera, Alto Tapera, Santo Antônio da Serra e Providência.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402014000009-3 Associação dos Produtores de Derivados de Jabuticaba de Sabará 297 fls. Sabará BR/MG Derivados de jabuticaba: licor, geleia, molho, casca cristalizada e compota Indicação de Procedência 23/10/2018 Limites político-administrativos do Município de Sabará, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, e faz fronteira ao norte com o Município de Taquaraçu de Minas, ao sul com os Municípios de Nova Lima e Raposos, a leste com Caeté e a oeste com Belo Horizonte e Santa Luzia.</p>	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402014000010-7 Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu 589 fls. Tomé-Açu BR/PA Cacau Indicação de Procedência 29/01/2019 Limites do município de Tomé-Açu/PA.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402014000005-0 Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia 586 fls. Oeste da Bahia BR/BA Café verde em grãos, da espécie Coffea arábica Indicação de Procedência 14/05/2019 Abrange os terrenos com altitudes a partir de 700 metros, dos seguintes municípios: Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Catolândia, Baianópolis, Correntina, Jaborandi e Cocos.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402017000008-3 Associação Cultural e Ecológica dos Artesãos em Prata de Pirenópolis 533 fls. Pirenópolis BR/GO Jóias artesanais em prata Indicação de Procedência 09/07/2019 Limites do município de Pirenópolis/GO</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402017000003-2 Associação dos Produtores de Farinha de Mandioca da Região de Uarini 730 fls. Uarini BR/AM Farinha de mandioca Indicação de Procedência 27/08/2019 Limites dos municípios de Uarini, Alvarães, Tefé e Maraã, no estado do Amazonas</p>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>BR402015000009-6</i> <i>Associação de Turismo Doce Iguassu</i> <i>1520 fls.</i> <i>Capanema</i> <i>BR/PR</i> <i>Melado batido e melado escorrido</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>17/12/2019</i> <i>Integralmente localizada no município de Capanema no estado do Paraná, o qual possui as seguintes delimitações: ao norte com os municípios de Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Céu Azul e Capitão Leônidas Marques com as quais faz divisa pelo Rio Iguassu; ao sul com o município de Planalto com o qual possui divisa seca e divisa pelo Rio Lajeado Liso; a leste com o município de Realeza com o qual faz divisa pelo Rio Capanema; a oeste com o município de Comandante Andresito da Província de Misiones, Argentina, com o qual faz divisa pelo Rio Santo Antonio, fechando assim o perímetro com uma área total de 419,403 km².</i>	Capanema
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>BR402017000009-1</i> <i>Associação dos Produtores de Vinhos Finos da Campanha Gaúcha</i> <i>645 fls.</i> <i>Campanha Gaúcha</i> <i>BR/RS</i> <i>Vinho fino branco tranquilo; Vinho fino rosado tranquilo; Vinho fino tinto tranquilo; Vinho espumante fino</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>05/05/2020</i> <i>Área geográfica contínua de 44.365km² que inclui integralmente a área dos municípios de Aceguá, Barra do Quaraí, Candiota, Hulha Negra, Itaqui, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento e Uruguaiana; integralmente a área dos distritos de Alegrete (pertencente ao município de Alegrete); de Bagé, Piraí e José Otávio (pertencentes ao município de Bagé); de Dom Pedrito (pertencente ao município Dom Pedrito); de Ibaré (pertencente ao município de Lavras do Sul), de Maçambará, Bororé e Encruzilhada (pertencentes ao município de Maçambará); parcialmente a área do distrito de Torquato Severo, pertencente ao município Dom Pedrito; e parcialmente a área do distrito de Joca Tavares, pertencente ao município de Bagé.</i>	Campanha Gaúcha
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>BR402017000004-0</i> <i>Associação dos Produtores de Abacaxi da Região de Novo Remanso</i> <i>913 fls.</i> <i>Novo Remanso</i> <i>BR/AM</i> <i>Abacaxi</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>09/06/2020</i> <i>Compreende os territórios das comunidades de Novo Remanso e Vila do Engenho no município de Itacoatiara e a comunidade de Caramuri no município de Manaus, com áreas de cultivo no território do município de Rio Preto da Eva do estado do Amazonas.</i>	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402018000001-9 Comitê Regional das Associações e Cooperativas Artesanais do Seridó 549 fls. Caicó BR/RN Bordado Indicação de Procedência 23/06/2020 Limites geopolíticos dos municípios de Caicó, Timbaúba dos Batistas, São Fernando, Serra Negra do Norte, Acari, São João do Sabugi, Jardim do Seridó, Ipueira, Cruzeta, São José do Seridó, Jucurutu e Ouro Branco.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402018050006-2 Sindicato das Indústrias de Produtos Cerâmicos de Louça, de Pó, de Pedra, Porcelana e da Louça de Barro de Porto Ferreira 788 fls. Porto Ferreira BR/SP Cerâmica artística Indicação de Procedência 08/09/2020 Perímetro urbano do município de Porto Ferreira, SP.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402019000013-5 Associação dos Cafeicultores do Campo das Vertentes 1045 fls. Campo das Vertentes BR/MG Café em grão verde, café industrializado na condição de torrado em grão e moído Indicação de Procedência 24/11/2020 A delimitação da área geográfica é representada pelos 17 (dezesete) municípios que compõem a área de abrangência do CAMPO DAS VERTENTES, conforme Portaria IMA nº 1.920/2019: Bom Sucesso, Camacho, Campo Belo, Cana Verde, Candeias, Carmo da Mata, Conceição da Barra de Minas, Ibituruna, Nazareno, Oliveira, Perdões, Ritópolis, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Francisco de Paula, São João del Rei, São Tiago.</p>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>BR402018000002-7</i> <i>Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas</i> <i>4.678 fls.</i> <i>Matas de Minas</i> <i>BR/MG</i> <i>Café em grãos crus, beneficiados, torrados e torrados e moídos</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>15/12/2020</i> <i>Municípios de Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Araponga, Caiana, Cajuri, Canaã, Caparaó, Caputira, Carangola, Caratinga, Chalé, Coimbra, Conceição de Ipanema, Divino, Durandé, Entre Folhas, Ervália, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Imbé de Minas, Inhapim, Jequeri, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Miradouro, Mirai, Muriaé, Mutum, Orizânia, Paula Cândido, Pedra Bonita, Pedra Dourada, Piedade de Caratinga, Porto Firme, Raul Soares, Reduto, Rosário da Limeira, Santa Bárbara do Leste, Santa Margarida, Santa Rita de Minas, Santana do Manhuaçu, São Domingos das Dores, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, São Miguel do Anta, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, Sericita, Simonésia, Teixeiras, Tombos, Ubaporanga, Vargem Alegre, Vermelho Novo, Viçosa, Vieiras; todos situados ao leste do Estado de Minas Gerais.</i>	Matas de Minas
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>BR402019000009-7</i> <i>Associação dos Produtores de Bala de Banana de Antonina e Morretes</i> <i>585 fls.</i> <i>Antonina</i> <i>BR/PR</i> <i>Bala de banana</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>29/12/2020</i> <i>A área geográfica delimitada para a Indicação de Procedência Antonina é composta pelo município de Antonina na íntegra.</i>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>BR402018050007-0</i> <i>Associação dos Produtores de Leite e Queijo do Marajó</i> <i>2.124 fls.</i> <i>Marajó</i> <i>BR/PA</i> <i>Queijo</i> <i>Indicação de Procedência</i> <i>23/03/2021</i> <i>Compreende os municípios de Chaves (0°09'50" de latitude sul e 49°59'13" de longitude oeste), Soure (0°43'49" de latitude sul e 48°30'05" de longitude oeste), Salvaterra (0°45'30" de latitude sul e 48°30'50" de longitude oeste), Santa Cruz do Arari (0°39'39" de latitude sul e 49°10'37" de longitude oeste), Ponta de Pedras (1°23'45" de latitude sul e 48°51'57" de longitude oeste), Muaná (1°32'21" de latitude sul e 49°13'20" de longitude oeste) e Cachoeira do Arari (1°0'16" de latitude sul e 48°57'27" de longitude oeste), que fazem parte da base territorial do Arquipélago do Marajó, mais especificamente nos chamados Campos do Marajó, Microrregião do Arari, Mesorregião Marajó, no Estado do Pará.</i>	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402020000002-7 Federação dos Cafés do Estado do Espírito Santo 848 fls. Espírito Santo BR/ES Café conilon Indicação de Procedência 11/05/2021 Limites geopolíticos do estado do Espírito Santo.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402019000001-1 Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas dos Caetés 779 fls. Bragança BR/PA Farinha de mandioca Indicação de Procedência 18/05/2021 Delimitação geopolítica dos municípios de Augusto Corrêa-PA, Bragança-PA, Santa Luzia do Pará-PA, Tracuateua-PA e Viseu-PA.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402020000003-5 Associação dos Fabricantes e Artesões de Redes de Jaguaruana 902 fls. Jaguaruana BR/CE Redes Indicação de Procedência 25/05/2021 Compreendida em toda a extensão territorial do município de Jaguaruana, município brasileiro localizado na região do Vale do Jaguaribe no estado do Ceará.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402018000004-3 Associação da Indústria e Comércio de Chocolates Caseiros de Gramado 410 fls. Gramado BR/RS Chocolate artesanal Indicação de Procedência 15/06/2021 Limites geopolíticos do município de Gramado, no Rio Grande do Sul.</p>	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402020000008-6 Vinhos de Altitude – Produtores e Associados 646 fls. Santa Catarina BR/SC Vinhos: vinho fino, vinho nobre, vinho licoroso, espumante natural e vinho moscatel espumante; e o brandy Indicação de Procedência 29/06/2021 A delimitação da área geográfica da Indicação de Procedência dos Vinhos de Altitude de Santa Catarina é única, contínua e está entre os paralelos e meridianos de 26°31'43,301"S, 51°54'1,015"W e 28°38'20,92"S, 48°54'27,098"W. Abrange totalmente a área territorial de 29 municípios de Santa Catarina, com área de 19.676 km2, correspondendo a 20% do território catarinense. O limite da área geográfica em questão é estabelecido pelos limites político-administrativos dos municípios que a compõe, conforme definidos pelo IBGE (2018), a seguir discriminados: Água Doce, Anitápolis, Arroio Trinta, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Brunópolis, Caçador, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Lages, Macieira, Paineira, Pinheiro Preto, Rancho Queimado, Rio das Antas, Salto Veloso, São Joaquim, São José do Cerrito, Tangará, Treze Tílias, Urubici, Urupema, Vargem Bonita e Videira.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR402020000006-0 Associação das Empresas do Turismo e do Artesanato de Resende Costa 1.696 fls. Resende Costa - MG BR/MG Artesanatos têxteis produzidos por tear manual e produção manual Indicação de Procedência 10/08/2021 Zona rural e urbana do município de Resende Costa - MG, nos limites oeste da longitude -44.250, leste da longitude -44.000, sul da latitude -21.000 e norte da latitude -20.750.</p>	

Total – 68 IP
Nacionais – 68

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: DENOMINAÇÕES DE ORIGEM RECONHECIDAS

DADOS BIBLIOGRÁFICOS		REPRESENTAÇÃO
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG970002 Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes 58 fls. Região dos Vinhos Verdes PT Vinhos Denominação de Origem 10/08/1999 Região demarcada dos vinhos verdes é a maior região vinícola de Portugal e uma das mais antigas, a qual engloba grande parte do chamado noroeste português, com uma superfície total de 823.034 hectares, dos quais 24.927 ocupados pelas vinhas, que se espalham por 45 conselhos dos Distritos de Aveiro, Braga, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Ela praticamente cerca a cidade do Porto. Ao norte, vai até o Rio Minho, fronteira com a Espanha, e se estende ao Sul do Rio Douro. A oeste, chega ao Atlântico e a leste, quase encosta na Região do Douro.</p>	<p>Região dos Vinhos Verdes</p>
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG980001 Bureau National Interprofessionel du Cognac 197 fls. Cognac FR Destilado vínico ou aguardente de vinho Denominação de Origem 11/04/2000 DEPARTAMENTO DE CHARENTE-INFERIEURE Distrito de Rochefort: todas as municipalidades Distrito de Marennes: todas as municipalidades Distrito de Saintes: todas as municipalidades Distrito de Saint-Jean-d'Angély: todas as municipalidades Distrito de Jonzac: todas as municipalidades Distrito de la Rochelle: Cantão de Ars: todas as municipalidades Cantão de la Jarie: todas as municipalidades Cantão de la Rochelle Este: todas as municipalidades Cantão de la Rochelle Oeste: todas as municipalidades Cantão de Saint-Martin: todas as municipalidades Cantão de Courçon: as municipalidades de Angliers, Benon, Courçon, Cramchaban, Ferrières, le Gué-Alléré, la Laigne, Nuailié, Saint-Cyr-du- Doret, Saint-Jean-de-Liversay, Saint-Martin-de-Villeneuve, Saint-Sauveur-de-Nuailié. Cantão de Marrans: as municipalidades de Longèves, Saint-Ouen, Villedoux. DEPARTAMENTO DE CHARENTE Distrito Cognac: todas as municipalidades</p>	<p>Cognac</p>

	<p><i>Distrito de Barbezieux: todas as municipalidades</i> <i>Distrito de Angoulême:</i> <i>Cantão de Angoulême (1º cantão): todas as municipalidades</i> <i>Cantão de Angoulême (2º cantão): todas as municipalidades</i> <i>Cantão de Blanzac: todas as municipalidades</i> <i>Cantão de Hierzac: todas as municipalidades</i> <i>Cantão de Rouillac: todas as municipalidades</i> <i>Cantão de Saint-Amant-de-Boixe: todas as municipalidades</i> <i>Cantão de Villebois-la-Valette: Todas as municipalidades</i> <i>Cantão de la Rochefoucauld: as municipalidades de Agris, Brie, Bunzac, Chazelles, Coulgens, Jauldes, Pranzac, Rancogne, Rivières, la Rochette, Saint-Projet-Saint-Constant.</i> <i>Cantão de Montbron: as municipalidades de Charras, Feuillade, Grassac, Mainzac, Monthon, Saint-Germain, Souffrignac.</i> <i>Distrito de Ruffec:</i> <i>Cantão de Aigre: todas as municipalidades.</i> <i>Cantão de Ruffec: as municipalidades de Villegats e de Verteuil.</i> <i>Cantão de Mansle: as municipalidades de Aunac, Bayers, Celettes, Chenon, Fontclaireau, Fontenille, Juillé, Lichères, Lonnes, Mansles, Mouton, Moutonneau, Puyréaux, Saint-Amand-de-Bonnieure, Saint-Angeau, Saint-Ciers, Saint-Colombe, Saint-Front, Saint-Groux, Valence, Villongnon.</i> <i>Cantão de Villefagnan: as municipalidades de Brettes, Courcôme, Longré, Raix, Souvigné, Tuzie, Villefagnan.</i> DEPARTAMENTO DA DORDOGNE <i>Distrito de Ribérac:</i> <i>Cantão de Saint-Aulaye: as municipalidades de Chenaud, Parcol, Puymangou, la Roche-Chalais, Saint-Aulaye, Saint-Michel-de-Rivière.</i> DEPARTAMENTO DE DEUX-SÈVRES <i>Distrito de Niort:</i> <i>Cantão de Mauzé: as municipalidades de Bourdet, Prin-Deyrançon, Petit-Breuil-Doyrançon, Mauzé-sur-le-Mignon, Priaires, la Rochénard, Usseau.</i> <i>Cantão de Beauvoir-sur-Niort: as municipalidades de Beauvoir-sur-Niort, Belleville, la Charrière, le Cormenier, la Foye-Montjault, Granzay, Gript, Prissé, la Revêtizon, Saint-Etienne-la-Cigogne, Saint-Martin-d' Augé, Thorigny.</i> <i>Distrito de Melle:</i> <i>Cantão de Brioux-sur-Boutone: a municipalidade de Vert.</i></p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG200101 Consortio Per la Tutela Del Franciacorta 136 fls. Franciacorta IT Vinhos, vinhos espumantes e bebidas alcoólicas Denominação de Origem 21/10/2003 <i>Da margem da lagoa segue o limite do município do Paratico até encontrar o limite do município de Capriolo que segue até encontrar o limite do município de Adro, daí o limite do município de Erbusco até a interseção com o limite do município de Cologne. Segue este até encontrar a estrada Bergamo-Brescia que segue até a interseção com o limite do município de Ospitaletto. Segue o limite deste município ao norte ate inserir-se com o limite do município de Castegnato. Segue o limite do município de Castegnato até encontrar o limite do município Gussago, daí Cellatica e ainda Gussago, inserindo-se nos limites do município de Brione, daí no limite do município de Polaveno até a interseção do município de Iseo que segue até a lagoa. Segue a borda da lagoa até Paratico". "Na região estão incluídos os territórios dos seguintes</i></p>	

	<i>municípios: Paratico, Capriolo, Adro, Erbusco, Corte Franca, Iseo, Polaveno, Brione, Ome, Monticello Brusati, Cellatica, Gussavo, Rodengo Saiano, Castegnato, Paderno Franciacorta, Passirano, Provaglio d' Iseo; como também o território que se encontra ao norte da estrada Bergamo-Brescia dos seguintes municípios: Cologne, Cocusglio, Rovato, Cazzago S. Martino.</i>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>IG980003 Consorzio del Prosciutto di San Daniele 605 fls. San Daniele IT Coxas de suínos frescas, presunto defumado e cru Denominação de Origem 07/04/2009 Friuli-Veneza-Giulia, Veneto, Lombardia, Piemonte, Emilia-Romagna, Úmbria, Toscana, Marche, Abruzzo e Lazio.</i>	San Daniele
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<i>IG200801 Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho – APROARROZ 812 fls. Litoral Norte Gaúcho BR/RS Arroz Denominação de Origem 24/08/2010 O polígono demarcado inicia-se no ponto de coordenadas 29° 52' 48,00" S / 50° 04' 31,00" W (ponto 1), que corresponde ao limite dos municípios de Osório e Imbé na faixa de praia sobre o Oceano Atlântico. Segue na direção sudoeste tendo como limite leste o Oceano Atlântico até o extremo sul do município de São José do Norte, junto ao início do molhe leste da foz da Laguna dos Patos, com coordenadas aproximadas 32° 08' 47,00" S / 52° 04' 40,00" W (ponto 2). Retorna, inicialmente no rumo aproximado norte e, posteriormente nordeste, acompanhando as sinuosidades de toda a margem leste da referida Laguna, até o Pontal do Anastácio, na margem leste da entrada da Lagoa do Casamento, com coordenadas 30° 21' 58,00" S / 50° 43' 45,00" W (ponto 3). Contorna toda a margem da Lagoa do casamento até o Pontal dos Abreus, coordenadas 30° 19' 45,00" S / 50° 46' 53,00" (ponto 4) de onde segue em direção ao Pontal das Desertas já na Laguna dos Patos (30° 26' 23,00" S / 50° 54' 09,00" W (ponto 5), toma então o rumo leste até o Parque Estadual de Itapuã, junto ao encontro da Laguna com o Morro da Grota, com coordenadas 30° 23' 10,00" S / 51° 02' 23,00" W (ponto 6). A partir daí a área segue limitada pelo relevo no rumo nordeste passando inicialmente entre o Morro da Grota e a Lagoa Negra, seguindo por aproximadamente 95 km o contorno descrito pela intersecção da linha das lombas (Lombas do Viamão) e das várzeas a leste, até a intersecção da Serra Geral com a Lagoa dos Barros (coordenadas 29° 52' 28,00" S / 50° 25' 26,00" W – ponto 7). A partir daí o limite é dado pela BR-290 margeando a Lagoa dos Barros e a Serra Geral, até o viaduto da RS-030, na coordenada 29° 53' 38" S / 50° 17' 03" W (ponto 8). Daí toma a direção sudeste sobre a RS-030 até o viaduto com a RS-389 (Estrada do Mar), com coordenadas 29° 54' 45,00" S / 50° 16' 12,00" W (ponto 9). A partir daí toma o rumo aproximadamente leste/nordeste pela RS-389 por cerca de 14 km até as coordenadas 29° 52' 19,50" S / 50° 08' 19,00" W (ponto 10). Toma então o rumo norte até o extremo sul da Lagoa Caieira nas coordenadas 29° 52' 07,00" S / 50° 08' 20,00" W (ponto 11), a partir de onde margeia a referida lagoa no rumo nordeste até o canal que interliga a mesma com a Lagoa do Passo nas coordenadas 29° 51' 38,50" S / 50° 07' 57,00" W (ponto 12). Segue por este canal até a Lagoa do Passo (coordenadas 29° 51' 39,50" S / 50° 07' 23,00" W – ponto 13), de onde passa a mear a mesma direção sudeste até o canal São Pedro (coordenadas 29° 51' 15,00" S / 50° 06' 7,50" W – ponto 14). Toma então rumo sul pela margem oeste do canal até a ponte da RS-389 sobre o referido canal (coordenadas 29° 52' 23,50" S / 50° 06' 08,00" W – ponto 15) por onde segue no rumo leste sobre a estrada até o ponto de coordenadas 29° 52' 26,30" S / 50° 05' 30,00" W (ponto 16) no início da bifurcação de RS-389 com a RS-786. Daí segue uma linha reta na direção sudeste até o ponto 1 (coordenadas 29° 52' 48" S / 50° 04' 31" W), fechando o polígono.</i>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG200907 Associação dos Carcinicultores da Costa Negra 1157 fls. Costa Negra BR/CE Camarões marinhos cultivados da espécie <i>Litopenaeus Vannamei</i> Denominação de Origem 16/08/2011 Área aproximada de 428,74 km², na região do Baixo Acaraú, englobando o território dos municípios de Acaraú, Cruz e Itarema, no Estado do Ceará.</p>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG201013 Instituto do Vinho do Douro e Porto 200 fls. Porto PT Vinho generoso (vinho licoroso) Denominação de Origem 17/04/2012 Situada no nordeste de Portugal, na bacia hidrográfica do Douro, rodeada de montanhas que lhe dão características mesológicas e climáticas particulares, a região estende-se por uma área total de 250 000 ha, estando dividida em três sub-regiões naturalmente distintas: Baixo Corgo – No distrito de Vila Real contemplando várias freguesias, Viseu também contemplando várias freguesias; Cima Corgo – No distrito de Vila Real e Viseu de forma a contemplar várias freguesias dos referidos distritos e, Douro Superior – No distrito de Bragança e Guarda de modo a contemplar diversas freguesias. Essas características existentes na região do Douro são condicionadoras do aproveitamento econômico dos recursos naturais e das atividades aí desenvolvidas. A área de vinha assume maior importância no Baixo Corgo, onde ocupa cerca de 29,9% da área desta sub-região. O Cima Corgo estende-se para montante até ao Cachão da Valeira, tendo menor importância a área cultivada de vinha. O Douro Superior prossegue até à fronteira com Espanha.</p>	<p style="text-align: center;">Porto</p>
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG201004 Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro – SINDGNAISSES 612 fls. Região Pedra Carijó Rio de Janeiro BR/RJ Gnaisse fitado milonítico de coloração branca e pontos vermelhos de diâmetro geral inferior a 1 centímetro. Nas pedreiras é feito o deslocamento da rocha em lajes brutas de 50x50x8cm. nas serrarias estas lajes são beneficiadas produzindo as lajinhas comercializadas. Denominação de Origem 22/05/2012 A região foi delimitada com base em critérios geológicos e está localizada na região noroeste do estado do Rio de Janeiro, possuindo coordenadas extremas: Norte 20°45'44"S, Leste 41°44'25"W, Sul 21°42'48"S e Oeste 42°21'57"W</p>	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço	<p>IG201005 Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro – SINDGNAISSES 615 fls. Região Pedra Madeira Rio de Janeiro BR/RJ Gnaisse fitado milonítico de coloração clara com quatro variedades de cor: branca, rosa, verde e amarela. Nas pedreiras é feito o deslocamento da rocha em lajes brutas de 50x50x8cm. Nas serrarias estas lajes são beneficiadas produzindo as lajinhas comercializadas.</p>	

Espécie Data do registro Delimitação	<i>Denominação de Origem</i> 22/05/2012 Mista A região foi delimitada com base em critérios geológicos e está localizada na região noroeste do estado do Rio de Janeiro possuindo coordenadas extremas: Norte 21°07'06"S, Leste 41°47'28"W, Sul 21°42'48"S e Oeste 42°18'02"W.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG201006 <i>Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro – SINDGNAISSES</i> 624 fls. <i>Região Pedra Cinza Rio de Janeiro</i> BR/RJ <i>Gnaisse fitado milonítico de coloração cinza possuindo 3 variedades: "Olho de pombo", "Pinta Rosa" e "Granito Fino". Nas pedreiras é feito o deslocamento da rocha em lajes brutas de 50x50x8cm. nas serrarias estas lajes são beneficiadas produzindo as lajinhas comercializadas.</i> <i>Denominação de Origem</i> 22/05/2012 Mista A região foi delimitada com base em critérios geológicos e está localizada na região noroeste do estado do Rio de Janeiro, possuindo coordenadas extremas: Norte 20°47'28"S, Leste 41°51'14"W, Sul 21°39'42"S e Oeste 42°21'58"W.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG201101 <i>União dos Produtores de Própolis Vermelha do Estado de Alagoas</i> 291 fls. <i>Manguezais de Alagoas</i> BR/AL <i>Própolis vermelha e extrato de própolis vermelha</i> <i>Denominação de Origem</i> 17/07/2012 O polígono corresponde ao limite dos municípios pertencentes ao litoral de Alagoas, e inicia-se no ponto de coordenadas 08°00'45,43"S/35°08'44,60"W, (ponto 1), o qual corresponde ao limite do município de Maragogi na faixa de praia sobre o Oceano Atlântico, na direção sudoeste, tem-se o ponto de coordenadas 10°27'29,85"S, 36°24'32,7"W (ponto 2), limite do município de Piaçabuçu, o qual faz fronteira com o município de Penedo e o Estado de Sergipe através da foz do Rio São Francisco, seguindo para o ponto de 10°14'38,86"S/ 36°39'09,21"W (ponto 3). Este é limitado pelo município de Igreja Nova, segue-se para o ponto de coordenadas 10°02'00,38"S/ 36°26'59,38"W (ponto 4), o qual pertence ao município de Coruripe, limitando-se com o município de Igreja Nova e Teotônio Vilela, de onde segue em direção para o ponto de coordenadas 9°54'29,14"S/ 36° 08'40,45"W (ponto 5) pertencente ao município de Barra de São Miguel, que faz fronteira com os municípios de Campo Alegre, São Miguel dos Campos e Roteiro. O ponto seguinte toma a direção das coordenadas 09°44'19,92"S/ 36°14'55,32"W (ponto 6) e pertencente ao município de São Miguel dos Campos, seguindo em direção ao ponto de coordenadas 09°41'47,16"S/ 36°01'36,75"W (ponto 7), pertencente ao município de Marechal Deodoro. Este limita-se com os municípios de Pilar e Boca da Mata, seguindo em direção ao ponto de coordenadas 09°35'41"S/ 48°10'11,67"W (ponto 8). A partir daí o limite é dado pelo ponto de coordenadas 09°30'47"S/ 41°56'39,19"W (ponto 9), pertencente ao município de Pilar, o qual faz limite com o município de Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, os quais fazem fronteira com a lagoa e limitam-se também com os municípios de Rio Largo, Satuba e Marechal Deodoro. O ponto de coordenadas 09°21'35,09"S/ 41°54'38,31"W (ponto 10), pertencente ao município de Rio Largo, o qual limita-se com os municípios de Satuba e Maceió. Daí segue-se para o ponto de coordenadas 09°21'57"S/ 35°41'04,72"W (ponto 11), o qual pertence a intersecção dos municípios de Maceió, Barra de Santo Antônio e São Luis do Quintude. A partir daí segue para o ponto de 09°07'28,88"S/ 35°43'19,08"W (ponto 12), pertencente ao município de São Luis do Quitunde. Segue-se ao ponto de coordenadas 09°15'09,24"S/ 35°34'37,12"W (ponto 13), pertencente ao município de São Miguel dos Milagres, o qual limita-se com os municípios de São Luis do Quitunde, Passo do Camaragibe e Barra de Santo Antônio. A partir daí, toma-se a direção do ponto de coordenadas 09°11'19,67"S/	

	<p>35°27'47,03"W (ponto 14), pertencente ao outro extremo do município de São Miguel dos Milagres, o qual faz intersecção com os municípios de São Luis do Quitunde, passo do Camaragibe e segue em direção ao ponto de coordenadas 09°01'00,26"S/ 35°39'25,81"W (ponto 15), pertencente ao município de Matriz de Camaragibe. Este faz fronteira com os municípios de Porto Calvo, Passo de Camaragibe e Porto de Pedras. A partir daí segue rumo para o ponto de coordenadas 08°55'11,63"S/ 35°26'25,51"W (ponto 16), o qual pertence ao município de Porto Calvo, seguindo em direção ao ponto de coordenadas 08°51'37,91"S/35°21'03,26"W (ponto 17), pertencente ao outro extremo do município de Maragogi. Segue-se para o ponto de coordenadas 08°00'45,43"S/35°08'44,60"W (ponto 1), assim fechando o polígono.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG201106 Napa Valley Vitners Association 73 fls. Napa Valley US Vinhos Denominação de Origem 11/09/2012 A Região vitivinícola de Napa Valley está localizada no Estado da Califórnia/USA, cerca de 60 milhas ao norte de São Francisco, limitada por montanhas em ambos os lados, se estendendo por 30 milhas em direção noroeste, sua extensão variando de 5 milhas em seu ponto amplo, perto da cidade de Napa, a apenas uma milha, de onde o vale se estreita perto da cidade de Calistoga. A região delimitada encontra seus limites entre as linhas do Condado de Napa - Condado de Lake. Putah Creek e as Costas Oestes e Sul do Lago Berryessa; Condado de Napa - Condado de Solano e, Condado de Napa – Condado de Sonom.</p>	Napa Valley
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>IG201008 Assoc. Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos - APOVALE 307 fls. Vale dos Vinhedos BR/RS Vinho e espumantes Denominação de Origem 25/09/2012 A área geográfica delimitada da região de Denominação de Origem Vale dos Vinhedos possui 72,45 km2 e está localizada, aproximadamente, entre as latitudes 29°08' e 29°15' S e longitudes 51°30' e 51°39' WGr, sendo 61,07% no município de Bento Gonçalves, 33,49 % no município de Garibaldi e 5,44 % no município de Monte Belo do Sul. O limite da DOVV é a linha do divisor de águas do sistema de drenagem dendrítico de quarta (4ª) ordem com alta densidade ou textura fina, formado pelo Arroio Vale dos Vinhedos e pelo Arrolo Leopoldina, de terceira ordem, que nascem nas áreas mais elevadas a sudeste da região, descrita a seguir: norte, na crista e patamar de vertente da Linha Eulália; seguindo para nordeste e leste, nas cristas e patamares de vertente da cidade de Bento Gonçalves; seguindo para leste, na crista e patamar de vertente da Linha Tamandaré; seguindo para sul, nas cristas e patamares de vertente da cidade de Garibaldi e da Linha Garibaldina; seguindo para sudoeste e oeste, nas cristas e patamares de vertente da Linha Graciema e da Linha Leopoldina; seguindo pelo oeste, no patamar da cidade de Monte Belo do Sul; seguindo para noroeste, na crista e patamar de vertente da Linha Fernandes Lima; seguindo pelo noroeste o limite é a linha que marca a ruptura da paisagem, caracterizada pelo patamar do derrame com declividade de 45% em altitude igual ou superior a 400m, até encontrar a crista e patamar de vertente da Linha Eulália. Nesse setor, em situações geográficas específicas, a linha delimitatória seguiu o traçado da declividade imediatamente inferior, quando a declividade de 45% ocorria de forma descontínua e a cobertura do solo era de mata nativa contínua, e manteve na região delimitada a área agricultada contínua, seguindo a altitude imediatamente inferior a 400m e declividade inferior a 45%.</p>	Vale dos Vinhedos

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG201102 <i>Comté Interprofessionnel Du Vin de Champagne</i> 231 fls. <i>Champagne</i> FR <i>Vinhos espumantes</i> <i>Denominação de Origem</i> 11/12/2012 <i>A zona de produção de uvas que entram na composição do "CHAMPAGNE", bem como na sua elaboração, está limitada àquela região denominada "CHAMPAGNE". a produção da uva e a fabricação dos vinhos devem ser efetuadas na área geográfica que reagrupa propriedades delimitadas de 319 comunas dos departamentos de Marne, de Aisne, de Aube, de Haute-Marne e de Seine-et-Marne. a superfície total da área de produção é de 34.200 hectares. a área da denominação de origem CHAMPAGNE inclui as comunas supra mencionadas, bem como as comunas vizinhas àquelas em que os vinhos de CHAMPAGNE possam ser elaborados. Ela se estende sobre aproximadamente 150 quilômetros do norte ao sul, a 100 quilômetros ao nordeste de Paris.</i></p>	Champagne
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG200102 <i>Conf. Gen. des Prod. Lait de Brebis et des Ind. de Roquefort</i> 148 fls. <i>Roquefort</i> FR <i>Queijo</i> <i>Denominação de Origem</i> 28/05/2013 <i>A produção do leite de ovelha e a fabricação dos queijos devem ser efetuadas na área geográfica que se estende: à totalidade das comunas dos seguintes departamentos: Alpes-maritimes, Aveyron, Aude, Bouches-du- Rhône, Haute-Corse, Course-du-sud, Gard, Gers, Gironde, Hérault, Lot-et-Garonne e Var, assim como às Comunas do Cantão e dos distritos abaixo enumerados que pertencem aos seguintes departamentos: Alpes-de-Haute-Provence: distritos de Barcelonnette e de Castellane; Dordogne; distritos de Bergerac e Sarlet-la-Canéda; Haute-Garonne: distrito de Toulouse; Landes: cantão de Villeneuve-se-Marsan, no distrito de Mont-de-Mar; Lot: distrito de Cahors.</i></p>	Roquefort
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	<p>IG201011 <i>Federação dos Cafeicultores do Cerrado</i> 1185 fls. <i>Região do Cerrado Mineiro</i> BR/MG <i>Café verde em grão e café industrializado torrado em grão ou moído</i> <i>Denominação de Origem</i> 31/12/2013 <i>A região delimitada "Região do Cerrado Mineiro" é a área definida pela portaria 165/95, de 27 de abril de 1995 do Instituto Mineiro de Agropecuária, compreendendo as áreas geográficas delimitadas pelos paralelos 16°37' a 20°13' de latitude e 45°20' a 48°48' de longitude abrangendo as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Alto São Francisco e do Noroeste.</i> <i>A área de atuação do Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado Mineiro (CACCCER), hoje Federação dos Cafeicultores do Cerrado, está localizada na região demarcada denominada "Região do Cerrado Mineiro", através da portaria nº 561 de 17/12/2002 do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária, vinculado a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais.</i></p>	

Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR412013000002-0 Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel – APOMEL 660 fls. Ortigueira BR/PR Mel de abelha – Apis Mellífera Denominação de origem 01/09/2015 A área delimita-se pela extensão territorial do município de Ortigueira, Região Centro-Oeste do Estado do Paraná, conforme descrição perimétrica no documento oficial de delimitação.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR412013000005-4 FEMAP - Federação Mineira de Apicultura 831 fls. Região da Própolis Verde de Minas Gerais BR/MG Própolis Verde Denominação de Origem 06/09/2016 A região delimitada “Região da Própolis Verde de Minas Gerais” está compreendida entre as coordenadas 42°50’24”W a 47°24’10”W de longitude e 18°14’02”S a 22°51’18”S de latitude, e é composta por cento e dois municípios conforme anexo único da portaria IMA nº 1603, de 18 de abril de 2016.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR412016000003-6 Associação dos Bananicultores da Região de Corupá - ASBANCO 839 fls. Região de Corupá BR/SC Banana (subgrupo Cavendish) Denominação de Origem 28/08/2018 Compreende parte dos municípios de Schroeder, Jaraguá do Sul, Corupá, São Bento do Sul. Do P1: UTM E 697807,61m e N7069188,03m; segue o rio Itapocu a sudoeste até P2: UTM E 696501,97m e N 7068750,64m. Segue pelas divisas municipais de Jaraguá do sul e Guapimirim até P3: UTM E 697236,96m e N 7066999,22m; segue pelo divisor de águas do vale do Rio Itapocu, coincidindo com as divisas municipais entre Jaraguá do Sul com Massaranduba, Blumenau, Pomerode e Rio dos Cedros, até a curva de nível dos 600 metros no P4: UTM E 674659,01m e N 7054673,55m. Segue pela curva de nível dos 600m em Jaraguá do Sul, Corupá e São Bento do Sul até o P5: UTM E 685148,20m e N 7087965,15m, seguindo deste ponto pela divisa municipal entre Schroeder e Joinville até P6: UTM E 689442,48m e N 7088613,78m. Por fim, segue pelo divisor de águas coincidindo com a divisa municipal de Schroeder, Joinville e Guaramirim até o P7: UTM E 696559,19m e 7072200,24m, no rio Itapocuzinho, seguindo ao encontro do Rio Itapocu até o P1.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG200802 Consejo Regulador del Tequila A.C. 680 fls. Tequila México Destilado de agave tequilana weber de variedade azul Denominação de Origem 12/02/2019 Estado de Jalisco; municípios de Abasolo, Ciudad Manuel Doblado, Cuerámaro, Huanimaro, Pénjamo e Purísima del	<p style="text-align: center;">Tequila</p>

	Rincón, do estado de Guanajuato; municípios de Briseñas de Matamoros, Chavinda, Chilchota, Churintzio, Cotija, Ecuandurco, Jacona, Jiquilpan, Maravatio, Nuevo Parangaricutiro, Numarán, Pajacuarán, Peribán, La Piedad, Regules, Los Reyes, Sahuayo, Tancitaro, Tangamandapio, Tangancicuaro, Tanhuato, Tinguindin, Tocumbo, Venustiano Carranza, Villamar, Vistahermosa, Yurecuaro, Zamora e Zináparo, do estado de Michoacán; municípios de Ahuacatlán, Amatlán de Cañas, Ixtlán, Jala, Jalisco, San Pedro de Lagunillas, Santa María del Oro e Tepic, do estado de Nayarit; municípios de Aldama, Altamira, Antigo Morelos, Gómez Farias, González, Llera, Mante, Nuevo Morelos, Ocampo, Tula e Xicotencatl, do estado de Tamaulipas; município de Marcos Castellanos, do estado de Michoacán; e município de Romita, do estado de Guanajuato.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR412017000006-3 Federação das Associações de Produtores de Queijo Artesanal Serrano de SC e RS 850 fls. Campos de Cima da Serra BR/SC/RS Queijo Artesanal Serrano Denominação de Origem 03/03/2020 Abrange 18 municípios em SC e 16 municípios no RS, se inserindo total ou parcialmente nos territórios dos municípios catarinenses de: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema. No Rio Grande do Sul, total ou parcialmente nos territórios dos municípios de Vacaria, Bom Jesus, São José dos Ausentes, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Caxias do Sul, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, São Francisco de Paula, Esmeralda, Pinhal da Serra, André da Rocha, Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul. A área total da IG Campos de Cima da Serra é de 34.372 km ² .	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	IG200704 Associação dos Produtores de Café da Mantiqueira 3.426 fls. Mantiqueira de Minas BR/MG Café verde em grão e café industrializado torrado em grão ou moído Denominação de Origem 31/05/2011 como Indicação de Procedência (Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais), alterado em 09/06/2020 para Denominação de Origem Corresponde aos 25 (vinte e cinco) municípios que compõem a área de abrangência da Mantiqueira – Face Minas Gerais, localizados na região denominada Mantiqueira de Minas, demarcada por meio da Portaria IMA n.º 1600, de 11 de abril de 2016.	
Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação	BR412016000005-2 Consórcio de Produtores Sateré-Mawé 458 fls. Terra Indígena Andirá-Marau BR/AM/PA Waraná (guaraná nativo) e pães de waraná (bastão de guaraná) Denominação de Origem 20/10/2020 Terra-Indígena Andirá-Marau, conforme demarcação da FUNAI, homologada pelo Decreto 93.069, de 6 de agosto de 1986, acrescida da área adjacente denominada “Vintequilos”, a Norte-Noroeste.	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR412019000005-0 Associação de Produtores de Cafés Especiais do Caparaó 671 fls. Caparaó BR/ES/MG Café da espécie <i>Coffea arabica</i>: em grãos verde (café cru), industrializado na condição de torrado e/ou torrado e moído Denominação de Origem 02/02/2021 A região "Caparaó" está localizada na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, na área do bioma Mata Atlântica, no domínio morfoclimático dos Mares de Morro, onde se localiza a Serra do Caparaó. A área da IG abrange os terrenos nas imediações do Parque Nacional do Caparaó (zona de amortecimento do referido parque), sendo composta pela totalidade do território de 16 municípios, dez deles no Espírito Santo e seis em Minas Gerais, que são: Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Guaçuí, Alegre, Muniz Freire, Ibitirama, Iúna, Irupi, Ibatiba e São José do Calçado, no Espírito Santo; Espera Feliz, Caparaó, Alto Caparaó, Manhumirim, Alto Jequitibá e Martins Soares, em Minas Gerais. A área territorial total delimitada é de 4.754,63 km².</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR412019000017-4 Associação de Produtores de Cafés Especiais das Montanhas do Espírito Santo 1.715 fls. Montanhas do Espírito Santo BR/ES Café Denominação de Origem 04/05/2021 Limite geopolítico dos municípios de Afonso Claudio, Alfredo Chaves, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Iconha, Itaguaçu, Itarana, Marechal Floriano, Rio Novo do Sul, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR412020000004-0 Cafeicultores Associados da Região Matas de Rondônia 669 fls. Matas de Rondônia BR/RO Café em grão robustas amazônicas Denominação de Origem 01/06/2021 A área da Denominação de Origem "Matas de Rondônia" está localizada entre os paralelos 10° e 14° Sul e os meridianos 60° e 64° Oeste, abrangendo a totalidade dos territórios dos seguintes municípios do estado de Rondônia: Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecís, Alvorada D'Oeste, Cacoal, Castanheiras, Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Primavera de Rondônia, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras.</p>	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR41202000009-0 Federação dos Manejadores e Manejadoras de Pirarucu de Mamirauá 518 fls. Mamirauá BR/AM Pirarucu manejado Denominação de Origem 13/07/2021 A área geográfica da Denominação de Origem do pirarucu manejado envolve trechos de 09 (nove) municípios do Amazonas, sendo eles: Alvarães-AM, Fonte Boa-AM, Japurá-AM, Juruá-AM, Jutai-AM, Maraã-AM, Tefé-AM, Tonantins-AM e Uarini-AM.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR41202000011-2 Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina 776 fls. Planalto Sul Brasileiro BR/SC/PR/RS Mel de melato da bracatinga Denominação de Origem 20/07/2021 A área é contínua, com 58.987,1 km², entre os paralelos 25°24'52" e 29°44'21" Sul e os meridianos 48°53'76" e 52°13'24,25" Oeste; abrange total ou parcialmente 134 municípios (107 de SC, 12 do PR e 15 do RS). De SC: Abdon Batista; Abelardo Luz; Agrolândia; Água Doce; Alfredo Wagner; Anita Garibaldi; Anitápolis; Arroio Trinta; Atalanta; Bela Vista do Toldo; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Braço do Trombudo; Brunópolis; Caçador; Calmon; Campo Alegre; Campo Belo do Sul; Campos Novos; Canoinhas; Capão Alto; Catanduvas; Celso Ramos; Cerro Negro; Chapadão do Lageado; Concórdia; Correia Pinto; Curitibanos; Eval Velho; Fraiburgo; Frei Rogério; Grão Pará; Herval d'Oeste; Ibiã; Ibicaré; Iomerê; Ipira; Ipumirim; Irani; Irineópolis; Itaiópolis; Jaborá; Jacinto Machado; Joaçaba; Lacerdópolis; Lages; Lauro Müller; Lebon Régis; Lindóia do Sul; Luzerna; Macieira; Mafra; Major Vieira; Matos Costa; Mirim Doce; Monte Carlo; Monte Castelo; Morro Grande; Nova Veneza; Orleans; Otacílio Costa; Ouro; Pained; Palmeira; Papanduva; Passos Maia; Peritiba; Petrolândia; Pinheiro Preto; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Ponte Serrada; Porto União; Pouso Redondo; Praia Grande; Presidente Castelo Branco; Rancho Queimado; Rio das Antas; Rio do Campo; Rio Fortuna; Rio Negrinho; Rio Rufino; Salto Veloso; Santa Cecília; Santa Rosa de Lima; Santa Terezinha; São Bento do Sul; São Bonifácio; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; São Martinho; Siderópolis; Taió; Tangará; Timbé do Sul; Timbó Grande; Três Barras; Treviso; Treze Tílias; Urubici; Urupema; Vargeão; Vargem; Vargem Bonita; Videira; Do PR: Bituruna; Coronel Domingos Soares; Cruz Machado; General Carneiro; Inácio Martins; Mangueirinha; Palmas; Paula Freitas; Pinhão; Porto Vitória; Reserva do Iguaçu; União da Vitória. Do RS: Bom Jesus; Cambará do Sul; Caráá; Itati; Jaquirana; Mampituba; Maquiné; Morrinhos do Sul; Riozinho; Rolante; São Francisco de Paula; São José dos Ausentes; Terra de Areia; Três Cachoeiras; Três Forquilhas.</p>	

<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR41202000010-4 Associação dos Produtores de Maçã e Pera de Santa Catarina 454 fls. Região de São Joaquim BR/SC Maçã Fuji Denominação de Origem 03/08/2021 A área geográfica delimitada da Região de São Joaquim para DO da Maçã Fuji possui um total de 4.928 km² e abrange totalmente a área geográfica dos municípios de São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urupema, Urubici e Painei.</p>	
<p>Número Requerente Nº de fls. Nome geográfico/Gentílico País/UF Produto/Serviço Espécie Data do registro Delimitação</p>	<p>BR412019000018-2 Conselho de Desenvolvimento da Apicultura Norte Mineira 482 fls. Norte de Minas BR/MG Mel de abelha Apis mellifera L. produzido a partir da aroeira Myracrodruon urundeuva Allemão e de honeydew Denominação de Origem 01/02/2022 A área foi delimitada pela Portaria do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) Nº 2018/2020, a qual identifica a Região do Norte de Minas como produtora do Mel de Aroeira, composta pelos seguintes municípios: Arinos, Bocaiúva, Bonito de Minas, Brasilândia de Minas, Brasília de Minas, Buritizeiro, Capitão Enéas, Chapada Gaúcha, Campo Azul, Catuti, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Espinosa, Formoso, Francisco Sá, Gameleiras, Glaucilândia, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icarai de Minas, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitaiá, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lontra, Luislândia, Manga, Mamonas, Matias Cardoso, Mato Verde, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Ponto Chique, Porteirinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Santa Fé de Minas, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São Romão, Serranópolis de Minas, Ubaí, Urucuia, Varzelândia e Verdelândia.</p>	

Total – 30 DO
Nacionais – 21
Estrangeiras – 09